

**IPEA/FIOCRUZ/ENSP**

***“Análise da distribuição de créditos operados pela Caixa Econômica Federal – uma  
problematização”***

*por*

***Luiz Longaretti Kraenski***

*Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre Modalidade  
Profissional em Saúde Pública*

*Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Petrelli Corrêa*

*Brasília, agosto de 2011.*

**IPEA/FIOCRUZ/ENSP**

*Esta dissertação, intitulada*

*“Análise da distribuição de créditos operados pela Caixa Econômica Federal – uma problematização”*

*apresentada por*

**Luiz Longaretti Kraenski**

*foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Pojo do Rego

Prof. Dr. José Mendes Ribeiro

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Petrelli Corrêa - Orientadora

*Dissertação defendida e aprovada em 15 de agosto de 2011.*

Catálogo na fonte  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica  
Biblioteca de Saúde Pública

K89 Kraenski, Luiz Longaretti  
Análise da distribuição de créditos operados pela Caixa  
Econômica Federal – uma problematização. / Luiz Longaretti  
Kraenski. -- 2011.  
xv,208 f. : tab. ; graf. ; mapas

Orientador: Corrêa, Vanessa Petrelli  
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública  
Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011

1. Apoio Financeiro. 2. Banco Público. 3. Políticas Públicas.  
4. Programas Governamentais. I. Título.

CDD - 22.ed. – 332.7

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.....	4
<b>2</b>	<b>PANORAMA RECENTE DO CRÉDITO BANCÁRIO.....</b>	<b>7</b>
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO .....	7
2.1.1	<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO TOTAL .....</i>	<i>8</i>
2.1.2	<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO – RECURSOS LIVRES.....</i>	<i>8</i>
2.1.3	<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO – RECURSOS DIRECIONADOS.....</i>	<i>9</i>
2.1.4	<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - INDÚSTRIA.....</i>	<i>10</i>
2.1.5	<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - HABITAÇÃO.....</i>	<i>11</i>
2.1.6	<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - AGRÍCOLA.....</i>	<i>12</i>
2.1.7	<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - COMERCIAL .....</i>	<i>13</i>
2.1.8	<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - SEGUNDO CONTROLE DE CAPITAL... 14</i>	
2.1.8.1	O comportamento dos bancos privados com a crise imobiliária em 2008 15	
2.1.8.2	O comportamento dos bancos públicos .....	16
2.2	CARACTERÍSTICAS DESSA EXPANSÃO DO CRÉDITO .....	17
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS.....</b>	<b>19</b>
3.1	METODOLOGIA: AS BASES DE DADOS UTILIZADAS PARA A ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS.....	19
3.2	CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE CRÉDITO POR MUNICÍPIO .....	21
3.3	CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES.....	23
3.4	PLOTAGEM DE MAPAS GEOGRÁFICOS.....	24
3.5	A METODOLOGIA DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS .....	24
3.6	APRESENTAÇÃO DOS DADOS PARA O SISTEMA FINANCEIRO.....	26
3.6.1	<i>APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITOS TOTAIS CLASSIFICADOS EM RELAÇÃO AO PIB PARA O SISTEMA FINANCEIRO .....</i>	<i>26</i>
3.6.2	<i>APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITOS TOTAIS CLASSIFICADOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO PARA O SISTEMA FINANCEIRO .....</i>	<i>28</i>
3.6.3	<i>APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITOS HABITACIONAIS CLASSIFICADOS EM RELAÇÃO AO PIB PARA O SISTEMA FINANCEIRO .....</i>	<i>30</i>
3.6.4	<i>APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITOS HABITACIONAIS CLASSIFICADOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO PARA O SISTEMA FINANCEIRO .....</i>	<i>31</i>
3.6.5	<i>APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE COBERTURA BANCÁRIA PARA O SISTEMA FINANCEIRO.....</i>	<i>32</i>
3.7	ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO .....	37
<b>4</b>	<b>AS LIBERAÇÕES DA CEF .....</b>	<b>47</b>
4.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS PARA A CEF.....	47
4.2	ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS PARA OS INDICADORES NO ÂMBITO DA CEF.....	53

<b>5</b>	<b>A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE ABERTURA DE AGÊNCIAS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL .....</b>	<b>94</b>
5.1	TRAJETÓRIO INSTITUCIONAL NO PERÍODO 2000-2010 .....	94
5.2	A PREPARAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO DO SISTEMA DE CALL CENTERS .....	96
5.3	A “TERCEIRIZAÇÃO” DAS AGÊNCIAS POR CORRESPONDENTES BANCÁRIOS .....	98
5.4	POLÍTICAS DE ABERTURA DE AGÊNCIAS NO PERÍODO 2000 A 2009. ....	99
5.5	A EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGÊNCIAS A PARTIR DOS ANOS 2000 POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO PAÍS .....	103
<b>6</b>	<b>A EVOLUÇÃO DOS CRÉDITOS LIBERADOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO PERÍODO RECENTE .....</b>	<b>133</b>
6.1	CRÉDITOS LIBERADOS POR ESTADOS.....	133
6.2	A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO/POPULAÇÃO POR ESTADO DA FEDERAÇÃO ENTRE 2003 A 2010 161	
6.3	A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO/POPULAÇÃO AGREGADA POR MACRORREGIÃO BRASILEIRA ENTRE 2003 A 2010.....	188
<b>7</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>193</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>196</b>
	<b>ANEXO I – MAPAS .....</b>	<b>198</b>
	<b>ANEXO II – PLANILHAS .....</b>	<b>206</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das Operações de Crédito Total (setores público e privado, recursos livres e direcionados) no Período 1994 a 2010: .....	8
Gráfico 2 - Evolução das operações de crédito com recursos livres – Período 2000 a 2010: .....	9
Gráfico 3 - Evolução das operações de crédito com recursos direcionados Período 2000 a 2010:.....	10
Gráfico 4 - Evolução das Operações de Crédito ao Setor Privado Indústria no Período 1994 a 2010:.....	11
Gráfico 5 - Evolução das Operações de Crédito ao Setor Privado Habitação Período 1994 a 2010:.....	12
Gráfico 6 - Evolução das operações de crédito ao setor privado – Rural – Agricultura – Período 1994 a 2010: .....	13
Gráfico 7 - Evolução das operações de crédito ao setor privado Comercial Período 1994 a 2010:.....	14
Gráfico 8 - Evolução das operações de crédito – Bancos Privados Período de 1994 a 2010: .....	15
Gráfico 9 - Evolução das operações de crédito – Bancos Públicos – Período de 1994 a 2010: .....	17
Gráfico 10: Evolução da participação dos Bancos Públicos e Privados no mercado de crédito em relação ao PIB – Período de 1994 a 2010:.....	18
Gráfico 11: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação ao PIB, Rede de Agências e IDH dos municípios – Âmbito do Sistema Bancário em 2009: .....	40
Gráfico 12: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação ao PIB, Rede de Agências e IDH dos municípios – Âmbito do Sistema Bancário em 2009: .....	42
Gráfico 13: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação à População, Rede de Agências e IDH dos municípios – Âmbito do Sistema Bancário em 2009: .....	43
Gráfico 14: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação à População, Rede de Agências e IDH dos municípios – Âmbito do Sistema Bancário em 2009: .....	44
Gráfico 15: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de créditos Totais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na Região Sul em 2009.....	56
Gráfico 16: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF para a Região Sul em 2009. ....	58
Gráfico 17: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos totais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na Região Sudeste, 2009. ....	60
Gráfico 18: Análise de Correspondência Múltipla para Indicadores de Créditos Habitacionais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamento do Bolsa Família – âmbito da CEF na região Sudeste, 2009. ....	62

Gráfico 19: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF para a Região Centro-Oeste, 2009.....	64
Gráfico 20: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na Região Centro-oeste, 2009.....	65
Gráfico 21: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF para a Região Nordeste, 2009.....	67
Gráfico 22: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Crédito Habitacional em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF para a Região Nordeste, 2009.....	69
Gráfico 23: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na região Norte, 2009. ....	71
Gráfico 24: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Crédito Habitacional em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF para a Região Norte, 2009.....	73
Gráfico 25: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos totais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na Região Norte, 2009.....	75
Gráfico 26: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na Região Norte, 2009. ....	76
Gráfico 27: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF – Região Nordeste, 2009. ....	78
Gráfico 28: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos habitacionais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da – CEF – Região Nordeste, 2009.....	80
Gráfico 29: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF – Região Centro-oeste, 2009. ....	82
Gráfico 30: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família, âmbito da CEF – Região Centro-oeste, 2009.....	84
Gráfico 31: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos totais pela População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito CEF – Região Sudeste, 2009. ....	86
Gráfico 32: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família - âmbito CEF – Região Sudeste, 2009. ....	88
Gráfico 33: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família - âmbito CEF – Região Sul, 2009.....	90
Gráfico 34: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família - âmbito CEF – Região Sul, 2009. ....	92
Gráfico 35 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Acre, Período 1980-2011.....	105
Gráfico 36 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Amazonas, Período 1980-2011.....	106

Gráfico 37 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Amapá, Período 1980-2011. ....	107
Gráfico 38 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Pará, Período 1980-2011. ....	108
Gráfico 39 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Rondônia, Período 1980-2011. ....	109
Gráfico 40 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Roraima, Período 1980-2011. ....	110
Gráfico 41 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Tocantins, Período 1980-2011. ....	111
Gráfico 42 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Maranhão, Período 1980-2011. ....	112
Gráfico 43 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Alagoas, Período 1980-2011. ....	113
Gráfico 44 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado da Bahia, Período 1980-2011. ....	114
Gráfico 45 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Ceará, Período 1980-2011. ....	115
Gráfico 46 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado da Paraíba, Período 1980-2011. ....	116
Gráfico 47 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Pernambuco, Período 1980-2011. ....	117
Gráfico 48 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Piauí, Período 1980-2011. ....	118
Gráfico 49 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Rio Grande do Norte, Período 1980-2011. ....	119
Gráfico 50 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Sergipe, Período 1980-2011. ....	120
Gráfico 51 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Distrito Federal, Período 1980-2011. ....	121
Gráfico 52 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Goiás, Período 1980-2011. ....	122
Gráfico 53 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Mato Grosso do Sul, Período 1980-2011. ....	123
Gráfico 54 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Mato Grosso, Período 1980-2011. ....	124
Gráfico 55 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Espírito Santo, Período 1980-2011. ....	125
Gráfico 56 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Minas Gerais, Período 1980-2011. ....	126
Gráfico 57 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Rio de Janeiro, Período 1980-2011. ....	127
Gráfico 58 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de São Paulo, Período 1980-2011. ....	128
Gráfico 59 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Paraná, Período 1980-2011. ....	129
Gráfico 60 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Santa Catarina, Período 1980-2011. ....	130
Gráfico 61 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Rio Grande do Sul, Período 1980-2011. ....	131
Gráfico 62 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Acre, Período 2003-2010. ....	134

Gráfico 63 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Amazonas, Período 2003-2010. ....	135
Gráfico 64 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Amapá, Período 2003-2010. ....	136
Gráfico 65 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Pará, Período 2003-2010. ....	137
Gráfico 66 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Rondônia, Período 2003-2010. ....	138
Gráfico 67 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Roraima, Período 2003-2010. ....	139
Gráfico 68 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Tocantins, Período 2003-2010. ....	140
Gráfico 69 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Maranhão, Período 2003-2010. ....	141
Gráfico 70 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Alagoas, Período 2003-2010. ....	142
Gráfico 71 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado da Bahia, Período 2003-2010. ....	143
Gráfico 72 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Ceará, Período 2003-2010. ....	144
Gráfico 73 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado da Paraíba, Período 2003-2010. ....	145
Gráfico 74 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Pernambuco, Período 2003-2010. ....	146
Gráfico 75 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Piauí, Período 2003-2010. ....	147
Gráfico 76 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Rio Grande do Norte, Período 2003-2010. ....	148
Gráfico 77 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Sergipe, Período 2003-2010. ....	149
Gráfico 78 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Distrito Federal, Período 2003-2010. ....	150
Gráfico 79 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Goiás, Período 2003-2010. ....	151
Gráfico 80 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Mato Grosso do Sul, Período 2003-2010. ....	152
Gráfico 81 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Mato Grosso, Período 2003-2010. ....	153
Gráfico 82 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Espírito Santo, Período 2003-2010. ....	154
Gráfico 83 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Minas Gerais, Período 2003-2010. ....	155
Gráfico 84 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Rio de Janeiro, Período 2003-2010. ....	156
Gráfico 85 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de São Paulo, Período 2003-2010. ....	157
Gráfico 86 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Paraná, Período 2003-2010. ....	158
Gráfico 87 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Santa Catarina, Período 2003-2010. ....	159
Gráfico 88 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Rio Grande do Sul, Período 2003-2010. ....	160

Gráfico 89 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Acre, Período 2003-2010. ....	161
Gráfico 90 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Amazonas, Período 2003-2010. ....	162
Gráfico 91 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado da Bahia, Período 2003-2010. ....	163
Gráfico 92 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Amapá, Período 2003-2010. ....	164
Gráfico 93 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Pará, Período 2003-2010. ....	165
Gráfico 94 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Rondônia, Período 2003-2010. ....	166
Gráfico 95 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Roraima, Período 2003-2010. ....	167
Gráfico 96 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Tocantins, Período 2003-2010. ....	168
Gráfico 97 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Maranhão, Período 2003-2010. ....	169
Gráfico 98 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Alagoas, Período 2003-2010. ....	170
Gráfico 99 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Ceará, Período 2003-2010. ....	171
Gráfico 100 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado da Paraíba, Período 2003-2010. ....	172
Gráfico 101 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Pernambuco, Período 2003-2010. ....	173
Gráfico 102 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Piauí, Período 2003-2010. ....	174
Gráfico 103 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Rio Grande do Norte, Período 2003-2010. ....	175
Gráfico 104 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Sergipe, Período 2003-2010. ....	176
Gráfico 105 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Distrito Federal, Período 2003-2010. ....	177
Gráfico 106 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Goiás, Período 2003-2010. ....	178
Gráfico 107 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Mato Grosso do Sul, Período 2003-2010. ....	179
Gráfico 108 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Mato Grosso, Período 2003-2010. ....	180
Gráfico 109 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Espírito Santo, Período 2003-2010. ....	181
Gráfico 110 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Minas Gerais, Período 2003-2010. ....	182
Gráfico 111 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Rio de Janeiro, Período 2003-2010. ....	183
Gráfico 112 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de São Paulo, Período 2003-2010. ....	184
Gráfico 113 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Paraná, Período 2003-2010. ....	185
Gráfico 114 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Santa Catarina, Período 2003-2010. ....	186

Gráfico 115 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Rio Grande do Sul, Período 2003-2010.....	187
Gráfico 116 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Tipo Comercial Pessoa Física, Por Região, Período 2003-2010.....	189
Gráfico 117 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Tipo Comercial Pessoa Jurídica, Por Região, Período 2003-2010.....	190
Gráfico 118 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Tipo Habitacional, Por Região, Período 2003-2010. ....	191
Gráfico 119 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Tipo Saneamento, Por Região, Período 2003-2010. ....	192

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Visão Sistêmica da Coleta e Análise de Dados – Parte I.....	25
Figura 2 – Visão Sistêmica da Coleta e Análise de Dados – Parte II.....	25

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação do Indicador de Créditos Totais do Sistema Financeiro em relação ao PIB por Região - 2009 .....	27
Tabela 2: Classificação do Indicador de Créditos Totais do Sistema Financeiro em relação à População por Região - 2009 .....	28
Tabela 3: Classificação do Indicador de Créditos Habitacionais do Sistema Financeiro em relação ao PIB por Região - 2009 .....	30
Tabela 4: Classificação do Indicador de Créditos Habitacionais do Sistema Financeiro em relação à População por Região - 2009.....	31
Tabela 5: Classificação do Indicador de Cobertura Bancária para o Sistema Financeiro por Região - 2009 .....	36
Tabela 6: Classificação do Indicador de Créditos Totais da CEF em relação ao PIB por Região - 2009.....	49
Tabela 7: Classificação do Indicador de Créditos Totais da CEF em relação à População por Região - 2009 .....	50
Tabela 8: Classificação do Indicador de Créditos Habitacionais da CEF em relação ao PIB por Região - 2009 .....	51
Tabela 9: Classificação do Indicador de Créditos Habitacionais da CEF em relação à População por Região - 2009 .....	52
Tabela 10: Classificação do Indicador de Cobertura Bancária da CEF em relação à População por Região - 2009 .....	52

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cálculo dos Indicadores de distribuição de crédito em função do PIB – Dados de 2009 .....	22
Quadro 2 – Cálculo dos Indicadores de distribuição de crédito em função da População – Dados de 2009 .....	22
Quadro 3 – Resumo das variáveis para Análise de Correspondências Múltiplas no âmbito do Sistema Financeiro.....	38
Quadro 4 – Resumo das variáveis para Análise de Correspondências Múltiplas no âmbito da CEF .....	53

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é o de analisar o perfil de distribuição de créditos operados pela Caixa Econômica Federal (CEF), identificando possíveis espaços com carências de direcionamento de recursos nos municípios brasileiros, com uma atenção especial voltada para a região Norte do país.

A CEF é um banco público com 100% de seu patrimônio controlado pela União, o que demonstra a sua responsabilidade em atuar para além da busca da melhor rentabilidade financeira, com foco em distribuição de políticas públicas e na ampliação do acesso bancário da população brasileira.

A perspectiva teórica é a Keynesiana, considerando a premissa de que as questões financeiras promovem impactos no desenvolvimento das localidades.

A hipótese é a da concentração de recursos distribuídos aos municípios, por meio de empréstimos a Pessoas Físicas e Jurídicas, seja pela CEF ou mesmo pelo próprio Sistema Bancário. Para isso, procura-se mapear as regiões de maior carência, sendo que as localidades de maior dinamismo populacional e econômico provavelmente apresentem carências menores.

Utilizam-se indicadores de aplicação de crédito, da política pública do Programa Bolsa Família, da presença física das dependências bancárias, particularmente de Agências, e de desenvolvimento humano na escala municipal.

(palavras-chave: crédito, banco público)

## ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the distribution profile of credit operated by the Caixa Economica Federal (CEF), identifying possible areas in need to direct resources in the municipalities, with a special focus for the region north of the contry.

The CEF is a public bank with 100% of its equity controlled by the Union, which demonstrates its responsibility to act beyond the quest for better financial returns, focusing on distribution of public policies and in extending the reach of the banking population.

The perspective is the Keynesian, considering the premise that financial issues promote impact on development of localities.

The hypothesis is the concentration of resources allocated to municipalities through loans to Individuals and Legal Entities, either CEF or even by the Banking System. For this, we seek to map the regions of greatest need, and the locations of population and economic dynamism have probably minor shortcomings.

Are used indicators of credit application, the public policy of the Bolsa Familia, the physical presence of bank branches, and human development at the municipal level.

(keywords: loan, public bank)

## **1 INTRODUÇÃO**

O crédito tem-se constituído importante instrumento de alavancagem das economias locais e de políticas públicas, principalmente nos últimos anos em que os bancos públicos brasileiros apresentaram forte reação na conquista de espaço mercadológico antes de domínio dos bancos privados.

A Caixa Econômica Federal (CEF), maior banco de capital 100% público da América Latina, está inserida nesse contexto, não apenas em função dos incrementos de market share que vem atingindo em relação às carteiras de crédito com Pessoas Físicas e Jurídicas, como também em relação ao seu posicionamento estratégico e institucional de apresentar-se como o principal agente operador de políticas públicas do Governo Federal.

A CEF possui importante inserção mercadológica, prestando atendimento aos clientes do segmento bancário e também a todos os trabalhadores formais do Brasil – por

meio do pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS) e seguro-desemprego, beneficiários de programas sociais – como o Bolsa Família, e apostadores das loterias. Atua, ainda, como instituição centralizadora das operações referentes a financiamento de habitação popular e saneamento público básico de estados e municípios.

Não obstante sua vocação voltada ao atendimento de caráter social, e mesmo com o alinhamento (teórico) às orientações de governo, como por exemplo, ampliação do acesso ao crédito, historicamente sua estratégia de abertura de agências concentrou-se nas praças mais competitivas das regiões Sudeste e Sul, e deixando, para as demais regiões, uma presença baseada em correspondentes bancários.

Os correspondentes, como sabemos, não oferecem o portfólio completo dos bancos, ou seja, sua contribuição, embora nobre do ponto de vista da conveniência, restringe-se para serviços rápidos e padronizados sem a possibilidade de um atendimento mais especializado como é o caso do crédito.

Muito embora restrições logísticas pudessem justificar a baixa capilaridade em regiões desassistidas de atendimento bancário, como por exemplo, ausência de rotas de numerário ou mesmo indisponibilidade de terrenos e imóveis, observa-se que o principal elemento norteador da concentração da presença do banco era de caráter metodológico, baseado, principalmente, no ranqueamento das localidades em função do PIB municipal.

Esse paradigma contribuiu, inclusive, para a demora no processo decisório, o que explicaria o não atingimento pela CEF das metas de aplicação do orçamento do Programa de Modernização das Instituições Financeiras Federais, oferecido para a abertura de novas agências.

Nos últimos 4 anos ocorreram algumas mudanças no âmbito da empresa que, teoricamente, promoveriam alteração na configuração espacial da rede de distribuição do banco, até então extremamente concentrada, para uma reorientação do seu esforço de forma a estar presente em todas as regiões do país, inclusive com uma ação de resgate da presença da CEF no Norte e Nordeste.

A Gerência Nacional de Estratégia de Canais do banco buscou incorporar as discussões a respeito do paradigma do desenvolvimento territorial, a partir da presença da CEF na comunidade local como um dos elementos dinamizadores da região, inclusive com a remodelagem dos processos de abertura de agências e no formato do atendimento com foco na inclusão bancária. Essa abordagem se justifica para um banco público, especialmente pela razão do Brasil apresentar forte dificuldade de acesso a recursos financeiros.

O objetivo geral do presente trabalho é o de caracterizar o acesso aos recursos pelos municípios do país, com um recorte especial para a região Norte, demonstrando o perfil de distribuição de crédito ofertado pelo sistema bancário e particularmente pela Caixa Econômica Federal. O foco de nossas análises toma por base duas perspectivas: da oferta do crédito e da cobertura geográfica.

Para viabilizar a caracterização dos municípios com relação à oferta de crédito, programas sociais e cobertura bancária, foram construídos os Indicadores de Crédito e de Cobertura, com base na metodologia de Corrêa & Botelho (2009). O intuito do cálculo desses indicadores é o de permitir uma caracterização robusta dos municípios brasileiros, em termos das dimensões que importam para o acesso ao crédito e à bancarização da população.

Este trabalho apresenta como hipóteses principais a concentração da oferta do crédito circunscrito às regiões mais dinâmicas, apresentando-se, portanto, como um “serviço especializado” em busca da melhor rentabilidade, e, ainda, a ausência da presença bancária, particularmente da Caixa Econômica Federal em regiões desassistidas do país, revelando que a nova abordagem de abertura de agência ainda não foi adotada pelas áreas operacionais do banco.

Em termos da estruturação do trabalho, a dissertação foi organizada em três capítulos.

O capítulo 1 descreve breve contextualização, apresentação a discussão teórica sobre a tendência de que os negócios financeiros busquem as regiões centrais, mais dinâmicas, em detrimento dos lugares periféricos.

Já o capítulo 2 apresenta o panorama recente do crédito bancário, comentando a evolução da atuação dos bancos privados e públicos, estes últimos dominando a expansão do crédito, bem como os setores que captaram recursos, como a indústria, agricultura, construção civil e consignado.

Em seguida, no terceiro capítulo, abordaremos detalhadamente a análise da distribuição de recursos de créditos, apresentando a metodologia adotada na classificação dos indicadores de crédito e de distribuição de agências bancárias, bem como a técnica estatística de análise de correspondências múltiplas para essas categorias. O propósito desse capítulo é promover a associação entre a liberação dos recursos de créditos para Pessoas Físicas e Jurídicas com os perfis das localidades mais dinâmicas, conforme destacado em nossas hipóteses.

O Capítulo 4 é dedicado para um aprofundamento nas especificidades das liberações da Caixa Econômica Federal, contemplando sua atuação nos Programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, com dados de evolução por região. Nessa perspectiva, serão apresentados os mapas de distribuição dos recursos operados pela CEF e mais uma vez aplicada a técnica estatística de correspondências múltiplas, particularmente da região Norte do país, considerando os indicadores calculados para crédito, IDH, número de agências e Bolsa Família.

A conclusão do trabalho apresenta as considerações finais desse estudo.

## **1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA**

O presente trabalho considera a abordagem keynesiana, a qual destaca a importância da moeda para o desenvolvimento local. Em economias de incerteza o sistema bancário adota um comportamento de busca por ativos socialmente aceitos como riqueza.

Essa lógica decorre de que a riqueza promove condições de se manter o valor do bem ao longo do tempo, sendo possível sua troca por outro rapidamente e sem perdas. A Moeda, por definição, incorpora o atributo de liquidez por excelência.

Considerando que a Moeda tem uma característica parcialmente endógena, uma vez que pode ser ofertada pelo sistema bancário por meio de Moeda Contábil, dois aspectos serão abordados como tema central do presente trabalho:

i) oferta de créditos

A perspectiva keynesiana aponta para a inevitável relação entre o “lado real” e o monetário. Os bancos buscam a valorização do seu capital mediante as alternativas de aplicação, onde se tem o crédito a clientes como uma dessas alternativas.

No entanto, destaca-se um ponto relevante nesse contexto, qual seja, os bancos são agentes especiais nessa relação, haja vista seu poder de criar moeda.

Senão vejamos a abordagem das “partidas dobradas” para a consolidação dos balancetes diários dos bancos: o crédito é um Ativo próprio de um lado, e, os depósitos, gerados em consequência da oferta de crédito, entram no lado do Passivo. Essa criação de moeda não depende da poupança passada (Keynes, 1937a; 1937b) nem dos depósitos. A criação da Moeda depende simplesmente da expectativa e perspectiva dos bancos em relação ao comportamento do mercado e consequentemente da sua liquidez.

Dentro de sua lógica de atuação, os bancos exercem a prerrogativa de aceitarem ficar mais ou menos “ilíquidos”.

ii) distribuição geográfica

Na perspectiva da distribuição geográfica, adotamos a abordagem de CHRISTALLER (1966) que trata dos “lugares centrais”.

Ainda que existam críticas a respeito da forma como o autor utilizou esses conceitos, o que interessa, no momento, é levantar esses aspectos intuitivos mais gerais, que destacam a diferença na dinâmica financeira e na lógica da oferta de crédito existentes entre municípios de diferentes condições e regiões.

Esta abordagem leva a duas considerações:

(i) atividades financeiras tendem a se concentrar nas localidades mais dinâmicas, tanto em termos produtivos, quanto populacionais, estando relacionada à presença de economias urbanas.

(ii) é possível levantar a importância de municípios de médio porte, enquanto “lugares centrais” numa hierarquia mais baixa.

Nessa perspectiva, o presente trabalho busca identificar possíveis áreas carentes de distribuição de recursos no país, a partir do entendimento de que os municípios de maior dinâmica concentram os serviços e os créditos.

Os conceitos de CHRISTALLER (1966) são aderentes às análises apresentadas por DOW (1993a; 1993b) e são importantes para a hipótese do presente trabalho.

DOW (1993a; 1993b) apresenta que a dinâmica de ajuste de portfólio dos bancos segue comportamentos diferenciados em função da localidade de atuação desses agentes.

Em localidades em que a construção de cenário descreve maior índice de incerteza os agentes econômicos reagem de forma a perseguir condições de maior liquidez, como estratégia de defesa. As empresas também se incluem nesse contexto.

## **2 PANORAMA RECENTE DO CRÉDITO BANCÁRIO**

### **2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO**

Demonstramos, a seguir, a evolução recente do crédito do sistema financeiro, categorizado por setor econômico e recortes institucionais (bancos públicos ou privados) bem como por tipo de regulamentação (livre ou direcionado), considerando-se o período 1994-2010.

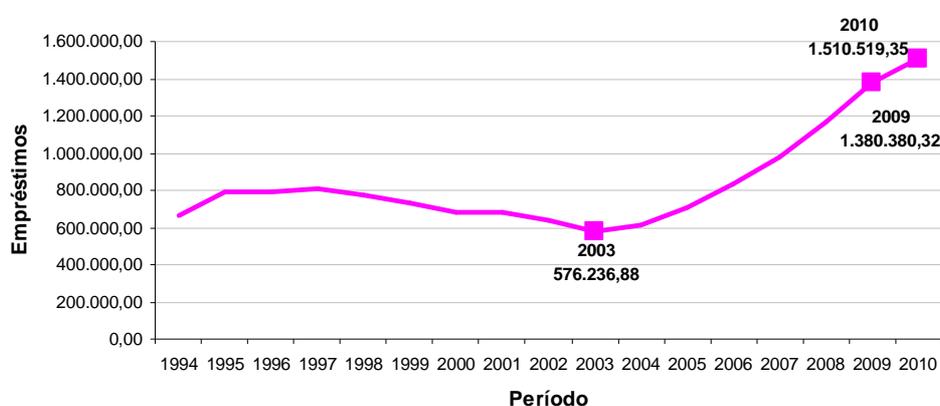
Os levantamentos de dados foram obtidos do sítio internet do IPEADATA e do BACEN, mediante acesso público, tendo-se como base o documento contábil denominado balancetes mensais das instituições financeiras que é encaminhado mensalmente ao Banco Central do Brasil.

### 2.1.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO TOTAL

As operações de crédito total correspondem às concessões de empréstimos aos setores público e privado, contemplando-se as contratações com recursos livres e direcionados.

Essas operações, contratadas no âmbito do Sistema Financeiro, apresentaram o seguinte comportamento no período 1994 a 2010:

**Gráfico 1 – Evolução das Operações de Crédito Total (setores público e privado, recursos livres e direcionados) no Período 1994 a 2010:**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados no site do IPEADATA [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) (acessado em 01/10/2010). Deflator: IGPDI centrado no final de mês, preços de maio/2010.

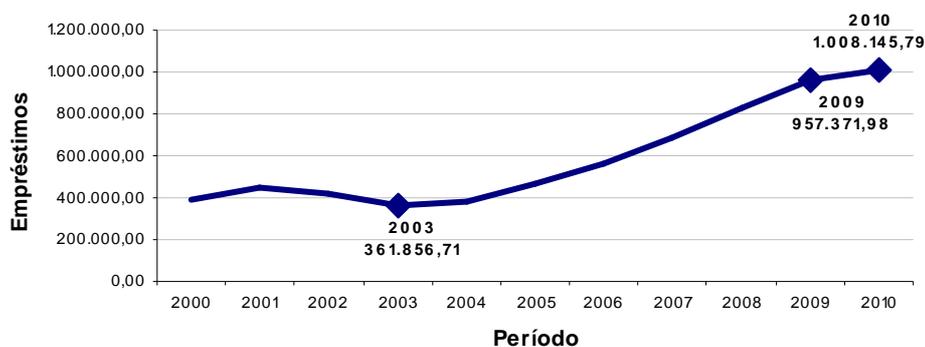
Como se observa, o crédito total aumentou significativamente no período analisado, apresentando incrementos de 140% entre os saldos contratados de 2003 e 2009, e de 9,4% entre este e Ago/2010, sinalizando que o ritmo de crescimento das carteiras de empréstimos não perdeu velocidade.

### 2.1.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO – RECURSOS LIVRES

As operações de crédito com recursos livres são referentes aos empréstimos cujas taxas de juros são livremente pactuadas entre os tomadores e as instituições financeiras, as

quais obtiveram para o período 2000 a 2010 o comportamento apresentado no Gráfico 2 a seguir.

**Gráfico 2 - Evolução das operações de crédito com recursos livres –  
Período 2000 a 2010:**



Fonte:

Elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados no sítio do IPEADATA [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) (acessado em 01/10/2010). Deflator: IGPDI centrado no final de mês, preços de maio/2010.

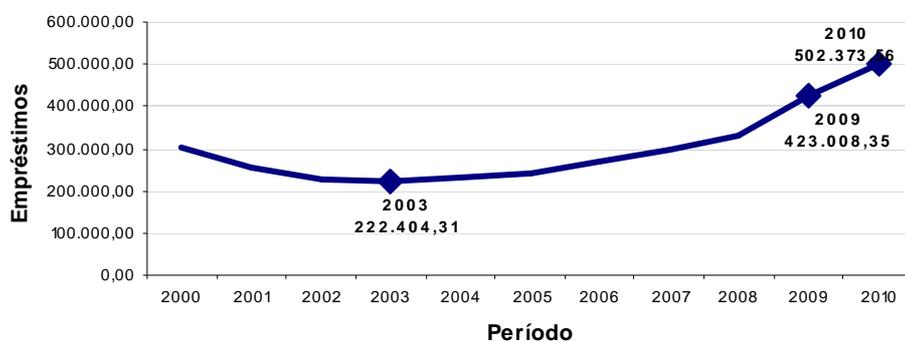
Conforme se observa, as operações de crédito com recursos livres apresentaram incrementos de 165% no período entre 2003 e 2009, demonstrando forte crescimento quando comparado ao período 2000 a 2003.

### 2.1.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO – RECURSOS DIRECIONADOS

As operações de crédito com recursos direcionados são referentes aos empréstimos realizados com taxas ou recursos definidos por normas governamentais as quais obtiveram para o período 2000 a 2010 o comportamento representado no Gráfico 3 a seguir.

### Gráfico 3 - Evolução das operações de crédito com recursos direcionados

Período 2000 a 2010:



Fonte:

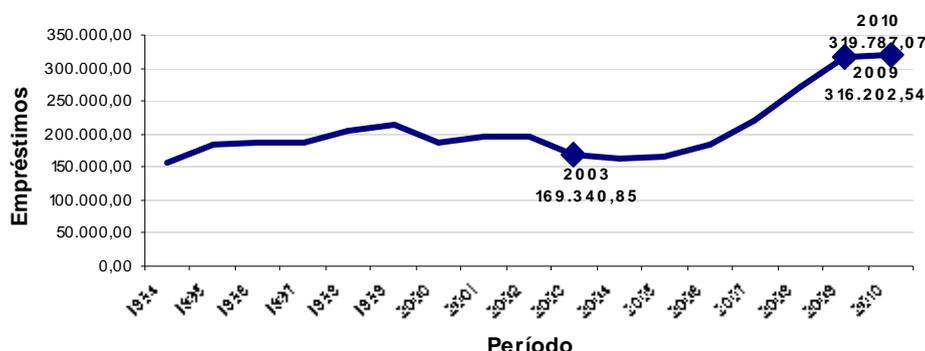
Elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados no sítio do IPEADATA [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) (acessado em 01/10/2010). Deflator: IGPDI centrado no final de mês, preços de maio/2010.

Os registros contábeis dos bancos apontam incrementos nas concessões de créditos direcionados em 90% de 2003 para 2009 e de 18,8% de 2009 para Ago/2010 demonstrando a continuidade do aquecimento dessas carteiras.

#### 2.1.4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - INDÚSTRIA

As operações de crédito do sistema financeiro ao setor privado “Indústria” demonstrou o seguinte comportamento no período 1994 a 2010 representado no Gráfico 4 a seguir.

**Gráfico 4 - Evolução das Operações de Crédito ao Setor Privado Indústria no Período 1994 a 2010:**



Fonte:

Elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados no sítio do IPEADATA [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) (acessado em 01/10/2010). Deflator: IGPDI centrado no final de mês, preços de maio/2010.

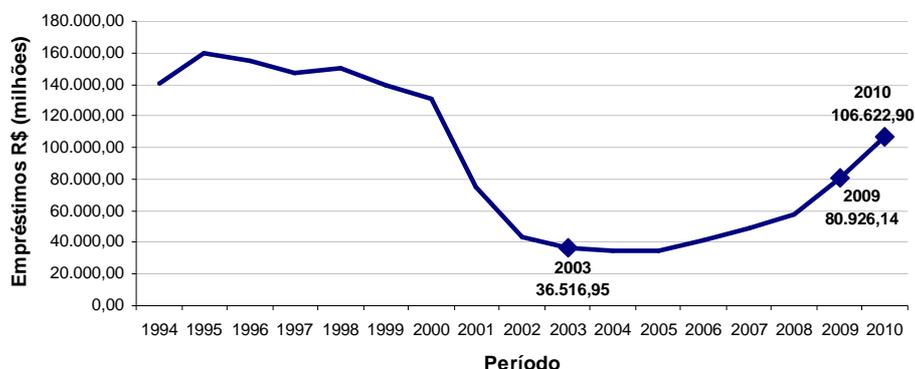
Os números de contratações registrados para o setor “Indústria” apontam incrementos de 87% nos saldos contratados entre os períodos de 2003 e 2009, bem como de 1,13% entre 2009 (R\$ 316.202,54) e Ago/2010 (R\$ 319.787,07).

### 2.1.5 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - HABITAÇÃO

Os recursos aplicados ao setor privado “Habitação” compreendem as operações realizadas com pessoas físicas e cooperativas habitacionais. Segundo as notas metodológicas do IPEADATA, as operações destinadas a empreendimentos imobiliários são classificadas no segmento indústria.

As operações de crédito ao setor privado Habitação, portanto, apresentaram para o período 1994 a 2010 o comportamento representado no Gráfico 5 a seguir.

**Gráfico 5 - Evolução das Operações de Crédito ao Setor Privado Habitação**  
**Período 1994 a 2010:**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados no sítio do IPEADATA [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) (acessado em 01/10/2010). Deflator: IGPDI centrado no final de mês, preços de maio/2010.

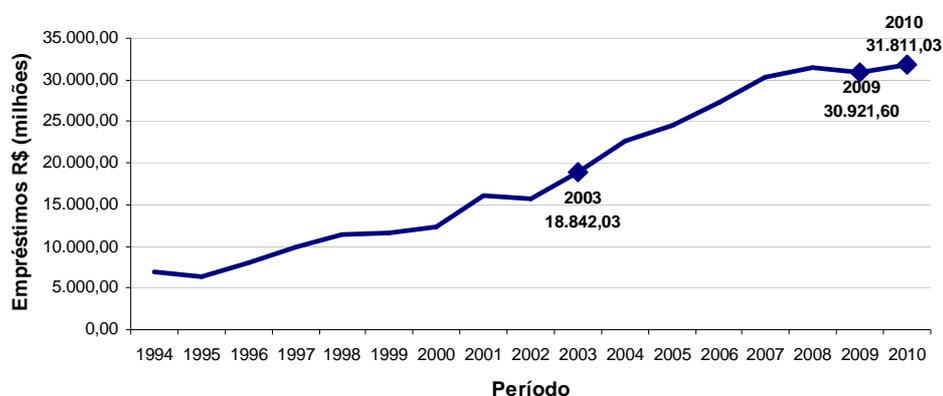
Conforme se observa no Gráfico 5, as operações com o setor privado Habitação alcançou incrementos de 122% entre 2003 e 2009 e 31,8% entre 2009 e Ago/2010, sinalizando o forte aquecimento do segmento econômico.

#### 2.1.6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - AGRÍCOLA

As operações contratadas pelo sistema financeiro com o setor privado rural Agricultura referem-se, segundo as notas metodológicas do IPEADATA, às operações contratadas com produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas em conformidade com as normas específicas do crédito rural.

As contratações com o setor privado Rural Agricultura apresentaram a seguinte evolução para o período de 1994 a 2010 (Gráfico 6).

**Gráfico 6 - Evolução das operações de crédito ao setor privado – Rural – Agricultura – Período 1994 a 2010:**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados no sítio do IPEADATA [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) (acessado em 01/10/2010). Deflator: IGPDI centrado no final de mês, preços de maio/2010.

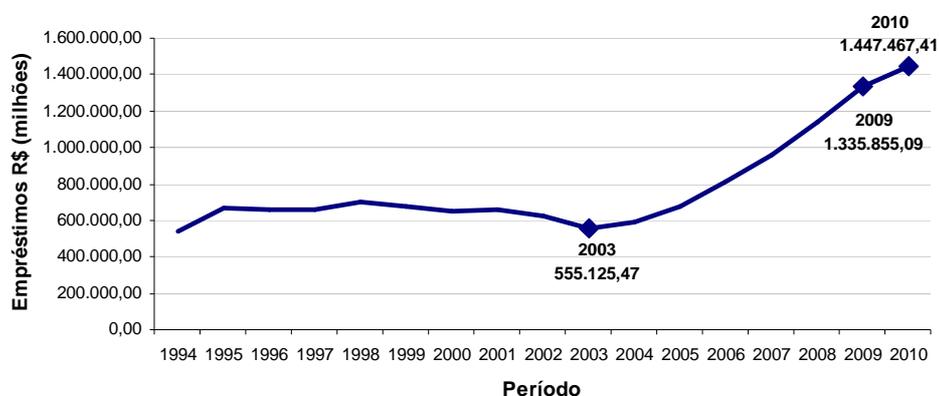
Conforme se observa no Gráfico 6, as carteiras de empréstimos com o setor privado Rural – Agricultura apresentou incrementos de 64,1% entre 2003 e 2009, e manteve crescimento entre 2009 e Ago/2010 com 2,9% de aumento.

### 2.1.7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - COMERCIAL

As operações de crédito “COMERCIAL” do sistema financeiro demonstraram o seguinte comportamento no período 1994 a 2010 representado no Gráfico 7 a seguir.

## Gráfico 7 - Evolução das operações de crédito ao setor privado Comercial

Período 1994 a 2010:



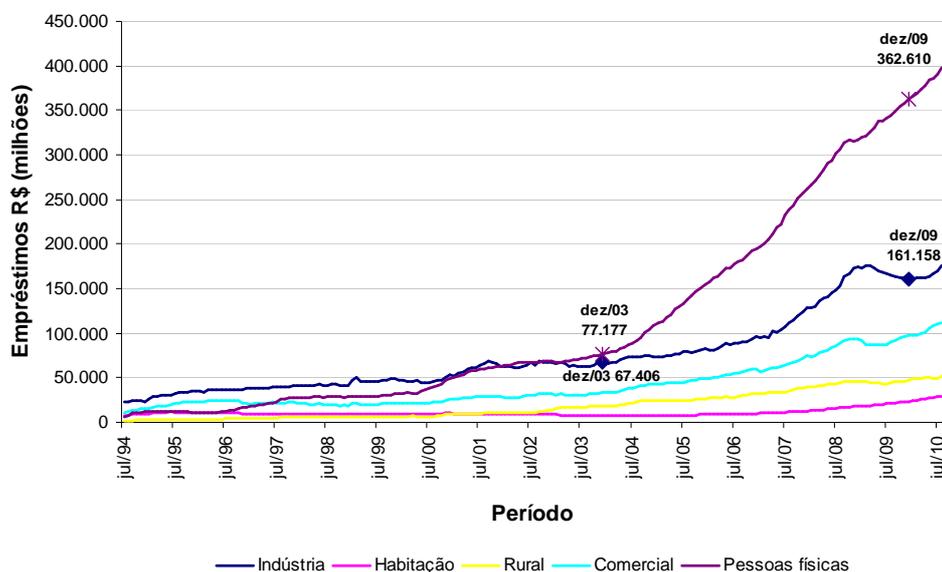
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados no sítio do IPEADATA [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) (acessado em 01/10/2010). Deflator: IGPD centrado no final de mês, preços de maio/2010.

As operações contratadas com o setor privado comercial apresentaram incrementos nas carteiras da ordem de 140,6% entre 2003 e 2009, e de 8,4% entre 2009 e Ago/2010, demonstrando o forte aquecimento desse segmento.

### 2.1.8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - SEGUNDO CONTROLE DE CAPITAL

Para oferecer uma perspectiva comparativa entre o desempenho dos bancos públicos frente aos bancos privados, os Gráficos 8 e 9 a seguir apresentam o comportamento de cada um desses segmentos de instituições financeiras, em relação aos créditos contratados no período 1994 a 2010.

**Gráfico 8 - Evolução das operações de crédito – Bancos Privados Período de 1994 a 2010:**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados no sítio do Banco Central do Brasil [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br) (acessado em 01/10/2010). Valores correntes.

Podemos observar, com base no Gráfico 8, a forte agressividade dos bancos privados junto ao segmento Pessoas Físicas no período Jan/2004 a Ago/2010. Nesse período, os bancos privados promoveram incrementos nessas carteiras da ordem de 410%. No entanto, o apetite comercial dos bancos privados não foi o mesmo para os segmentos Industrial, Habitacional, Comercial e Rural.

No mesmo período, as aplicações dos bancos privados para o setor Industrial apresentou um incremento de 167%, Habitacional com 260%, Comercial com 239% e Rural com 172%.

#### 2.1.8.1 O comportamento dos bancos privados com a crise imobiliária em 2008

Interessante observarmos o comportamento dos bancos privados para os segmentos econômicos a partir do período imediatamente seguinte ao início da crise de 2008 nos Estados Unidos, ou seja, Dezembro/2008 a Agosto/2010.

Junto ao segmento Industrial, as aplicações de crédito obtêm um incremento de apenas 0,36%.

Para o segmento Habitacional, o comportamento dos bancos privados deu-se da seguinte forma: 63% de incremento para o período Dezembro/2008 a Agosto/2010.

Com relação ao segmento Rural, o desempenho foi o seguinte: 12,5% de novos negócios nas carteiras.

Para o segmento Comercial, o comportamento dos bancos privados alcançou incrementos nesse período de 19,7%.

Com relação ao segmento Pessoa Física os negócios alcançaram 25,7% de incremento nessas carteiras.

#### 2.1.8.2 O comportamento dos bancos públicos

Observando-se o Gráfico 9, podemos identificar a diferença de comportamento dos bancos públicos em relação aos bancos privados.

A trajetória da performance das carteiras de créditos junto a todos os segmentos econômicos permaneceu ascendente para todo o período Jan/2004 a Ago/2010.

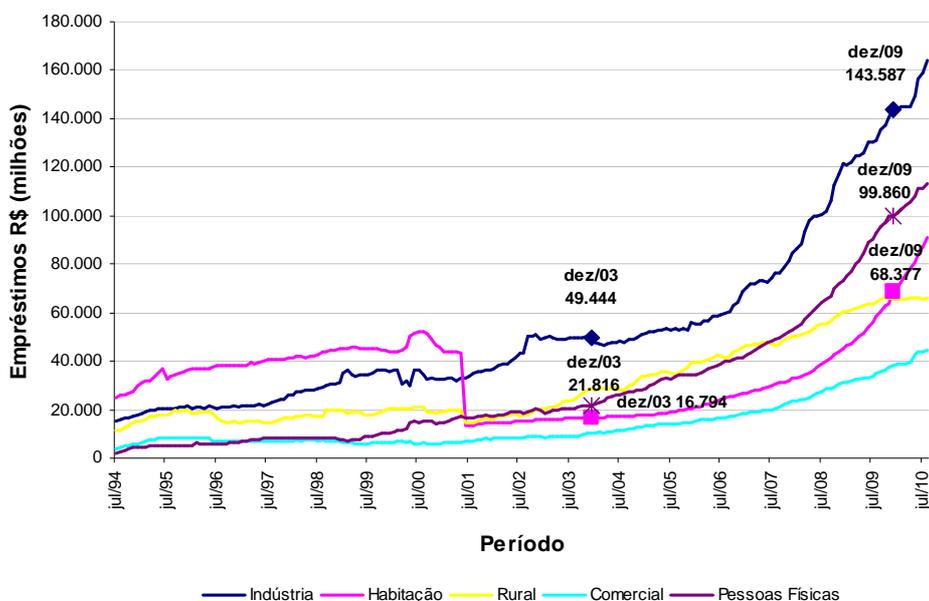
Os incrementos nos negócios corresponderam a 246% para o segmento Industrial, 444% para o Habitacional, 133% para o Rural, 325% para o Comercial e 406% para as carteiras de Pessoas Físicas.

Ainda que observemos expressamente o período seguinte ao início da crise estadunidense, identificamos diferenças de comportamentos entre os bancos privados e públicos.

Os bancos públicos, ao contrário, mantiveram o ritmo de contratações nos segmentos, senão vejamos. Para o período Dez/2008 a Ago/2010, os incrementos de

negócios de créditos alcançaram 35% para o Industrial, 102% para o Habitacional, 9% para o Rural, 43% para o Comercial e 55% para Pessoas Físicas.

**Gráfico 9 - Evolução das operações de crédito – Bancos Públicos – Período de 1994 a 2010:**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados no sítio do Banco Central do Brasil [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br) (acessado em 01/10/2010). Valores correntes.

## 2.2 CARACTERÍSTICAS DESSA EXPANSÃO DO CRÉDITO

Conforme se demonstrou no subitem 2.1, as principais categorias de crédito apresentaram um perfil de expansão no período 2003-2009 e, ainda em 2010, demonstram sinais de continuidade do ritmo de crescimento.

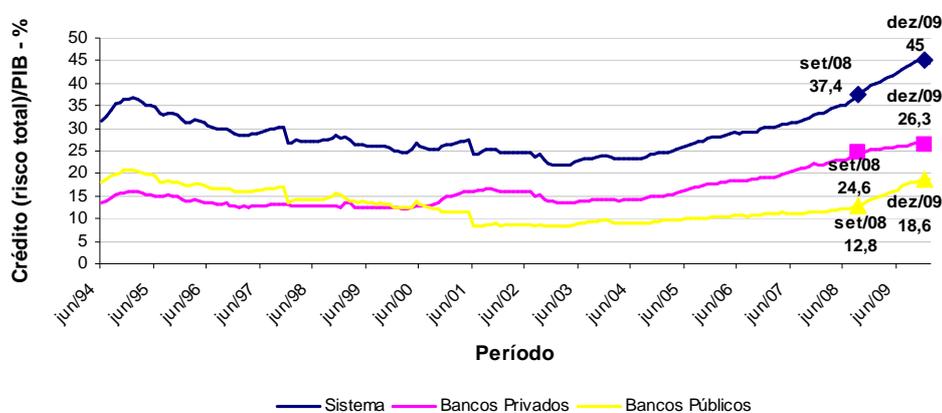
Importante compreendermos, no entanto, que a atuação dos bancos públicos foi decisiva para a construção desse contexto, senão vejamos.

Observando-se o Gráfico 10 a seguir, a evolução no período entre Set/08 a Dez/09, ou seja, após o advento da crise econômica nos Estados Unidos, aponta para um incremento na participação dos créditos em relação ao PIB de 7,6% para o sistema bancário, correspondendo a 1,7% dos bancos privados e 5,8% dos bancos públicos.

No caso dos bancos privados, o foco deu-se nas carteiras de empréstimos a Pessoas Físicas, provavelmente com a modalidade do crédito consignado por oferecer a garantia de desconto em folha.

Já os bancos públicos demonstraram um comportamento arrojado, sem prejuízo das políticas internas de controle e de exposição ao risco, aproveitando-se do espaço mercadológico deixado pelos bancos privados.

**Gráfico 10: Evolução da participação dos Bancos Públicos e Privados no mercado de crédito em relação ao PIB – Período de 1994 a 2010:**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados no sítio do Banco Central do Brasil [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br) (acessado em 01/10/2010). Crédito em relação ao PIB pela nova metodologia do IBGE divulgada em março de 2007 e valorizado pelo IGP-DI centrado.

### **3 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS**

#### **3.1 METODOLOGIA: AS BASES DE DADOS UTILIZADAS PARA A ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS**

O nosso intuito é o de verificar que tipos de perfil apresentam os municípios que estão recebendo os recursos operados pela Caixa Econômica Federal e pelo próprio Sistema Bancário. Além disso, pretende-se identificar os espaços carentes de atendimento e acessibilidade à demanda por crédito, comparando-se a distribuição dos recursos entre as regiões do país, com destaque para o Norte do Brasil.

A metodologia, desenvolvida por Corrêa & Botelho (2009), contempla a categorização dos municípios brasileiros por meio de indicadores que apontam o seu

perfil de captação de recursos, ou, na perspectiva dos agentes financeiros, a caracterização da aplicação de recursos.

Para completar a análise agregada dos dados, utilizamos o procedimento estatístico “Análise de Correspondências Múltiplas”, com o objetivo de verificar as correlações das variáveis “crédito”, “rede de agências”, “IDH” e “Bolsa Família”.

São desenvolvidas duas abordagens, sendo a primeira uma análise de todo o Sistema Bancário e, na segunda análise, a atuação específica da CEF.

Os dados utilizados compreendem:

(i) as condições socioeconômicas do espaço, com os dados de população por município, informado no IBGE, de acordo com o último Censo Demográfico, mediante consulta pública;

(ii) dados do Produto Interno Bruto (PIB) municipal de 2009, informado no sítio do IBGE, mediante consulta pública;

(iii) dados do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) municipal, informado no sítio do IBGE, mediante consulta pública;

(iv) dados do número de agências de 2009 do Sistema Bancário, por município, informados pelo sítio do Banco Central do Brasil (BACEN), mediante consulta pública;

(v) dados das liberações de crédito de 2009 por município, obtidos no sítio internet do BACEN, mediante consulta pública;

(vi) dados das liberações de crédito de 2009 por município, obtidos nos sistemas corporativos da CEF, mediante consulta restrita, autorizada pela própria Instituição;

(vii) dados dos pagamentos de 2008 do Programa Bolsa Família, por município, obtidos mediante consulta pública ao sítio internet do IPEA;

(viii) dados das coordenadas geográficas dos 5.565 municípios brasileiros, obtidos mediante consulta pública ao sítio do IBGE;

No que diz respeito às informações de créditos contratados pelas instituições financeiras autorizadas a operar pelo BACEN, as mesmas são oriundas das estatísticas bancárias por município.

Trata-se do arquivo “Saldos Estban por município”, gerado mensalmente com a informação da Estatística Bancária Mensal, por município.<sup>1</sup>

Conforme Lima & Corrêa, o tamanho do banco pode influenciar a composição de seu portfólio, ou seja, o tamanho da rede de distribuição aumenta a acessibilidade à demanda por crédito existente nas localidades.

Nesse sentido, também incorporaremos na análise a cobertura bancária em cada um dos municípios brasileiros, trabalhando com a hipótese de que existe uma concentração bancária nas regiões mais dinâmicas e, por consequência, identificaremos os municípios que se caracterizam pela exclusão bancária.

### **3.2 CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE CRÉDITO POR MUNICÍPIO**

A metodologia de cálculo dos indicadores de crédito foi proposta por Corrêa & Botelho (2009) e é apresentada nos Quadros 1 e 2 a seguir:

---

<sup>1</sup> O arquivo Saldos Estban por Município é gerado mensalmente com a informação da Estatística Bancária Mensal (Código documento 4500), contemplando a posição mensal dos saldos das principais rubricas de balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial, por município. Estban constitui-se em subsistema estatístico do Sistema COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

**Quadro 1 – Cálculo dos Indicadores de distribuição de crédito em função do PIB  
– Dados de 2009**

Indicador	Cálculo
Indicador de crédito total do Sistema Financeiro	Crédito total ofertado pelo sistema / PIB municipal
Indicador de crédito habitacional do Sistema Financeiro	Crédito habitacional ofertado pelo sistema / PIB municipal
Indicador de crédito total da CEF	Crédito total ofertado pela CEF / PIB municipal
Indicador de crédito habitacional da CEF	Crédito habitacional ofertado pela CEF / PIB municipal
Indicador de distribuição do Programa Bolsa Família	Liberações do Programa Bolsa Família <sup>2</sup> / PIB municipal

Fonte: Corrêa & Botelho (2009).

**Quadro 2 – Cálculo dos Indicadores de distribuição de crédito em função da População – Dados de 2009**

Indicador	Cálculo
Indicador de crédito total do Sistema Financeiro	Crédito Total ofertado pelo sistema / População municipal
Indicador de crédito habitacional do Sistema Financeiro	Crédito habitacional ofertado pelo sistema / População municipal
Indicador de crédito total da CEF	Crédito Total ofertado pela CEF / População municipal
Indicador de crédito habitacional da CEF	Crédito habitacional ofertado pela CEF / População municipal
Indicador de distribuição do Programa Bolsa Família	Liberações do Programa Bolsa Família / População municipal
Indicador de cobertura bancária da CEF	População municipal / rede de agências

Fonte: Corrêa & Botelho (2009).

O indicador de crédito total do Sistema Financeiro considera todas as contratações efetuadas pelos agentes do sistema, contemplando-se as Pessoas Físicas e Jurídicas, em granularidade municipal, em relação ao PIB municipal.

O indicador de crédito total da CEF considera todas as operações de crédito contratadas com Pessoas Físicas e Jurídicas por sua rede de agências, em granularidade municipal, em relação ao PIB municipal.

<sup>2</sup> No caso das liberações do Bolsa Família, tendo em vista que as informações de 2009 ainda estão disponíveis somente no nível de Unidade da Federação, assumimos para o cálculo os valores confirmados para 2008 no nível municipal.

O indicador de crédito habitacional do Sistema Financeiro considera as operações de crédito contratadas na rubrica Habitação pelas instituições financeiras, em granularidade municipal, em relação ao PIB municipal.

O indicador de crédito habitacional da CEF contempla as operações de crédito contratadas na rubrica Habitação pela sua rede de Agências, em granularidade municipal, em relação ao PIB municipal.

O indicador de distribuição do Bolsa Família contempla os pagamentos realizados por meio de sua rede de Agências, Correspondentes, Lotéricas e Autoatendimento, em granularidade municipal, em relação ao PIB municipal.

A mesma bateria de cálculos de indicadores é aplicada em relação à População municipal.

O indicador de cobertura bancária considera a quantidade populacional que é atendida para cada uma das Agências do Sistema Bancário e da CEF, separadamente, em granularidade municipal.

### **3.3 CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES**

Considerando o nosso intuito de construir comparações para podermos efetuar uma análise de perfil de distribuição, os municípios foram classificados em categorias, conforme o roteiro descrito a seguir:

(i) ordenamento do total de municípios segundo o resultado dos indicadores em ordem decrescente;

(ii) divisão em quartis onde obtivemos o grau de intensidade (alto, médio, baixo, muito baixo) de cada município para cada um dos indicadores em estudo: crédito, cobertura bancária, IDH municipal e pagamento do Programa Bolsa Família.

### **3.4 PLOTAGEM DE MAPAS GEOGRÁFICOS**

A partir das coordenadas geográficas obtidas para cada um dos municípios brasileiros, foram plotados os mapas apresentados no Anexo ao presente trabalho.

A configuração espacial da aplicação dos recursos permite uma demonstração visual das regiões com carências de recursos e também da concentração da dinâmica de atuação dos bancos e, em particular, da CEF.

São apresentados mapas geográficos para cada uma das classificações de Indicadores por Unidade da Federação.

### **3.5 A METODOLOGIA DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS**

Além da análise descritiva dos dados, demonstraremos a aplicação da técnica estatística de Análise de Correspondências Múltiplas para cada um dos Indicadores construídos e categorizados conforme os subitens 3.2 e 3.3.

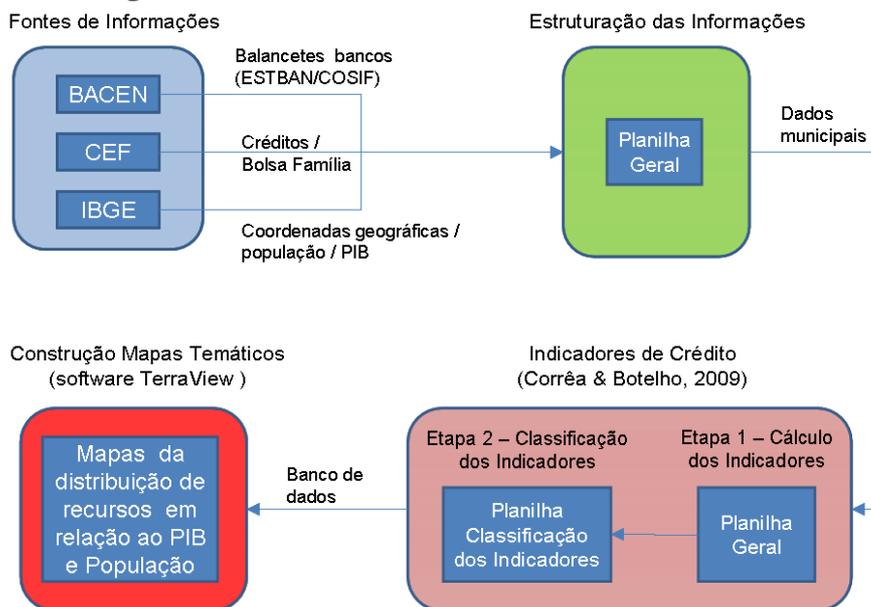
Trata-se de uma técnica exploratória de estatística multivariada, a qual se propõe a representar graficamente não apenas categorias das variáveis, mas, também, os indivíduos que compõem a amostra.

A referida técnica contempla as situações de tratamento de duas ou mais variáveis categóricas, de forma a revelar a associação existente entre estas variáveis, por meio da representação das categorias das variáveis na forma de pontos em um espaço.

A partir da aplicação dessa técnica, as categorias com distribuições semelhantes serão vistas no plano como pontos próximos, ao passo que categorias distintas são observadas com coordenadas distantes.

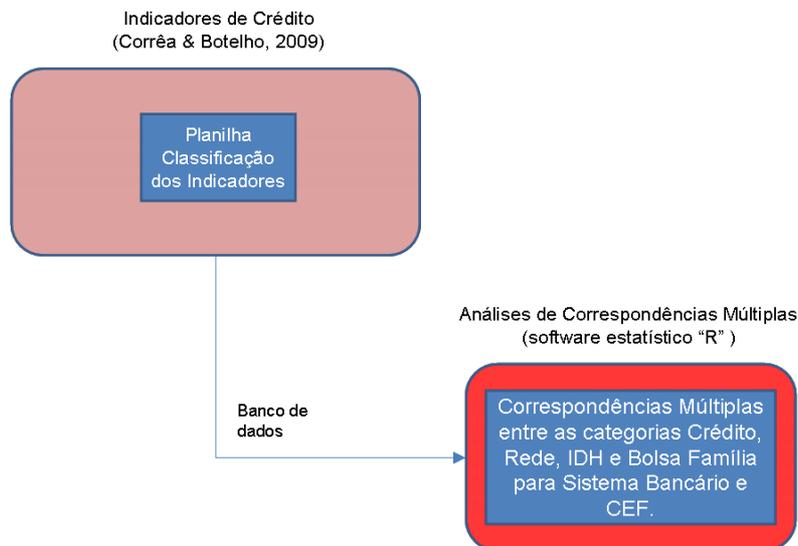
Uma síntese da estruturação do trabalho de campo pode ser observada nas Figuras a seguir:

**Figura 1 – Visão Sistêmica da Coleta e Análise de Dados – Parte I**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da metodologia de trabalho oferecida por Corrêa & Botelho (2009).

**Figura 2 – Visão Sistêmica da Coleta e Análise de Dados – Parte II**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da metodologia de trabalho oferecida por Corrêa & Botelho (2009).

### **3.6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS PARA O SISTEMA FINANCEIRO**

O objetivo deste subitem é iniciar as constatações a respeito do perfil dos municípios que receberam recursos de créditos do Sistema Financeiro.

Um dos pontos fundamentais que destacaremos refere-se às diferenças entre as regiões analisadas. Em que pese as trajetórias históricas diferenciadas de cada uma das regiões, queremos revelar os aspectos institucionais que promovem impactos na dinâmica e acesso às políticas públicas e créditos.

Para as nossas análises, consideramos os 5.564 municípios brasileiros, contemplando, dessa forma, todas as regiões do país. A partir do levantamento efetuado e do cálculo dos Indicadores já descritos no subitem 3.2, chegamos à sua classificação para cada um dos municípios, primeiramente com foco no âmbito do Sistema Financeiro como um todo.

As Tabelas 1 a 5, apresentadas a seguir, demonstram, conforme esperado, os enquadramentos diferenciados dos indicadores calculados para os municípios de cada uma das regiões do país.

#### **3.6.1 APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITOS TOTAIS CLASSIFICADOS EM RELAÇÃO AO PIB PARA O SISTEMA FINANCEIRO**

Considerando-se a classificação dos Indicadores em relação ao PIB, obtivemos na Tabela 1 a seguir as seguintes caracterizações para as regiões do país:

**Tabela 1: Classificação do Indicador de Créditos Totais do Sistema Financeiro em relação ao PIB por Região - 2009**

Enquadramento nos Estratos	Classificação dos intervalos de Aplicação de Crédito	SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
> 0,322553	“Alta”	345	29	228	14	130	28	127	7	32	7
< 0,322553 e > 0,182145	“Média”	189	16	352	21	55	12	215	12	51	11
< 0,182145 e > 0,088162	“Baixa”	139	12	317	19	50	11	287	16	69	15
< 0,088162	“Muito Baixa”	161	14	372	22	58	12	219	12	52	12
Sem informação	“Nula”	354	30	399	24	173	37	945	53	245	55
Total por Região		1.188	100	1.668	100	466	100	1.793	100	449	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados gerados.

Para os créditos totais em relação ao PIB municipal contratados pelo Sistema Financeiro, podemos observar que as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste apresentam as distribuições dos seus municípios de forma mais equilibrada entre as classificações.

A região Sul apresenta 29% dos seus municípios enquadrados na classificação “Alta Aplicação” e 30% enquadrados na “Aplicação Nula”, bem como uma variação de apenas 4% entre as distribuições de municípios nas categorias intermediárias de aplicação (“Média”, “Baixa” e “Muito Baixa”).

Os 1.668 municípios da região Sudeste foram enquadrados na configuração de 14% na aplicação de crédito “Alta” contra 24% na aplicação “Nula”, ao passo que as classificações intermediárias “Média”, “Baixa” e “Muito Baixa” apresentaram uma distribuição de 21%, 19% e 22%, respectivamente, ou seja, uma variação de apenas 3% nestas últimas.

A região Centro-oeste oscilou entre 28% e 37% para “Alta” e “Nula” aplicações, respectivamente, e entre 11% e 12% para as classificações intermediárias de aplicação de crédito. No entanto, conforme esperado, as regiões Nordeste e Norte apresentaram um comportamento similar entre si, mas bem diferente das demais regiões do país.

A região Nordeste, com 945 municípios, enquadrou-se com 7% na classificação “Alta” contra 53% na classificação “Nula”, revelando, portanto, forte concentração na distribuição de créditos totais.

Nossa análise pode oferecer uma confirmação visual dessa distribuição a partir de consulta ao Mapa 1 do Anexo I do presente trabalho.

### 3.6.2 APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITOS TOTAIS CLASSIFICADOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO PARA O SISTEMA FINANCEIRO

Alterando-se o direcionador dos cálculos, de PIB para População municipal, a classificação dos Indicadores para os municípios brasileiros é obtida na Tabela 2 com as seguintes caracterizações para as regiões do país:

**Tabela 2: Classificação do Indicador de Créditos Totais do Sistema Financeiro em relação à População por Região - 2009**

Enquadramento nos Estratos	Classificação dos intervalos de Aplicação de Crédito	SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
> 2910,177	“Alta”	416	35	280	17	137	29	15	1	14	3
< 2910,177 e > 1314,741	“Média”	198	17	421	25	79	17	111	6	53	12
< 1314,741 e > 481,908	“Baixa”	127	11	332	20	30	6	309	17	64	14
< 481,908	“Muito Baixa”	93	8	236	14	47	10	413	23	73	16
Sem informação	“Nula”	354	30	399	24	173	37	945	53	245	55
Total por Região		1.188	100	1.668	100	466	100	1.793	100	449	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados gerados.

Para os Indicadores classificados em função da População municipal, observamos que as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste mantiveram um comportamento similar à

análise anterior, ou seja, uma distribuição dos seus municípios com equilíbrio entre as classificações da metodologia.

A região Sul, com 1.188 municípios, apresentou o enquadramento de 35% em “Alta” aplicação contra 30% em “Nula” aplicação, demonstrando uma oscilação de 5% entre a melhor e pior condição. As classificações intermediárias receberam o enquadramento de 17% para “Média”, 11% para “Baixa” e 8% para “Muito Baixa” aplicações. Dos 1.668 municípios da região Sudeste, 17% enquadraram-se como de “Alta” aplicação contra 24% de “Nula” aplicação.

Para as classificações intermediárias de “Média”, “Baixa” e “Muito Baixa” aplicações, o enquadramento deu-se com 25%, 20% e 14%, respectivamente.

A região Centro-oeste, composta por 466 municípios, apresentou 29% como de “Alta” aplicação de crédito contra 37% de “Nula” aplicação, ou seja, uma amplitude de apenas 8% de variação entre a melhor e a pior condição de classificação.

Para as aplicações enquadradas em “Média”, “Baixa” e “Muito Baixa”, os municípios do Centro-oeste contribuíram com 17%, 6% e 10%, respectivamente.

Repetindo o contraste entre as regiões do país, Nordeste e Norte apresentaram grandes amplitudes de variação na distribuição dos seus municípios entre as classificações de aplicação. Observamos que apenas 1% dos municípios da região Nordeste enquadraram-se na “Alta” aplicação, ao passo que 53% caracterizaram-se como de aplicação “Nula”. Quanto às demais classificações, os municípios nordestinos distribuíram-se em 6% para “Média”, 17% para “Baixa” e 23% para “Muito Baixa” aplicação.

Da mesma forma, a região Norte participa da classificação “Alta” com 3% dos seus municípios e com 55% na “Nula”. Os enquadramentos nas classificações intermediárias corresponderam a 12% (“Média”), 14% (“Baixa”) e 16% (“Muito Baixa”).

As observações da região Nordeste podem ser verificadas no Mapa 2 do Anexo I.

### 3.6.3 APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITOS HABITACIONAIS CLASSIFICADOS EM RELAÇÃO AO PIB PARA O SISTEMA FINANCEIRO

Nossa análise parte agora para a observação do crédito especializado em Habitação. Consideraremos, ainda, o ambiente do Sistema Financeiro, em 2009, com recorte organizado por região do país, e o direcionador do cálculo é o PIB municipal.

**Tabela 3: Classificação do Indicador de Créditos Habitacionais do Sistema Financeiro em relação ao PIB por Região - 2009**

Enquadramento nos Estratos	Classificação dos intervalos de Aplicação de Crédito	SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
> 0,052693	“Alta”	136	11	143	9	36	8	49	3	4	1
< 0,052693 e > 0,028816	“Média”	107	9	158	9	19	4	72	4	12	3
< 0,028816 e > 0,001968	“Baixa”	46	4	180	11	23	5	87	5	32	7
< 0,001968	“Muito Baixa”	102	9	121	7	52	11	81	5	12	3
Sem informação	“Nula”	797	67	1066	64	336	72	1504	84	389	87
Total por Região		1.188	100	1.668	100	466	100	1.793	100	449	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados gerados.

Conforme se observa na Tabela 3 acima, houve uma modificação em relação aos patamares de distribuição em cada uma das classificações. Mas continuamos com mesmos 2 grandes grupos de regiões: Sul, Sudeste e Centro-oeste apresentaram os maiores percentuais de enquadramento de municípios como de “Alta” aplicação, ou seja, 11% (Sul), 9% (Sudeste) e 8% (Centro-oeste) quando comparados com as regiões Nordeste e Norte, com 3% e 1% respectivamente.

Nessa análise de crédito habitacional do Sistema Financeiro, todas as regiões apresentam a classificação “Nula” como a de maior aglutinação dos municípios. No entanto, ainda assim, as regiões Nordeste e Norte destacam-se com os maiores índices em

termos relativos (84% e 87%, respectivamente) quando comparadas às regiões Sul (67%), Sudeste (64%) e Centro-oeste (72%).

Ainda no contexto do Sistema Financeiro, o aumento dos números relacionados à classificação “Nula” sugere que, além da concentração de oferta de recursos inerente à contratação de crédito de forma geral, a modalidade de crédito habitacional concentra-se ainda mais, caracterizando-se como uma especialização do serviço oferecido apenas em alguns municípios.

Essa constatação pode ser apreciada no Mapa 3 disponível no Anexo I do presente trabalho.

#### 3.6.4 APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITOS HABITACIONAIS CLASSIFICADOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO PARA O SISTEMA FINANCEIRO

Ainda em relação aos créditos habitacionais, nossa análise observou o comportamento do enquadramento dos municípios a partir do direcionador “População” municipal para a realização dos cálculos. A Tabela 4, a seguir, apresenta a classificação dos Indicadores para essa nova abordagem:

**Tabela 4: Classificação do Indicador de Créditos Habitacionais do Sistema Financeiro em relação à População por Região - 2009**

Enquadramento nos Estratos	Classificação dos intervalos de Aplicação de Crédito	SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
> 553,2603	“Alta”	158	13	166	10	32	7	10	1	2	0,4
< 553,2603 e > 260,612	“Média”	102	9	195	12	29	6	31	2	11	2
< 260,612 e > 18,51805	“Baixa”	34	3	120	7	20	4	160	9	34	8
< 18,51805	“Muito Baixa”	97	8	121	7	49	11	88	5	13	3
Sem informação	“Nula”	797	67	1066	64	336	72	1504	84	389	87
Total por Região		1.188	100	1.668	100	466	100	1.793	100	449	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados gerados.

Os cálculos ratificam a concentração das contratações de crédito na modalidade habitação. Para todas as regiões, particularmente Nordeste e Norte, a classificação “Nula” aumenta sua participação relativa.

O Mapa 4 do Anexo I confirma essa concentração visualmente, revelando que a modalidade habitação é revestida de uma especialização ainda maior.

### 3.6.5 APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE COBERTURA BANCÁRIA PARA O SISTEMA FINANCEIRO

Nossa análise concentra-se agora para a abordagem de cobertura, ou seja, a presença de Agências nos municípios. Aproveitaremos, neste ponto, para esclarecer a importância de uma Agência em relação aos outros tipos de dependências bancárias. As Resoluções do Conselho Monetário Nacional disciplinam a utilização pelos Bancos dos diversos tipos de dependências bancárias bem como as possibilidades de parcerias estratégicas com os Correspondentes Bancários.

Descreveremos brevemente a definição de cada uma das dependências bem como suas restrições operacionais ou negociais:

O Posto de Atendimento Bancário, conhecido pelo jargão bancário de PAB, é uma dependência que deve operar todo o portfólio de produtos e serviços para os quais a Instituição Financeira esteja autorizada a operar pelo Banco Central; no entanto, a restrição importante se refere ao público alvo, que, neste caso, restringe-se absolutamente à entidade ou empregados da entidade na qual essa dependência está instalada, ou seja, não é permitido o atendimento ao público em geral. Por conta dessa característica, os bancos utilizam-se dessa modalidade de dependência bancária para o acordo de convênios entre empresas, com vistas a oferecer-lhes conveniência e exclusividade no atendimento.

O Posto de Atendimento ao Microcrédito (PAM) destina-se exclusivamente à concessão de Microcrédito Produtivo Orientado, não sendo permitida a operacionalização de outros produtos e serviços pela Instituição. Uma característica importante refere-se à

prévia certificação junto ao Ministério do Trabalho para que a Instituição Financeira possa atuar com PAM. Isso decorre da especialização do atendimento ao Microcrédito Produtivo Orientado prevista em Lei que, diferentemente das outras modalidades de crédito, exige o acompanhamento e orientação dos clientes em todas as fases desse produto, ou seja, da concepção do projeto, contratação do crédito, implementação do microempreendimento até o retorno do investimento. Na atual conjuntura o Banco do Nordeste é a instituição mais avançada com esse tipo de operação, sendo referência para os demais bancos. A CEF implantou projeto de caráter piloto de PAM em 10 localidades do país, escolhidas pelo critério de serem municípios vinculados ao Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal.

O Posto Avançado de Atendimento (PAA) destina-se exclusivamente a municípios desassistidos, assim caracterizados pelo Banco Central. Para essa classificação, o município não pode ter instalada nenhuma Agência ou PAA de outra instituição financeira. Os aspectos competitivos desse tipo de dependência referem-se às flexibilidades oferecidas pela Resolução do CMN com relação à infraestrutura do ponto, à carga horária de atendimento e ao portfólio de produtos e serviços que podem ser negociados com a entidade pública que receber a instalação do posto. Essa condição flexível permite que a instituição viabilize a instalação com apenas 1 empregado. As restrições deste tipo de dependência decorrem da ausência de rotas de numerário e processos operacionais associados à segurança nas redondezas, ou seja, por se tratar de um município desassistido, ainda não tem uma infraestrutura logística desenvolvida, dependendo de soluções criativas e provisórias que por vezes são alvo fácil de críticas dos sindicatos envolvidos que reclamam da exposição da segurança das pessoas justamente pela falta de condições apropriadas de operação.

O Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE) destina-se ao oferecimento de produtos ou serviços de máquinas de autoatendimento (ATM). O ponto forte desse tipo de dependência na perspectiva do cliente refere-se à conveniência de ter um ponto de atendimento para realizar transações rápidas e padronizadas, enquanto na perspectiva da instituição financeira o PAE permite a redução de custos e a interceptação de fluxo para evitar movimento nas Agências.

O Correspondente Bancário, apesar do termo, não é considerado uma dependência bancária, muito embora seja um instrumento de atendimento que obteve forte expansão nos últimos anos, tornando-se a maior rede existente no país em termos de quantitativo de unidades. As possibilidades de atuação dos Correspondentes Bancários são expressamente estabelecidas por Resolução do CMN. Em geral, esse tipo de estabelecimento pode ser habilitado por Instituição Financeira para operar serviços como: coleta de propostas de negócios, transmissão de informações, recebimento de contas de concessionárias ou boletos bancários, dentre outros serviços autorizados, como o pagamento de benefícios sociais a exemplo do Bolsa Família. Em todos os casos o risco é da Instituição Financeira que habilitou o respectivo Correspondente. Além das restrições operacionais descritas, os estabelecimentos comerciais regularmente constituídos devem observar que o seu negócio principal independente não deve ser descaracterizado pela atuação como Correspondente, ou seja, a operação de correspondência bancária deve ser uma linha de negócio acessória e secundária do respectivo estabelecimento. Dependendo da política estabelecida pela Instituição Financeira, os Correspondentes não podem executar operações de acesso às contas dos clientes, como cadastramento e troca de senhas e o oferecimento de informações mais qualificadas, o que exige, nesses casos, a presença do cliente ou usuário numa Agência da instituição.

As Lotéricas, caso específico da CEF, são constituídas por meio de processo licitatório e permissão para atuação como tal. Além dos serviços especializados de jogos também são habilitadas, na maioria das vezes, para atuação como Correspondente Bancário.

Concluiremos nossa visão panorâmica a respeito dos tipos de dependências bancárias com breve explicação da Agência. Neste caso, é obrigada por oferecer o portfólio completo de produtos e serviços para os quais a Instituição Financeira está autorizada a operar pelo Banco Central.

Nesse sentido, a Agência caracteriza-se por uma dependência robusta onde todas as operações estão disponíveis aos clientes e usuários, representando, de fato, a especialização de serviços financeiros na localidade e servindo de pólo para sua região.

O acompanhamento do funcionamento de uma Agência recebe uma atenção especial do Banco Central, onde o mesmo controla todo o processo que vai da decisão e fundamentos da abertura do ponto, autorização dos órgãos legais municipais, estaduais e federais, à carga horária mínima de atendimento ao público. O envio mensal, em formato padronizado, dos balancetes contábeis é obrigatório pelas Instituições Financeiras. Graças a essa obrigatoriedade é que pudemos estudar o perfil de distribuição de crédito do Sistema Financeiro na granularidade municipal.

A esse respeito observamos que embora as campanhas publicitárias recentes dos bancos, em especial os privados, afirmem estar presentes em 100% dos municípios brasileiros, essa referida presença se deve por meio não apenas de Agências ou Postos, mas de Correspondentes Bancários.

Nesse contexto, portanto, é que estudamos o aspecto da cobertura bancária a partir da dependência do tipo “Agência”. Ora, a contribuição dos demais pontos de atendimento, sem prejuízo da conveniência que oferecem para serviços pontuais, é limitada quando se estuda a operação de crédito. Isso porque o processo de atendimento para a concessão de crédito exige uma qualificação que não está presente nos demais tipos de dependência, seja por restrição legal ou até mesmo operacional.

A Tabela 5, a seguir, apresenta as classificações dos Indicadores para a Cobertura Bancária considerando-se todos os municípios do país e todos os Bancos autorizados a operar pelo Banco Central:

**Tabela 5: Classificação do Indicador de Cobertura Bancária para o Sistema Financeiro por Região - 2009**

Enquadramento nos Estratos	Classificação dos intervalos de Cobertura	SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
< 5332,625	“Alta”	367	31	418	25	66	14	5	0,3	8	2
> 5332,625 e < 8227,5	“Média”	283	24	411	25	103	22	44	2	22	5
> 8227,5 e < 13921,6666	“Baixa”	162	14	324	19	91	20	221	12	65	14
> 13921,6666	“Muito Baixa”	22	2	117	7	33	7	583	33	109	24
Sem informação	“Nula”	354	30	398	24	173	37	940	52	245	55
Total por Região		1.188	100	1.668	100	466	100	1.793	100	449	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados gerados.

Nos cálculos para o Indicador de Cobertura Bancária, podemos identificar que a região Centro-oeste descolou-se do grupo principal, formado pelas regiões Sul e Sudeste.

As regiões Nordeste e Norte continuaram com o mesmo comportamento, portanto, permaneceram juntas como um grupo. As regiões Sul e Sudeste continuam com uma distribuição equilibrada dos municípios dentre as classificações de cobertura.

A região Sul conta com 31% na cobertura “Alta”, 24% na “Média”, 14% na “Baixa”, 2% na “Muito Baixa” e 30% na “Nula”. A região Sudeste obteve uma distribuição aproximada da região Sul, com 25% na “Alta”, 25% na “Média”, 19% na “Baixa”, 7% na “Muito Baixa” e 24% na “Nula”.

A região Centro-oeste apresentou desequilíbrio na distribuição de cobertura, com 14% dos municípios enquadrados como de Cobertura “Alta” contra 37% classificados como “Nula”.

As regiões Nordeste e Norte apresentaram forte desequilíbrio na classificação dos Indicadores de Cobertura. Dos 1.793 municípios nordestinos, 52% estão enquadrados na classificação de cobertura “Nula” e apenas 0,3% como “Alta”.

Para a região Norte, 55% dos seus municípios estão classificados como “Nula” e apenas 2% como “Alta”.

A representação geográfica dos Indicadores de Cobertura Bancária para todos os municípios brasileiros pode ser observada pelo Mapa 5 presente no Anexo I do presente trabalho. O forte desequilíbrio na classificação dos Indicadores de Cobertura nas regiões Norte e Nordeste pode ser observado nos Gráficos 6 e 7 presentes no Anexo I do presente trabalho.

A apresentação dos dados realizada neste subitem 3.6 permitiu uma análise comparativa entre regiões. O próximo subitem 3.7 apresenta uma técnica de análise que permite uma análise de correlações entre as variáveis utilizadas.

### **3.7 ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO <sup>3</sup>**

Nossa análise passa agora para a visualização gráfica das correlações entre as variáveis em estudo. Utilizamos a técnica de análise de correspondências múltiplas com o propósito de verificar a associação existente entre as variáveis do nosso estudo, mediante a representação gráfica dos posicionamentos das categorias.

Primeiramente a nossa análise de correspondências múltiplas teve como foco o âmbito do Sistema Financeiro de forma a permitir uma compreensão do sistema como um todo.

No capítulo seguinte do presente trabalho a atenção se volta para o comportamento específico da CEF que é a nossa principal preocupação. Para a análise do Sistema Financeiro adotamos a seguinte nomenclatura para as variáveis estudadas:

---

<sup>3</sup> Os dados foram manuseados com os recursos estatísticos do software R.

**Quadro 3 – Resumo das variáveis para Análise de Correspondências Múltiplas no âmbito do Sistema Financeiro**

Variáveis	Descrição
CREDITO0	Municípios de Contratação “Nula” de Créditos Totais
CREDITO1	Municípios de Contratação “Muito Baixa” de Créditos Totais
CREDITO2	Municípios de Contratação “Baixa” de Créditos Totais
CREDITO3	Municípios de Contratação “Média” de Créditos Totais
CREDITO4	Municípios de Contratação “Alta” de Créditos Totais
REDE0	Municípios de Cobertura bancária “Nula”
REDE1	Municípios de Cobertura bancária “Muito Baixa”
REDE2	Municípios de Cobertura bancária “Baixa”
REDE3	Municípios de Cobertura bancária “Média”
REDE4	Municípios de Cobertura bancária “Alta”
IDH1	Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano “Muito Baixo”
IDH2	Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano “Baixo”
IDH3	Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano “Médio”
IDH4	Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano “Alto”
HABITACAO0	Municípios de Contratação “Nula” de Crédito Habitacional
HABITACAO1	Municípios de Contratação “Muito Baixa” de Crédito Habitacional
HABITACAO2	Municípios de Contratação “Baixa” de Crédito Habitacional
HABITACAO3	Municípios de Contratação “Média” de Crédito Habitacional
HABITACAO4	Municípios de Contratação “Alta” de Crédito Habitacional

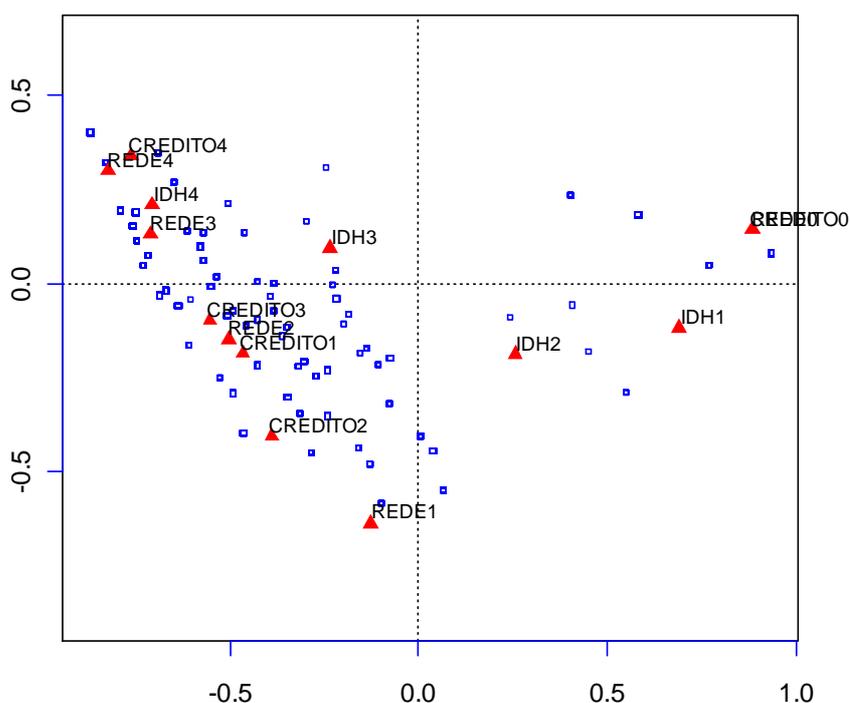
Fonte: Denominação própria a partir das variáveis definidas no “R” (software estatístico).

No objetivo neste momento é a identificação do posicionamento de cada uma das variáveis em função das demais, ou seja, proximidades indicam forte associação entre seus respectivos comportamentos.

As análises replicaram a abordagem utilizada para os cálculos dos Indicadores, ou seja, primeiramente consideramos os Créditos Totais em relação ao PIB municipal e depois em relação à População. Para os Créditos Habitacionais adotamos a mesma lógica.

As análises de correspondência adotaram para essas duas abordagens as seguintes variáveis: IDH municipal e Cobertura Bancária. Os Gráficos 11, 12, 13 e 14, apresentados a seguir, demonstram os resultados visuais para as análises de correspondências múltiplas das variáveis para o ambiente do Sistema Financeiro.

**Gráfico 11: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação ao PIB, Rede de Agências e IDH dos municípios – Âmbito do Sistema Bancário em 2009:**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Como esperado, podemos confirmar a forte associação entre a oferta de crédito dos bancos com a exigência de dinamismo nos municípios.

O Gráfico 11 revela uma aproximação entre as variáveis CREDITO4, IDH4 e REDE4. Ou seja, os maiores índices de contratação de Créditos Totais deram-se em municípios com Indicadores de IDH classificados como “Alto”. Outro aspecto importante é a associação das variáveis Crédito e IDH com a Cobertura Bancária.

De fato, os bancos estão procurando as regiões mais dinâmicas para a instalação de suas Agências.

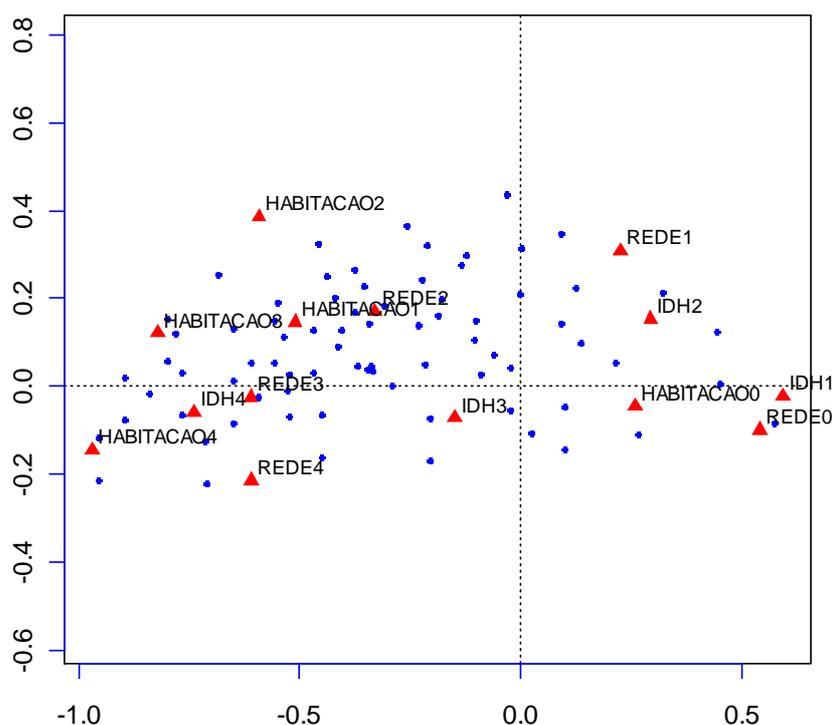
Analisando agora o outro extremo, ou seja, o comportamento das variáveis relacionadas aos municípios de menor dinamismo e com IDH “Muito Baixo” podemos perceber que a lógica bancária se manteve.

Reparemos que se demonstra uma correlação tão elevada entre as variáveis REDE0 (ausência de Agências bancárias) e CREDITO0 (contratação “Nula”) que seus respectivos posicionamentos sofrerão sobreposição no Gráfico 11.

Da mesma forma, observamos que as variáveis IDH1 e IDH2, ou seja, IDH “Muito Baixo” e IDH “Baixo”, respectivamente, também estão posicionadas próximas a esse grupo.

Passemos agora para a observação do comportamento dos Indicadores de Créditos Habitacionais que, como vimos anteriormente, trata-se de uma especialização do crédito. Observemos, então, o Gráfico 12 a seguir:

**Gráfico 12: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação ao PIB, Rede de Agências e IDH dos municípios – Âmbito do Sistema Bancário em 2009:**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

O Gráfico 12 revela-nos o esperado, ou seja, os municípios com contratação “Nula” de crédito habitacional (HABITACAO0) estão fortemente associados com os municípios de IDH “Muito Baixo” (IDH1). Esse grupo também agrega os municípios de presença “Nula” (REDE0) de Agências dos bancos.

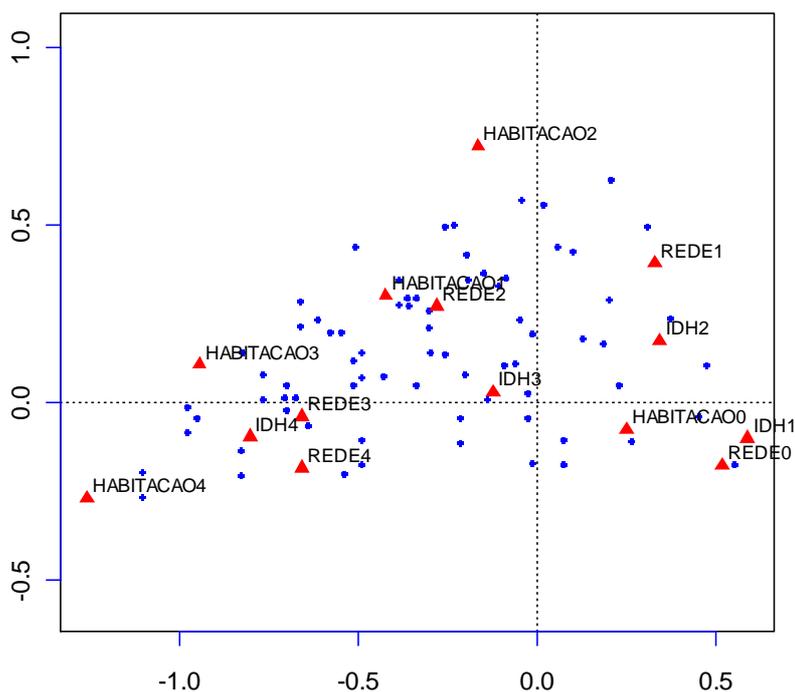
Somente quando o IDH começa a melhorar na escala do nosso trabalho (IDH2: “Baixo”) é que começam a surgir as primeiras Agências bancárias (REDE1: Cobertura “Muito Baixa”). Ao contrário, os municípios com Indicadores de Crédito Habitacional

classificados como de contratação “Alta” (HABITACAO4) estão posicionados proximamente aos municípios com Indicadores IDH “Alto” (IDH4).

Mantendo a lógica bancária, esse mesmo grupo aproxima-se da variável Cobertura “Alta” (REDE4).

Partimos agora para uma observação ainda do Crédito Habitacional mas em relação à População municipal. Observemos o Gráfico 13 a seguir:

**Gráfico 13: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação à População, Rede de Agências e IDH dos municípios – Âmbito do Sistema Bancário em 2009:**

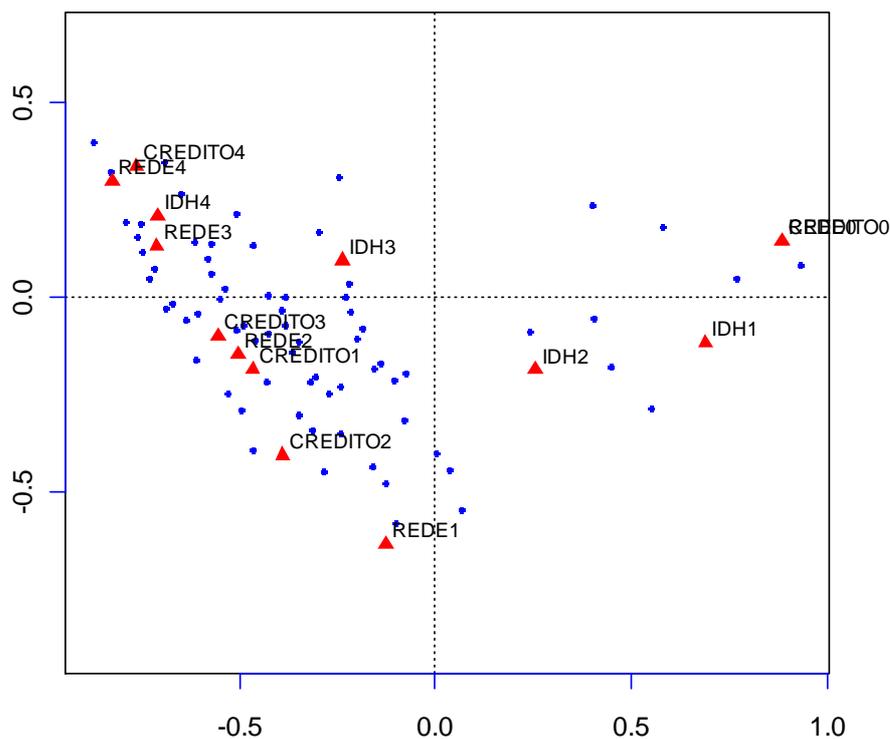


Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Interessante observarmos no Gráfico 13 os mesmos agrupamentos formados no Gráfico 12 (crédito habitacional em relação ao PIB) no entanto agora em relação à População.

Vamos observar o comportamento dos Créditos Totais em relação à População no Gráfico 14 a seguir:

**Gráfico 14: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação à População, Rede de Agências e IDH dos municípios – Âmbito do Sistema Bancário em 2009:**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Podemos confirmar, conforme o Gráfico 14 acima, que os Créditos Totais, agora em relação à População municipal, concentram-se nos municípios com IDH elevado, sinalizando dinamismo econômico (observemos a proximidade entre CREDITO4 e IDH4, significando contratação “Alta” e IDH “Alto”, respectivamente).

Na perspectiva das Instituições Financeiras, bons fundamentos para a instalação de Agências, uma vez que a variável REDE4 (Cobertura bancária “Alta”) encontra-se bem próxima a CREDITO4 e IDH4. De lado oposto, a variável REDE0 (Cobertura bancária “Nula”) está sobreposta à variável CREDITO0 (Contratação “Nula”) e bem próxima à variável IDH1 que representa os municípios com IDH “Muito Baixo”.

Portanto, mesmo para os Créditos Totais em relação à População ratificam a nossa hipótese, ou seja, os bancos oferecem crédito a regiões mais dinâmicas, para onde desenvolvem sua infraestrutura de atendimento, tornando-se, nesse contexto, um serviço especializado no município e uma referência para sua região circunvizinha.

Por outro lado, os municípios mais carentes estão sem Cobertura Bancária e, por sua vez, sem oferta de Crédito. Essa condição leva esses municípios a uma dependência dos “lugares centrais” para a busca de serviços especializados, como é o caso do crédito.

Observamos, ainda, que o Crédito Habitacional é um caso particular dessa situação, pois sinaliza uma concentração ainda maior. Outro aspecto interessante, é que mesmo com a proliferação dos Correspondentes Bancários, a condição de concentração permanece, devido à limitação operacional dos mesmos, como vimos, por razões legais ou logísticas.

Cumpramos, a partir de agora, uma atenção especial em relação aos números da Caixa Econômica Federal. Esperamos, de acordo com nossa hipótese, que siga os mesmos preceitos dos bancos privados, ou seja, buscando a liquidez e ofertando crédito e regiões mais dinâmicas.

Essa condição revelará a necessidade urgente de reposicionamento estratégico do banco, como forma de resgatar efetivamente, e não apenas no discurso, a atuação de banco público responsável pela articulação entre os segmentos sociais e produtivos,

contribuindo para o dinamismo e desenvolvimento dos municípios mais carentes. Dessa forma, seguimos para o Capítulo 4 que apresenta uma análise específica da CEF.

## **4 AS LIBERAÇÕES DA CEF**

### **4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS PARA A CEF**

O objetivo deste subitem é concluir as constatações a respeito do perfil dos municípios que receberam recursos de créditos da Caixa Econômica Federal.

A exemplo do recorte que fizemos para o Sistema Financeiro, esta abordagem específica da CEF também procurou destacar as diferenças entre as regiões analisadas, particularmente a região Norte do país.

O Programa Bolsa Família atinge todos os municípios do país e em função do seu objetivo ele contempla com ênfase as regiões mais pobres. Observaremos que a CEF não está com uma cobertura bancária equilibrada nas regiões do país, notadamente no

Nordeste e Norte. Isso porque a expansão da CEF nos últimos 10 anos priorizou com agências as praças mais competitivas do país e para as regiões mais carentes o crescimento baseou-se em Correspondentes Bancários e Lotéricos.

Especificamente em relação à região Norte, constataremos que em função das grandes distâncias que caracterizam os seus municípios, a ausência de Agências da CEF acabou por agravar as condições de atendimento aos clientes e usuários dos produtos, serviços e políticas públicas. Isso porque, como já vimos no Capítulo 3, as soluções de distribuição por via de dependências do tipo Correspondente não oferecem as condições plenas de atendimento.

Soma-se a essa questão, a própria oferta de crédito que, além de concentrar-se por ser um serviço especializado, acaba concentrando-se ainda mais no caso da CEF pela ausência de capilaridade de Agências.

Um aspecto que chama a atenção é o fato da CEF ser um banco público com 100% de capital da União. Essa questão é relevante e suscitará ao final do nosso trabalho considerações a respeito. Isso porque, em que pese as condições logísticas críticas da região Norte, como grandes distâncias e ausência de rotas de numerário, os bancos privados estão presentes, ainda que de forma sutil.

Desde 2008 a CEF formulou nova política de abertura de Agências. A partir de discussões internas com as áreas de Controle, Planejamento Financeiro, Rede e Estratégia de Canais, expediram-se diretrizes que abriram novas perspectivas para a empresa.

A própria metodologia foi aprimorada. Saiu-se de um modelo que fundamentava a abertura de Agências apenas em relação ao PIB, para uma nova abordagem que passou a considerar taxas de retornos diferenciadas em função das características mercadológicas dos municípios, levando-se em conta sua vocação, se comercial, industrial ou social.

Não obstante as novas diretrizes, a Instituição não se posicionou, até o momento, para ocupar os espaços mais carentes que são, por definição, segmentos de sua atuação empresarial.

A concentração da oferta de Créditos Totais pode ser observada a partir da Tabela 6.

**Tabela 6: Classificação do Indicador de Créditos Totais da CEF em relação ao PIB por Região - 2009**

Enquadramento nos Estratos	Classificação dos intervalos de Aplicação de Crédito	SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
> 0,083697	“Alta”	87	7	94	6	23	5	64	4	1	0,2
< 0,083697 E > 0,058645	“Média”	89	7	96	6	18	4	56	3	9	2
< 0,058645 E > 0,036336	“Baixa”	71	6	122	7	16	3	42	2	17	4
< 0,036336	“Muito Baixa”	30	3	163	10	14	3	40	2	22	5
Sem informação	“Nula”	911	77	1193	72	395	85	1591	89	400	89
Total por Região		1.188	100	1.668	100	466	100	1.793	100	449	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados gerados.

Conforme se observa na Tabela 6, a CEF está com sua oferta de Créditos Totais concentrada em todas as regiões do país.

As regiões Nordeste e Norte estão em condições mais prejudicadas. Quando se compara a performance da CEF com a média do Sistema Financeiro, já abordada no Capítulo 3, observa-se que a mesma deixa muito a desejar, senão recordemos.

Conforme nossa Tabela 1, o caso do Sistema Financeiro, apresentou-se com uma classificação dos Indicadores de Créditos Totais com a seguinte distribuição para a região Sul (a mais equilibrada): 29% dos municípios com “Alta” contratação, 16% com “Média”, 12% com “Baixa”, 14% com “Muito Baixa” e 30% com “Nula” contratação.

Já a CEF, para a região Sul, obteve a seguinte distribuição: 7% com “Alta” contratação, 7% com “Média”, 6% com “Baixa”, 3% com “Muito Baixa” e 77% com “Nula”.

Agora comparando a CEF com a performance do Sistema Financeiro, onde o mesmo obteve uma distribuição menos equilibrada, ou seja, a região Norte (Tabela 1):

observamos que, ainda assim, o Sistema Financeiro sai de 7% na classificação “Alta” contratação para 55% na “Nula”, ao passo que a CEF obteve 0,2% na “Alta” contra 89% na “Nula”.

Ou seja, mesmo comparando com as condições mais desfavoráveis do Sistema Financeiro, a CEF continua com uma performance pior, o que sinaliza que há forte concentração na oferta de Créditos Totais.

Passamos agora para um comentário dos números que a CEF apresentou para os Créditos Totais em relação à População. Observamos, com base na Tabela 7, que permanece o forte desequilíbrio entre as classificações de todas as regiões, notadamente nas regiões Nordeste e Norte.

**Tabela 7: Classificação do Indicador de Créditos Totais da CEF em relação à População por Região - 2009**

Enquadramento nos Estratos	Classificação dos intervalos de Aplicação de Crédito	SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
> 807,4978	“Alta”	140	12	108	6	16	3	5	0,3	0	0
< 807,4978 E > 555,3184	“Média”	77	6	140	8	29	6	18	1	4	1
< 555,3184 E > 348,0879	“Baixa”	45	4	137	8	17	4	54	3	15	3
< 348,0879	“Muito Baixa”	15	1	90	5	9	2	125	7	30	7
Sem informação	“Nula”	911	77	1193	72	395	85	1591	89	400	89
Total por Região		1.188	100	1.668	100	466	100	1.793	100	449	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados gerados.

Conforme já citado no presente trabalho, o crédito habitacional caracteriza-se como uma especialização ainda maior do crédito em função de seu processo de atendimento ainda ser complexo quando comparado com as demais modalidades.

Nesse sentido, observamos pela Tabela 8 que houve uma alteração muito sensível na distribuição, permanecendo a CEF no mesmo patamar de concentração.

Esse comportamento já era esperado tendo em vista que o crédito habitacional é uma especialização dentro da rubrica de Crédito.

**Tabela 8: Classificação do Indicador de Créditos Habitacionais da CEF em relação ao PIB por Região - 2009**

Enquadramento nos Estratos	Classificação dos intervalos de Aplicação de Crédito	SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
> 0,049378	“Alta”	92	8	110	7	30	6	36	2	1	0,2
< 0,049378 E > 0,031665	“Média”	92	8	112	7	14	3	46	3	4	1
< 0,031665 E > 0,01938	“Baixa”	68	6	117	7	15	3	54	3	14	3
< 0,01938	“Muito Baixa”	25	2	136	8	12	3	66	4	30	7
Sem informação	“Nula”	911	77	1193	72	395	85	1591	89	400	89
Total por Região		1.188	100	1.668	100	466	100	1.793	100	449	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados gerados.

Observando-se agora o desempenho da CEF a partir do Indicador de Crédito Habitacional em relação à População, Tabela 9 a seguir, percebemos mais uma sensível modificação, sem alterar o patamar de concentração da oferta de crédito e permanecendo grande parte dos municípios brasileiros, notadamente das regiões Nordeste e Norte sem oferta.

**Tabela 9: Classificação do Indicador de Créditos Habitacionais da CEF em relação à População por Região - 2009**

Enquadramento nos Estratos	Classificação dos intervalos de Aplicação de Crédito	SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
> 505,7416	“Alta”	125	11	118	7	20	4	5	0,3	1	0,2
< 505,7416 E > 324,6213	“Média”	85	7	140	8	29	6	13	1	1	0,2
< 324,6213 E > 165,6415	“Baixa”	57	5	129	8	16	3	52	3	14	3
< 165,6415	“Muito Baixa”	10	1	88	5	6	1	132	7	33	7
Sem informação	“Nula”	911	77	1193	72	395	85	1591	89	400	89
Total por Região		1.188	100	1.668	100	466	100	1.793	100	449	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados gerados.

Com relação ao aspecto de cobertura, a Tabela 10 mostra-nos que a CEF configura sua rede de Agências por meio de forte concentração nas regiões Nordeste e Norte.

As regiões Sul e Sudeste apresentam maior distribuição entre as categorias “Alta”, “Média” e “Baixa” mas, ainda assim, mantém a concentração da sua cobertura. Em todas as regiões do país, existe grande quantidade de municípios desassistidos de Agências da Caixa Econômica Federal.

**Tabela 10: Classificação do Indicador de Cobertura Bancária da CEF em relação à População por Região - 2009**

Enquadramento nos Estratos	Classificação dos intervalos de Cobertura	SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
< 26613,5	“Alta”	108	9	122	7	17	4	18	1	4	1
> 26613,5 E < 46363	“Média”	71	6	122	7	23	5	44	2	8	2
> 46363 E < 76346,5	“Baixa”	61	5	112	7	11	2	76	4	9	2
> 76346,5	“Muito Baixa”	37	3	119	7	20	4	65	4	28	6
Sem informação	“Nula”	911	77	1193	72	395	85	1590	89	400	89
Total por Região		1.188	100	1.668	100	466	100	1.793	100	449	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados gerados.

## 4.2 ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS PARA OS INDICADORES NO ÂMBITO DA CEF

Passaremos agora para a análise de correspondências múltiplas das variáveis estudadas para a atuação da CEF. A nomenclatura utilizada nos gráficos está descrita no Quadro 4 a seguir:

**Quadro 4 – Resumo das variáveis para Análise de Correspondências Múltiplas no âmbito da CEF**

Variáveis	Descrição
CREDITO0 ou C0	Municípios de Contratação “Nula” de Créditos Totais
CREDITO1 ou C1	Municípios de Contratação “Muito Baixa” de Créditos Totais
CREDITO2 ou C2	Municípios de Contratação “Baixa” de Créditos Totais
CREDITO3 ou C3	Municípios de Contratação “Média” de Créditos Totais
CREDITO4 ou C4	Municípios de Contratação “Alta” de Créditos Totais
REDE0 ou R0	Municípios de Cobertura bancária “Nula”
REDE1 ou R1	Municípios de Cobertura bancária “Muito Baixa”
REDE2 ou R2	Municípios de Cobertura bancária “Baixa”
REDE3 ou R3	Municípios de Cobertura bancária “Média”
REDE4 ou R4	Municípios de Cobertura bancária “Alta”
IDH1 ou I1	Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano “Muito Baixo”
IDH2 ou I2	Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano “Baixo”
IDH3 ou I3	Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano “Médio”
IDH4 ou I4	Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano “Alto”
HABITACAO0 ou H0	Municípios de Contratação “Nula” de Crédito Habitacional
HABITACAO1 ou H1	Municípios de Contratação “Muito Baixa” de Crédito Habitacional

**Quadro 4 – Resumo das variáveis para Análise de Correspondências Múltiplas no âmbito da CEF**

HABITACAO2 ou H2	Municípios de Contratação “Baixa” de Crédito Habitacional
HABITACAO3 ou H3	Municípios de Contratação “Média” de Crédito Habitacional
HABITACAO4 ou H4	Municípios de Contratação “Alta” de Crédito Habitacional
BOLSA1 ou B1	Municípios com Distribuição “Muito Baixa” do Bolsa Família
BOLSA2 ou B2	Municípios com Distribuição “Baixa” do Bolsa Família
BOLSA3 ou B3	Municípios com Distribuição “Média” do Bolsa Família
BOLSA4 ou B4	Municípios com Distribuição “Alta” do Bolsa Família

Fonte: Denominação própria a partir das variáveis definidas no “R” (software estatístico).

Diferentemente do exercício que realizamos com o Sistema Financeiro, no caso da CEF existe uma variável nova: a distribuição do Bolsa Família. Como a Caixa Econômica Federal detém a exclusividade na operação desse programa a partir de agora nosso trabalho contempla também esta variável.

Observaremos que enquanto a CEF não está presente nos municípios mais carentes, ou seja, de IDH mais baixo, essas localidades mais pobres são justamente onde a operação do Bolsa Família é mais intensa. Nesse caso, em particular, nem é possível aplicar o argumento de que a CEF é um banco e, como tal, não encontra fundamentos para instalação em qualquer município uma vez que precisaria obedecer a certos parâmetros de viabilidade de seus investimentos.

Isso porque o banco privado, como já vimos, está presente, ainda que de forma simplificada, nos municípios mais pobres. Ora, dentro do paradigma vigente, da viabilidade financeira, até o banco privado reuniu condições metodológicas de justificar aos seus acionistas as decisões de investimento.

No caso da CEF, para além das questões metodológicas, que por sinal, foram reformuladas de forma a flexibilizar o processo decisório, ainda existe o papel institucional de banco público. Nesse sentido, não vislumbramos justificativas para a

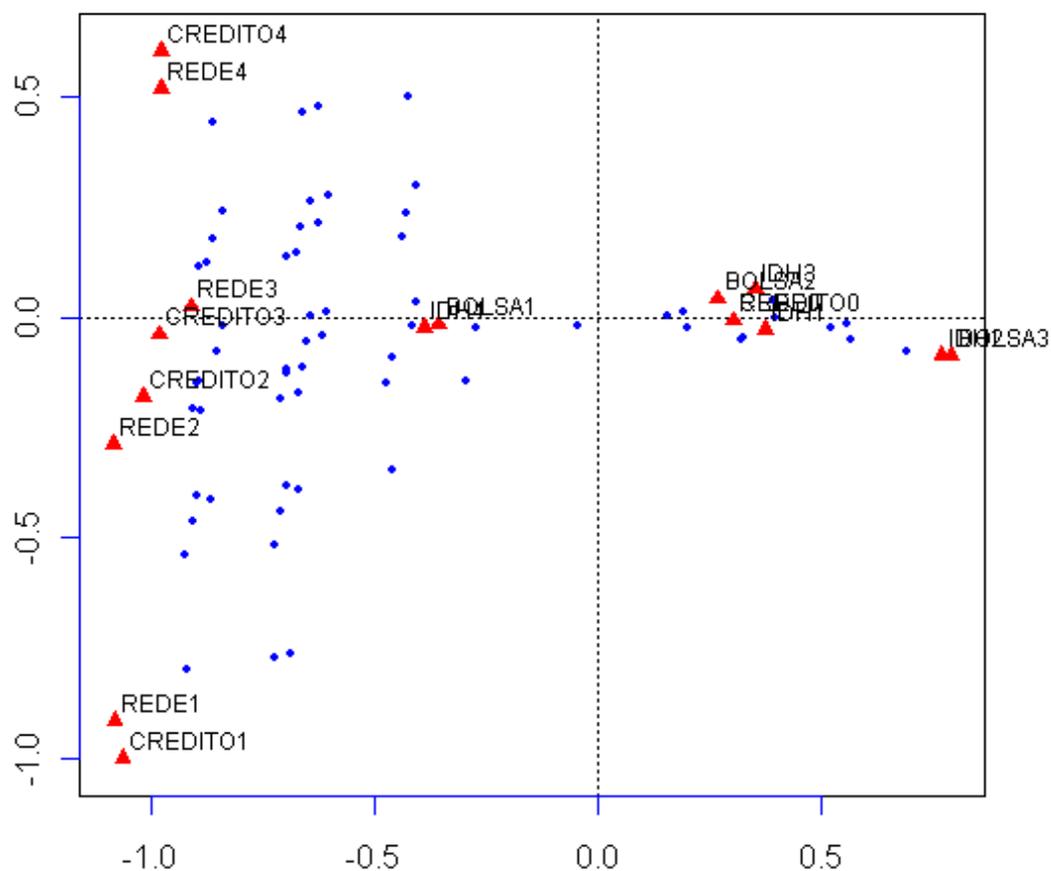
Caixa Econômica Federal manter o desequilíbrio dos seus Indicadores de Créditos e de Cobertura nos patamares identificados no presente trabalho.

Com vistas a confirmar nossas hipóteses, apresentamos a seguir os Gráficos que refletem a análise de correspondência múltipla das variáveis de Cobertura bancária, Créditos Totais, Créditos Habitacionais, IDH municipal e Distribuição do Bolsa Família para todos os municípios do país.

Os exercícios foram realizados utilizando-se os direcionadores PIB e População municipal, e as representações gráficas foram formuladas com recortes regionais. Esse detalhamento maior se justifica tendo em vista que se trata do âmbito da CEF.

Primeiramente segue o Gráfico 15 que apresenta os resultados para a Análise de Correspondência Múltipla das variáveis Indicadores de Créditos Totais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família, no âmbito da CEF na circunscrição da região Sul do país.

**Gráfico 15: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de créditos Totais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na Região Sul em 2009**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Podemos constatar, conforme era esperado, a proximidade entre as variáveis CREDITO4 e REDE4, entre CREDITO3 e REDE 3, entre CREDITO2 e REDE2, bem como entre CREDITO1 e REDE1. Ou seja, os municípios estão mais ou menos servidos de cobertura bancária de acordo com o seu dinamismo refletido na intensidade das contratações.

Reflete, portanto, que a CEF ainda persegue a lógica bancária tradicional. Ainda sobre esse grupo de variáveis, percebemos que as variáveis IDH4 (“Alta”) e BOLSA1 (“Muito Baixa”) estão sobrepostas entre si, qualificando ainda melhor a característica desse quadrante do Gráfico 15.

De fato, os municípios mais bem servidos de Crédito e de Cobertura bancária são os mesmos que possuem o IDH mais elevado, bem como a menor intensidade de pagamentos de Bolsa Família.

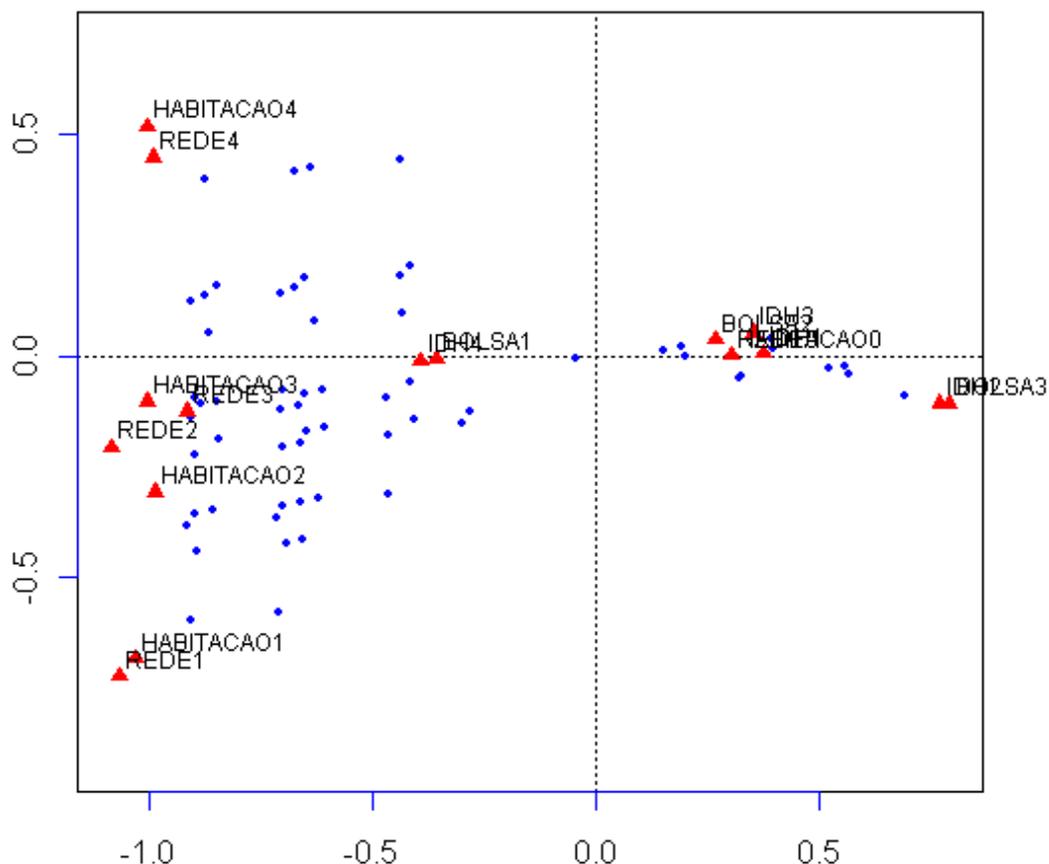
Por outro lado, estão bem próximas as variáveis CREDITO0, REDE0, IDH1, IDH3 e BOLSA4 num bloco e noutro ainda no mesmo quadrante com BOLSA3 e IDH2.

Está confirmado, portanto, que a CEF não está ofertando Créditos Totais e também não está se fazendo presente com Agências nos municípios que recebem forte desembolsos do Bolsa Família, os quais possuem IDH “Muito Baixo”.

Confirmamos, ainda, a estratégia da Caixa Econômica Federal desenhada a partir de 2000, quando começaram as primeiras experiências com a instalação de Correspondentes Bancários nos municípios desassistidos. Naquela ocasião, a CEF optou por estar “presente” com Correspondentes, deixando as Agências para as praças bancárias mais competitivas.

Ainda na região Sul, observaremos os resultados para os Indicadores de Créditos Habitacionais apresentados na Tabela 16 a seguir:

**Gráfico 16: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF para a Região Sul em 2009.**

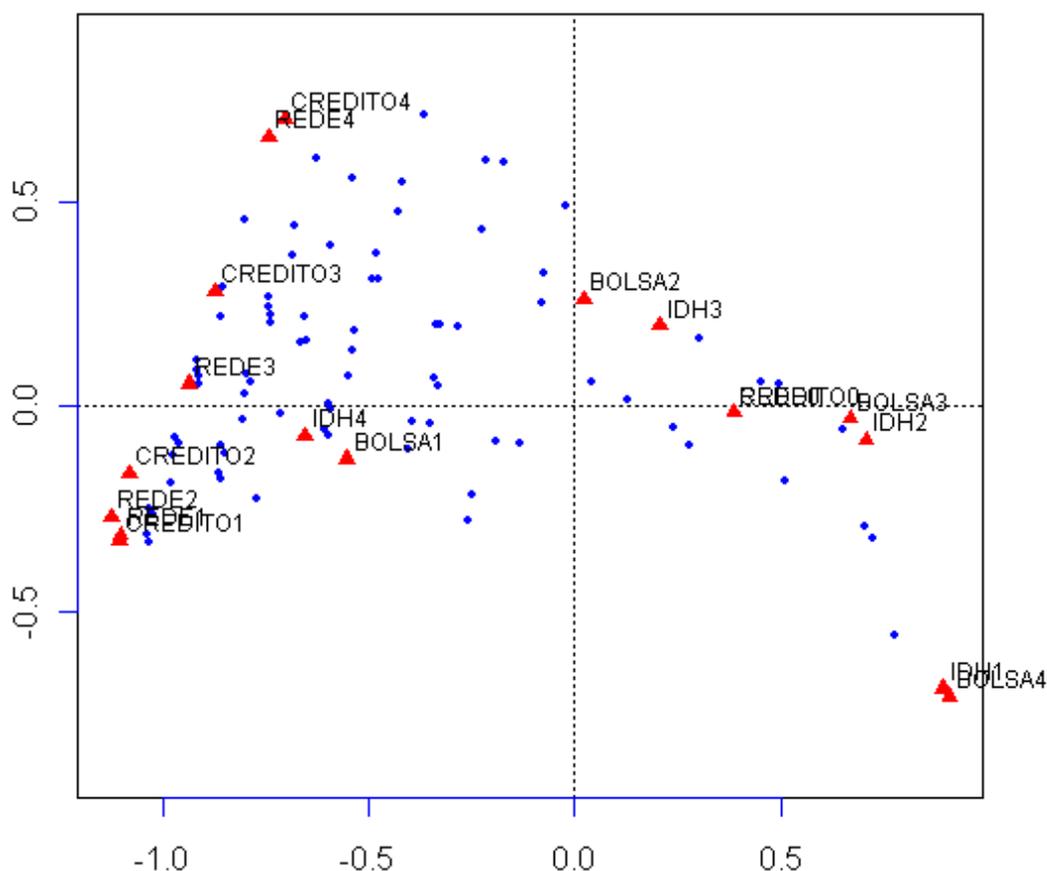


Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Podemos verificar que as variáveis HABITACAO0, REDE0, BOLSA4 e IDH1 estão praticamente sobrepostas, sinalizando que não há oferta de Crédito Habitacional e também não há Cobertura nos municípios mais carentes da região Sul.

Da mesma forma, os municípios mais dinâmicos representados pelas variáveis IDH4 têm na sua proximidade a variável BOLSA1, indicando que há “Muito Baixa” distribuição do Bolsa Família, e também estão no mesmo quadrante as variáveis inseparáveis HABITACAO4 e REDE4, apontando a Cobertura e oferta de Crédito Habitacional com Indicadores classificados como “Alta” em ambas.

**Gráfico 17: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos totais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na Região Sudeste, 2009.**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Para a região Sudeste, no que diz respeito aos Créditos Totais em relação ao PIB, podemos observar perfeito sincronismo entre o IDH e a oferta de Bolsa Família.

Vejamos no Gráfico 17 acima que as variáveis IDH4 e BOLSA1, bem como IDH1 e BOLSA 4 estão bem próximas uma da outra, sinalizando que os municípios

dinâmicos têm “Muito Baixa” distribuição de Bolsa Família e que os municípios mais carentes têm “Alta” oferta desses benefícios sociais. Ainda nesse mesmo quadrante, as variáveis REDE0 e CREDITO0 estão sobrepostas e muito próximas de IDH2 e BOLSA3, confirmando que a CEF ainda persegue a lógica bancária de busca de liquidez, evitando ofertar crédito em mercados sobre os quais tenham pouca informação o que sugeriria um risco elevado.

Em posição oposta a esse quadrante, encontram-se as variáveis REDE4 e CREDITO4, bem como REDE3 e CREDITO3, acompanhados ao redor por IDH4 e IDH3, indicando que a CEF está presente em mercados mais dinâmicos.

Passemos nossa atenção para os Créditos Habitacionais na região Sudeste, ainda em relação ao PIB municipal, demonstrados no Gráfico 18 a seguir. Interessante observarmos que as variáveis IDH1 e BOLSA4 estão praticamente sobrepostas entre si e posicionadas de forma distante das demais variáveis.

De fato, como se referem a municípios carentes, com “Muito Baixo” IDH e “Alta” distribuição de Bolsa Família, não há oferta de Crédito ou mesmo a presença de Agências da CEF.

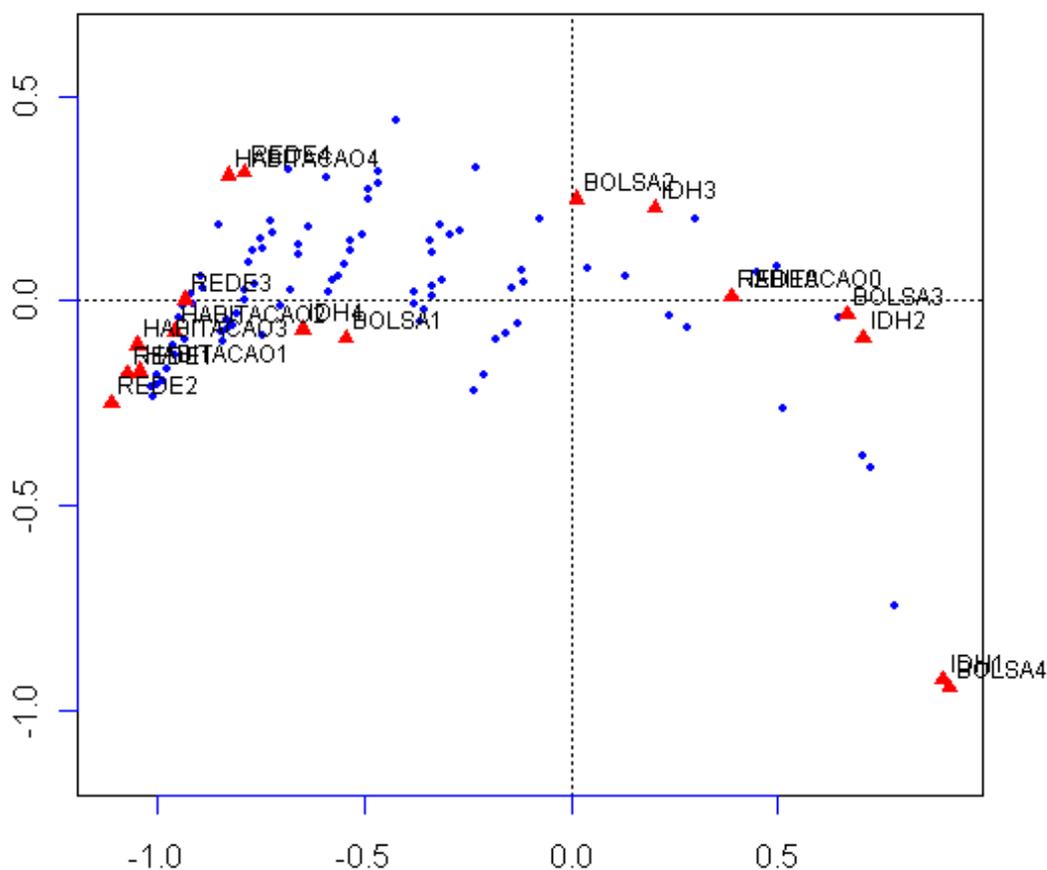
Nesses casos, o banco optou por expandir-se por intermédio de Correspondentes Bancários ou mesmo Lotéricas. Lembramos conforme já foi registrado no presente trabalho, as dependências que não são Agências têm importantes limitações nas condições de atendimento das demandas da população em geral ou dos clientes, seja por razões legais ou operacionais.

As variáveis REDE4 e HABITACAO4 estão bem próximas sugerindo forte especialização desse tipo de crédito em Agências que são referências nesse assunto.

É comum, no dia-a-dia do banco, mesmo em praças maiores, quanto mais em praças menores, determinadas Agências dos grandes centros posicionarem-se como referências para o Crédito Habitacional. Isso porque o volume de operações é tão grande que os diversos tipos de problemas ou ocorrências acabam sendo tratados com maior rapidez pelo aprendizado que essa escala de operações proporciona.

Em alguns casos, a operação de habitação começa numa Agência e um eventual problema acaba por direcionar a sua resolução em outra Agência, mais “especializada” naquele assunto.

**Gráfico 18: Análise de Correspondência Múltipla para Indicadores de Créditos Habitacionais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamento do Bolsa Família – âmbito da CEF na região Sudeste, 2009.**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Observaremos, agora, o Gráfico 19, que nos traz a análise de correspondência múltipla dos Indicadores de Créditos Totais (“C”) em relação PIB para a região Centro-oeste.

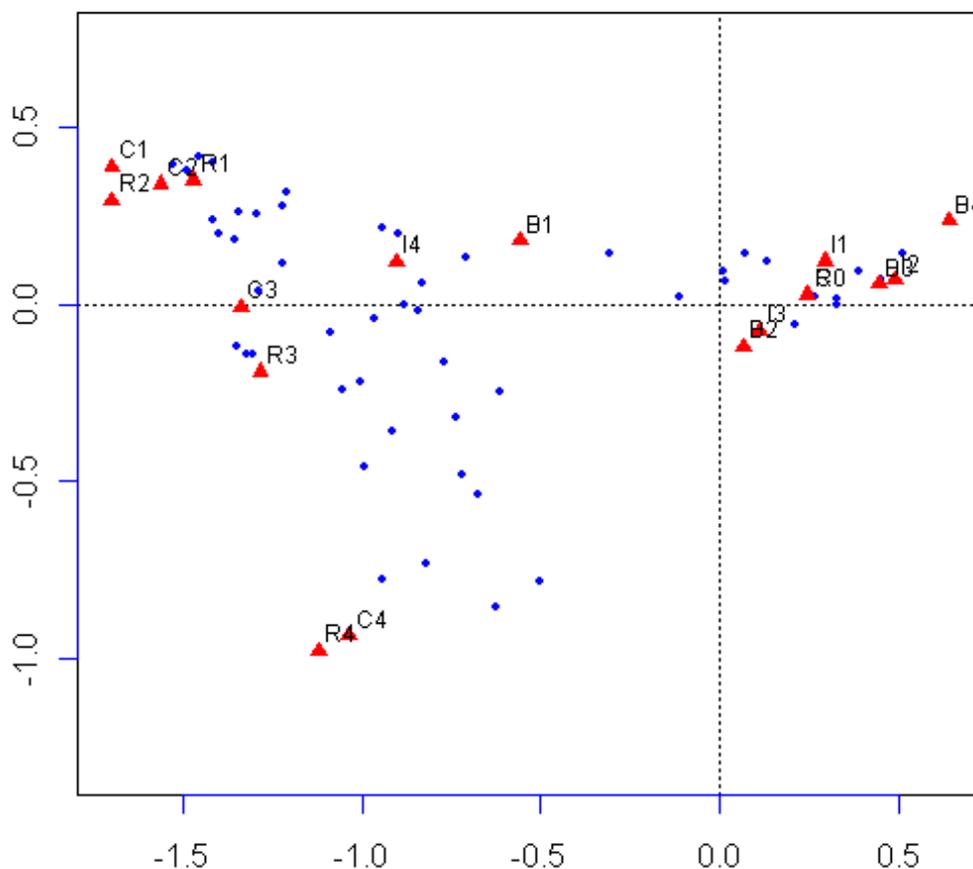
Participam desse exercício as demais variáveis Rede de Agências da CEF (“R”), IDH municipal (“I”) e a Distribuição do Bolsa Família (“B”). Para essa região, a variável I4 (IDH “Alto”) encontra-se posicionada proximamente a B1 (Bolsa Família “Muito Baixa”) ratificando, dessa forma, a sincronia entre municípios mais dinâmicos não demandam distribuição intensa de benefícios sociais.

As variáveis C0 (Contratação “Nula”) e R0 (Cobertura “Nula”) estão sobrepostas no gráfico e próximas a I1 (IDH “Muito Baixo”), confirmando a lógica da CEF de não estar presente com Agências em municípios carentes. Ainda nesse quadrante encontramos B3 e B4 (Bolsa Família “Média” e “Alta”, respectivamente), demonstrando que esses mesmos municípios carentes têm oferta de benefícios do Bolsa Família.

Como a CEF não está presente com Agências, essa distribuição de benefícios é realizada mediante os Correspondentes Bancários e Lotéricas.

Nessa condição, determinados eventos como cadastramentos de senhas, resolução de problemas de não pagamento ou mesmo para informações mais qualificadas não são oferecidas nesses postos, havendo a necessidade do cidadão deslocar-se até o município mais próximo onde tenha uma Agência da CEF, ou seja, temos aqui uma nova “especialização” disponível apenas no “lugar central”.

**Gráfico 19: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF para a Região Centro-Oeste, 2009.**



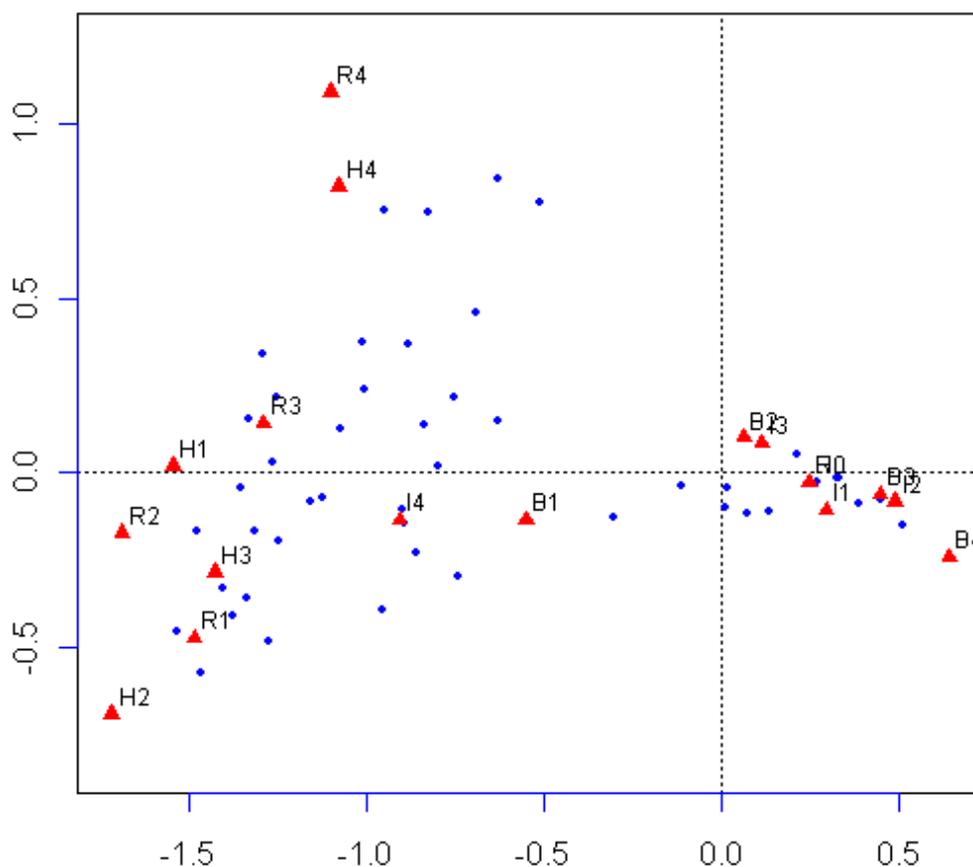
Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Ainda na região Centro-oeste, observaremos o Gráfico 20 que trata dos Indicadores de Créditos Habitacionais em relação ao PIB.

As variáveis R4 e C4 estão próximas, indicando que a oferta “Alta” de crédito é proporcionada pela cobertura “Alta” de Agências da CEF. No quadrante oposto temos

próximas as variáveis R0, H0, I1 e B4, ou seja, trata-se do agrupamento de municípios com as características de Cobertura “Nula”, Crédito Habitacional “Nulo”, IDH “Muito Baixo” e Bolsa Família “Alta”.

**Gráfico 20: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na Região Centro-oeste, 2009.**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Com relação à região Nordeste, poderemos observar o Gráfico 21 e confirmar o comportamento esperado das variáveis Créditos Totais, Cobertura Bancária, IDH municipal e Distribuição dos benefícios sociais do Programa Bolsa Família.

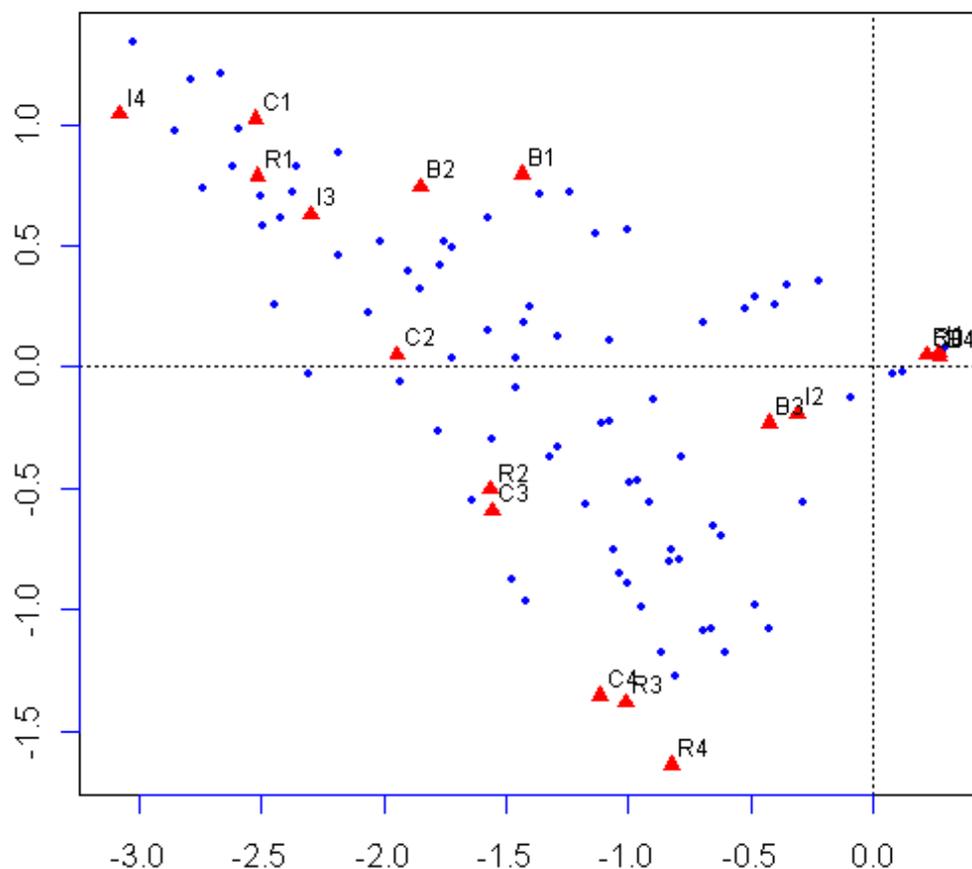
As variáveis B4, I1, R0 e C0 estão sobrepostas, indicando a associação entre distribuição “Alta” do Bolsa Família com IDH “Muito Baixo”, bem como cobertura “Nula” e contratação “Nula”. Interessante observarmos que R2, R3 e R4 (coberturas “Baixa”, “Média” e “Alta”, respectivamente) estão próxima a C3 e C4 (contratação de Créditos Totais “Média” e “Alta”, respectivamente) sinalizando coerência com nossas evidências encontradas até este momento.

No entanto, podemos identificar que I4 (IDH “Alto”) e I3 (IDH “Médio”) estão próximos de C1 e R1 (cobertura “Muito Baixa” e contratação “Muito Baixa”) apontando um desequilíbrio na própria lógica de atuação de um banco.

Essa situação pode ser esclarecida pela política vigente na CEF até 2007, quando as regiões Nordeste e Norte acabavam sendo prejudicadas pela metodologia utilizada no banco para o processo de expansão de abertura de Agências.

A metodologia anterior praticamente não “enxergava” essas regiões, uma vez que orientava o processo de abertura aos grandes centros urbanos. Dessa forma, qualquer melhoria na dinâmica dos municípios pequenos ou médios não era captada pela CEF.

**Gráfico 21: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF para a Região Nordeste, 2009.**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

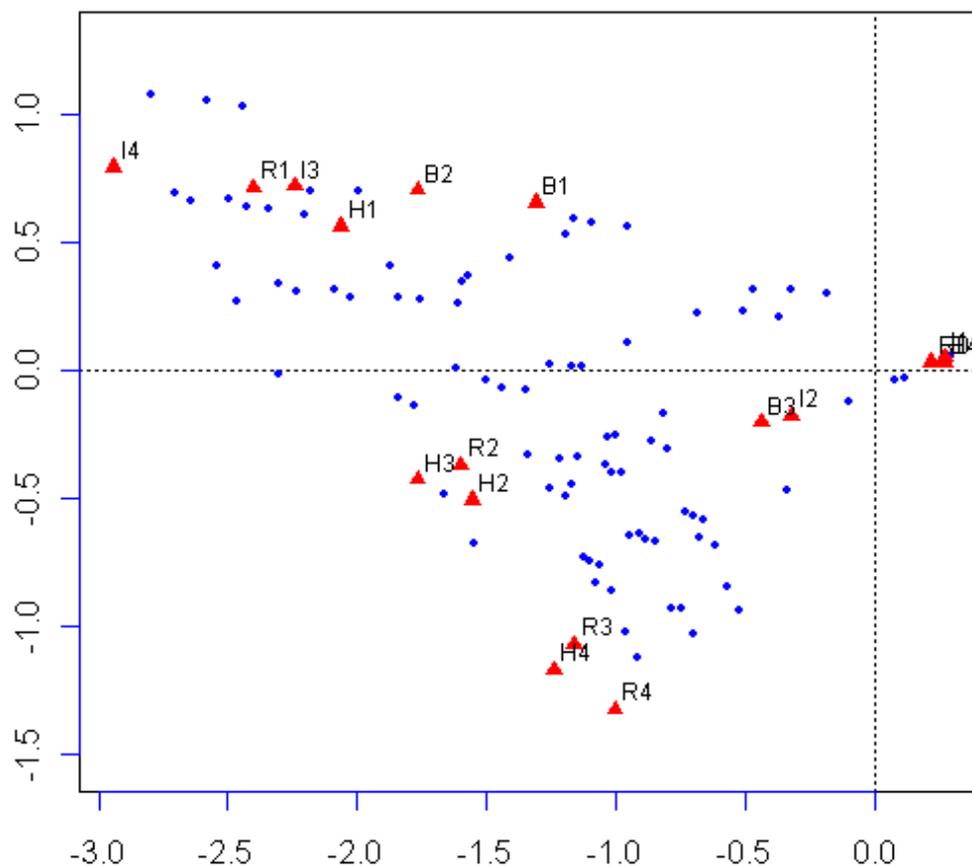
Ainda na região Nordeste, agora para o Crédito Habitacional, podemos observar o Gráfico 22 a seguir. Novamente podemos observar que a cobertura bancária está coerente com o nível de contratação, ou seja, H1 próximo a R1, H2 próximo a R2, H4 próximo a R3 e R4. Também a exclusão bancária está bem refletida a partir do grupo B4, I1, R0 e

H0, no qual retrata os municípios de “Alta” distribuição de benefícios sociais do Bolsa Família, “Muito Baixo” IDH, Cobertura “Nula” e Contratação de Habitação “Nula”.

Todavia, o mesmo não pode ser dito dos municípios que prosperam. Ora, a CEF não conseguiu acompanhar o dinamismo dos municípios representados pelas variáveis I4 e I3, já que continua posicionada nesse quadrante com R1 e H1. Nesse sentido, municípios com IDH “Alto” e “Médio” ainda convivem com a atuação da CEF caracterizada por Cobertura “Muito Baixa” e Contratação “Muito Baixa”.

Interessante observar que o Programa Bolsa Família acompanhou o dinamismo desse quadrante, pois está presente no mesmo com B1 e B2 (distribuição do Bolsa Família “Muito Baixa” e “Baixa”, respectivamente).

**Gráfico 22: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Crédito Habitacional em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF para a Região Nordeste, 2009.**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

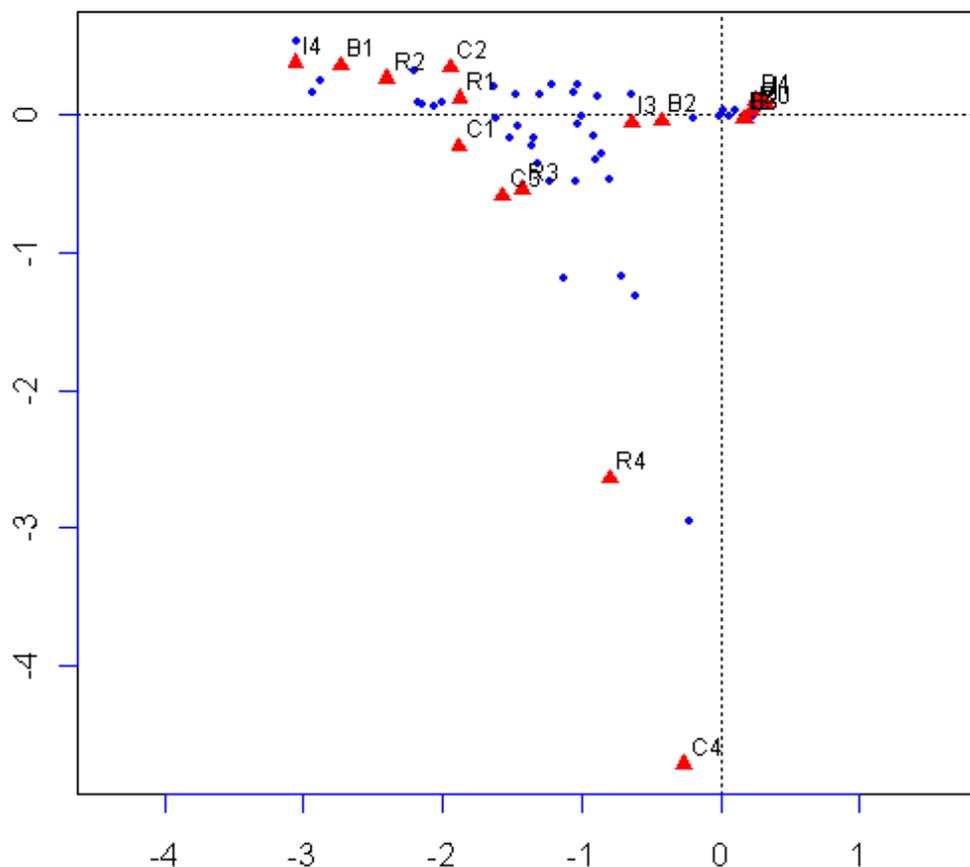
Visitando a região Norte, a partir do Gráfico 23, observaremos o comportamento das variáveis para os Créditos Totais em relação ao PIB. As variáveis I1, I2, B3, B4, R0 e C0 estão sobrepostas, indicando uma cobertura bancária da CEF “Nula”,

consequentemente uma contratação “Nula”, para um IDH “Muito Baixo” ou “Baixo” e uma distribuição intensa de Bolsa Família (“Média” e “Alta”).

O mesmo fenômeno descrito para a região Nordeste se repete para a região Norte. A CEF não acompanhou o desenvolvimento dos municípios dessa região, permanecendo com uma atuação “Muito Baixa” em contratações de Créditos Totais e uma cobertura “Muito Baixa” no que diz respeito a Agências.

A opção feita foi para a abertura de Correspondentes Bancários na região, perdendo-se oportunidades de novos negócios nos municípios representados por I4, ou seja, IDH “Alto”.

**Gráfico 23: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na região Norte, 2009.**

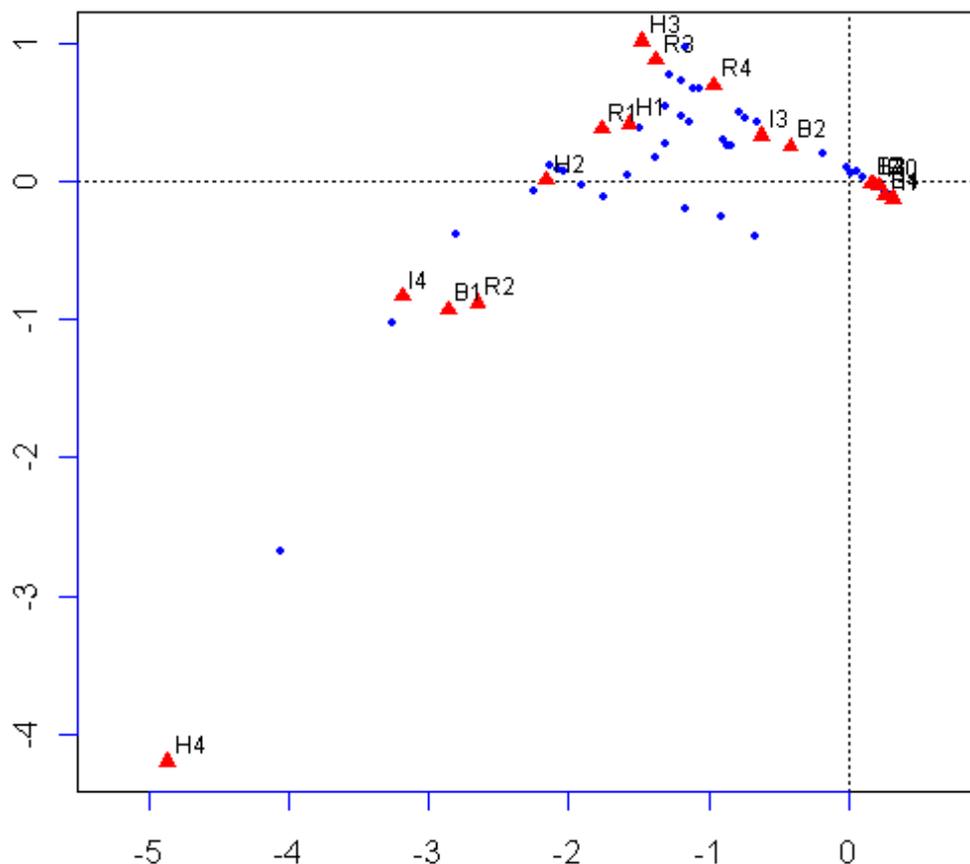


Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Com relação ao Crédito Habitacional na região Norte do país, poderemos observar o Gráfico 24 a seguir.

A exclusão bancária é novamente bem identificada mediante a proximidade, ou melhor, sobreposição das variáveis R0, H0, I1, I2, B3 e B4, ou seja, municípios com Cobertura “Nula” de Agências da CEF, conseqüentemente contratação de Crédito Habitacional “Nula”, IDH “Muito Baixo” e “Baixo”, bem como distribuição do Bolsa Família “Alta” e “Média”.

**Gráfico 24: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Crédito Habitacional em relação ao PIB, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF para a Região Norte, 2009.**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

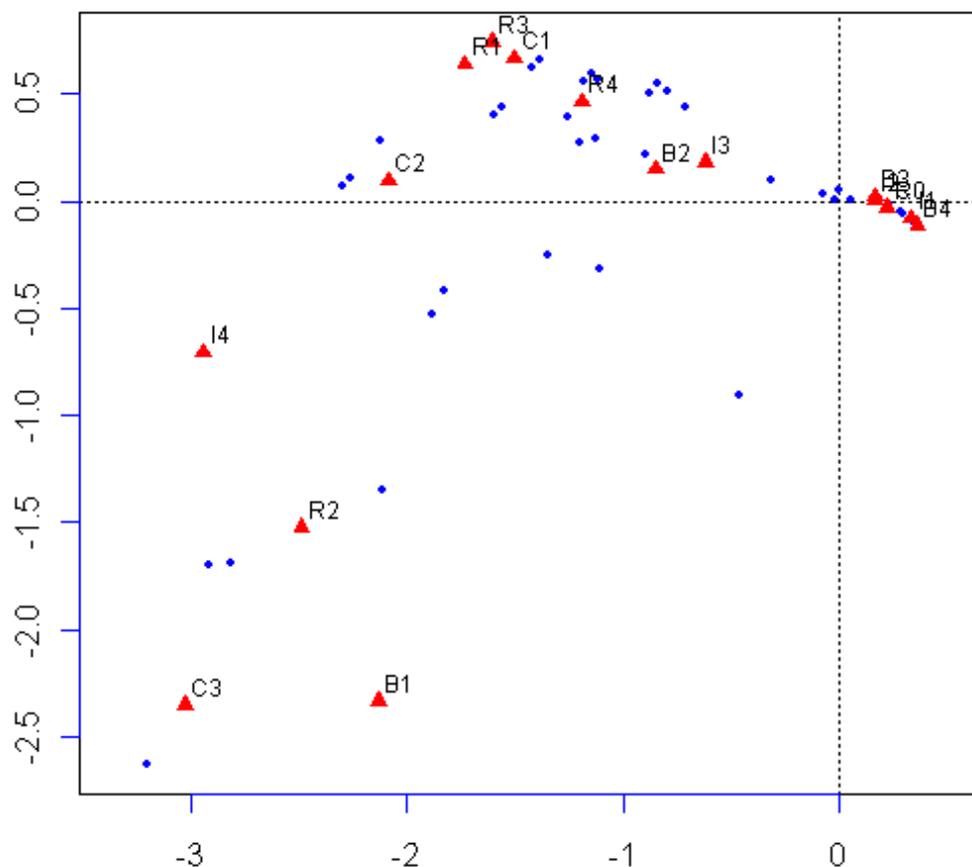
Passaremos agora a um novo direcionador das nossas análises. Efetuaremos uma leitura do comportamento das mesmas variáveis para a CEF, em todas as regiões do país, no entanto, sob o prisma Populacional em substituição ao PIB.

O Gráfico 25 a seguir apresenta a análise de correspondências múltiplas para os Indicadores de Créditos Totais em relação à População para a região Norte:

Percebemos o agrupamento das variáveis B3, B4, I1, I2, R0 e C0, indicando os municípios que recebem distribuição “Média” e “Alta” do Bolsa Família, com IDH “Baixo” e “Muito Baixo”, em cobertura “Nula” e contratação “Nula”.

Curiosamente observamos que a variável C4, representante de municípios com contratação “Alta” também está presente nas proximidades. Não conseguimos identificar uma explicação para esse fato que descola do padrão observado para todas as outras análises.

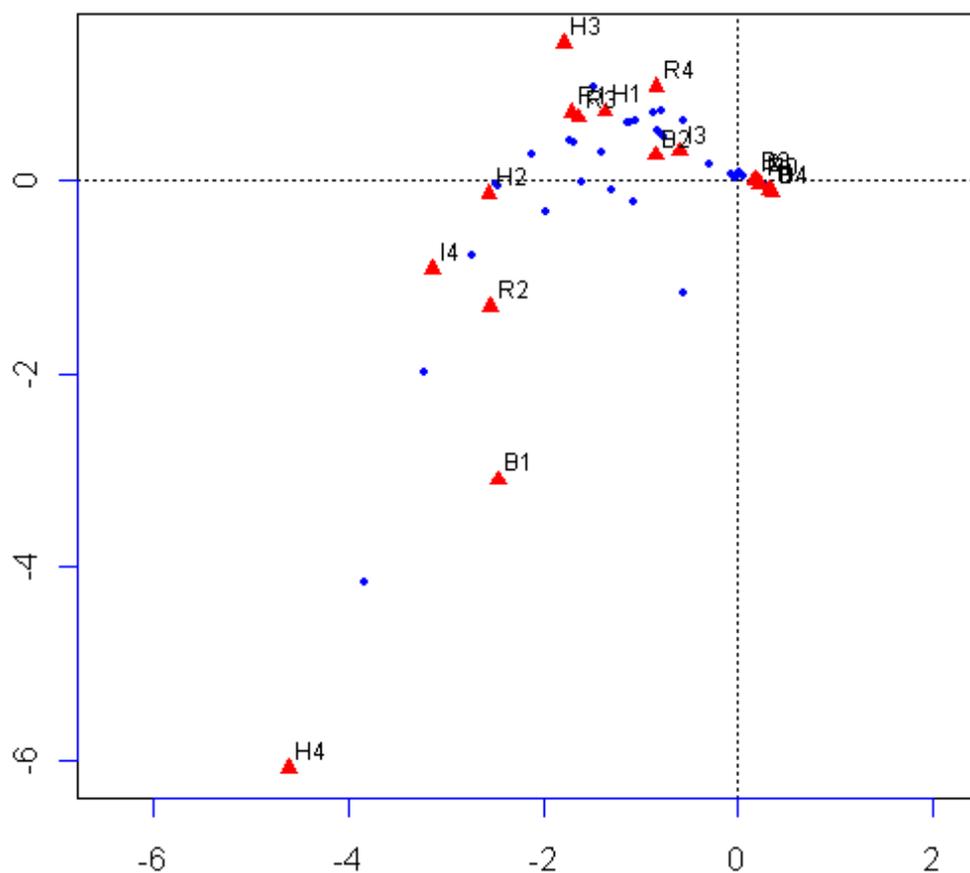
**Gráfico 25: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos totais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na Região Norte, 2009.**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Com relação à contratação de Créditos Habitacionais na região Norte em relação à População, podemos observar o Gráfico 26 a seguir:

**Gráfico 26: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF na Região Norte, 2009.**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

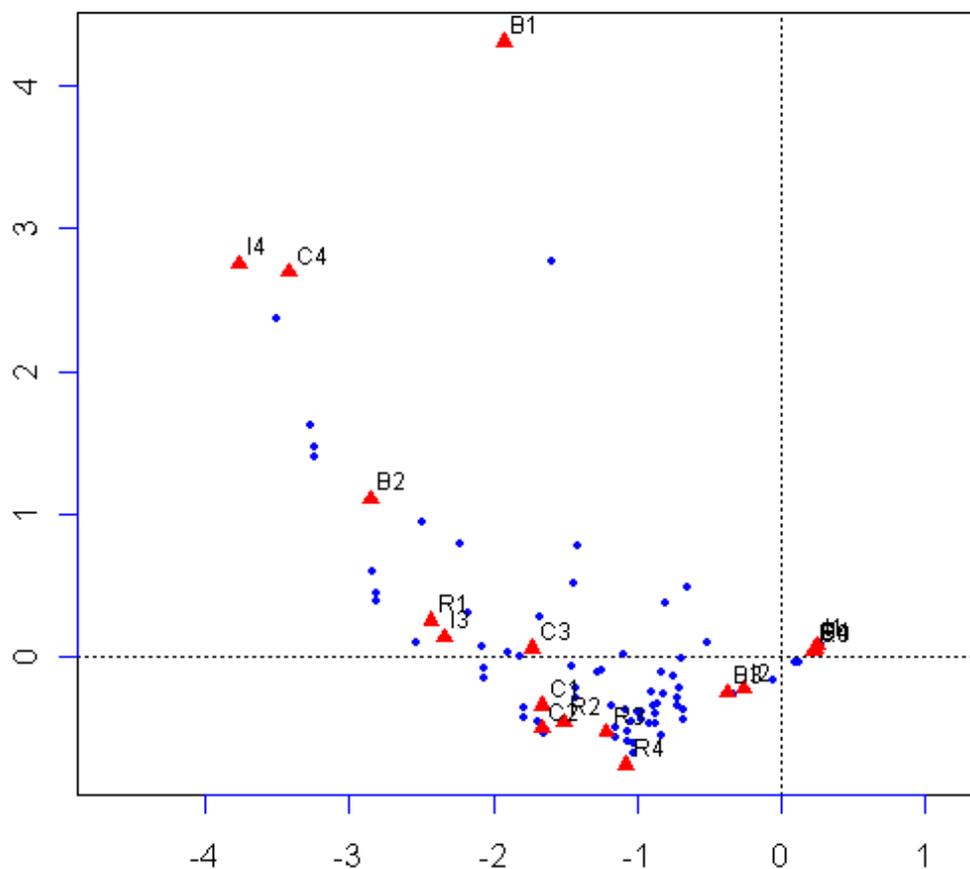
Podemos verificar que estão no mesmo quadrante as variáveis H4, B1, I4 e R2, ou seja, Contratação habitacional “Alta”, distribuição do Bolsa Família “Muito Baixa”, IDH “Alto” e uma cobertura bancária “Baixa”.

Nesse caso, podemos explicar que embora exista um subdimensionamento de rede para esses municípios, a produtividade de contratação está elevada, o que não significa garantia de qualidade no atendimento.

Caracterizando a exclusão bancária, estão as variáveis sobrepostas B3, B4, I1, I2, RO e H0, ou seja, distribuição do Bolsa Família “Média” e “Alta”, IDH “Baixo” e “Muito Baixo”, com uma cobertura de Agências da CEF “Nula” e contratação “Nula” para créditos habitacionais.

Passemos agora para a região Nordeste, também com a abordagem de Créditos em relação à População. O Gráfico 27 a seguir apresenta a análise de correspondências múltiplas para os Indicadores de Créditos Totais da CEF no âmbito da região Nordeste:

**Gráfico 27: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF – Região Nordeste, 2009.**



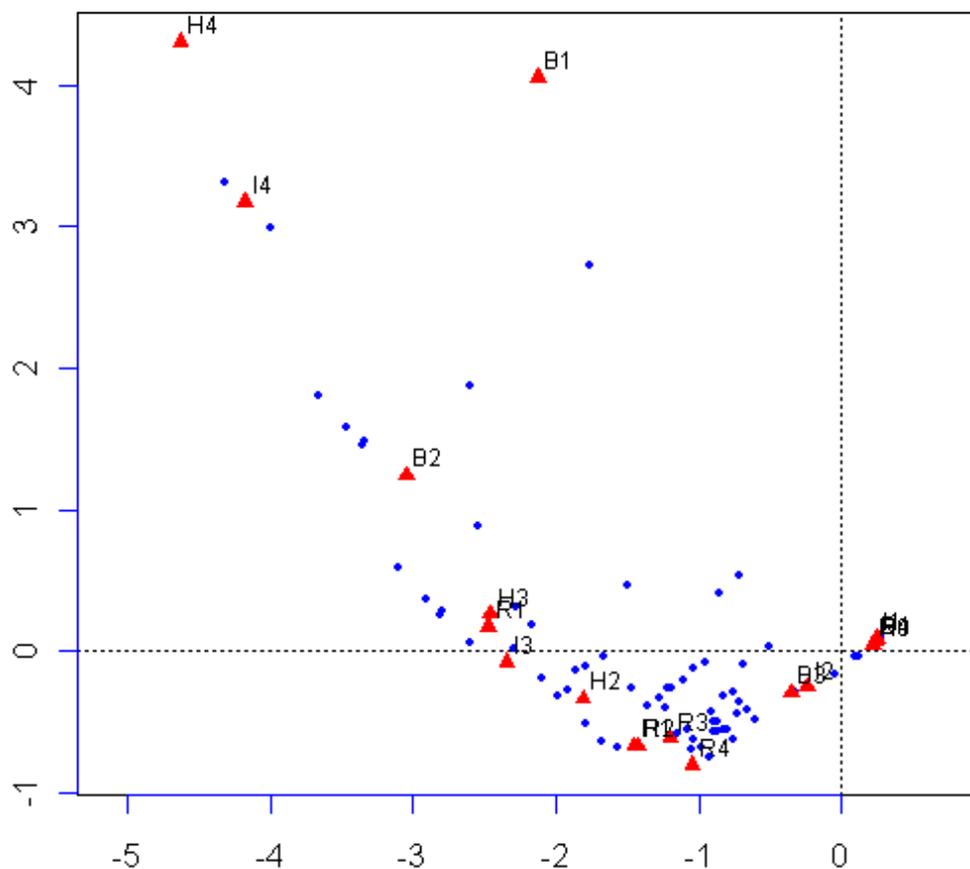
Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Podemos observar no Gráfico 27 a proximidade das variáveis I4, C4 e B1, significando a representatividade dos municípios com IDH “Alto”, contratação de Créditos Totais “Alta” e “Muito Baixa” distribuição de benefícios do Bolsa Família.

Como a variável de cobertura bancária mais próxima desse grupo é a R1, indicativo de cobertura “Muito Baixa”, podemos explicar o fenômeno também pelo subdimensionamento de Agências nesses municípios. Ou seja, os municípios prosperaram, no entanto, a metodologia adotada pela CEF não foi sensível o bastante para perceber os eventos.

Para uma análise dos créditos habitacionais na região Nordeste, observaremos o Gráfico 28 a seguir:

**Gráfico 28: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos habitacionais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da – CEF – Região Nordeste, 2009.**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

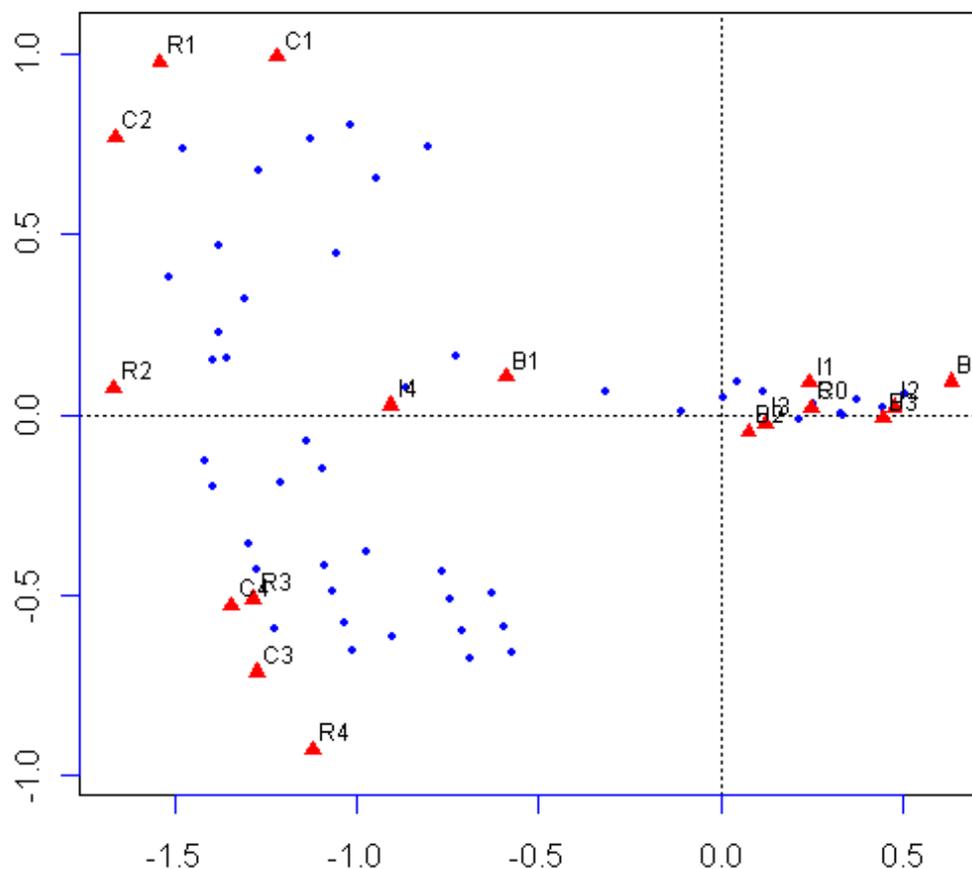
Da mesma forma que os Créditos Totais, as operações de Créditos Habitacionais tiveram comportamento similar. O quadrante com a variável H4, a qual sinaliza contratações “Altas”, também comporta as variáveis I4 e B1, ou seja, municípios que

possuem IDH “Alto”, portanto, dinâmicos, e distribuição dos benefícios do Programa Bolsa Família “Muito Baixa”.

Nesse caso também cabe registrar a proximidade da variável R1, sinalizando um possível subdimensionamento de Agências para esses municípios.

Passaremos agora para a região Centro-oeste com vistas a tratarmos as características dos Indicadores de Créditos Totais em relação à População, conforme Gráfico 29 a seguir:

**Gráfico 29: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito da CEF – Região Centro-oeste, 2009.**

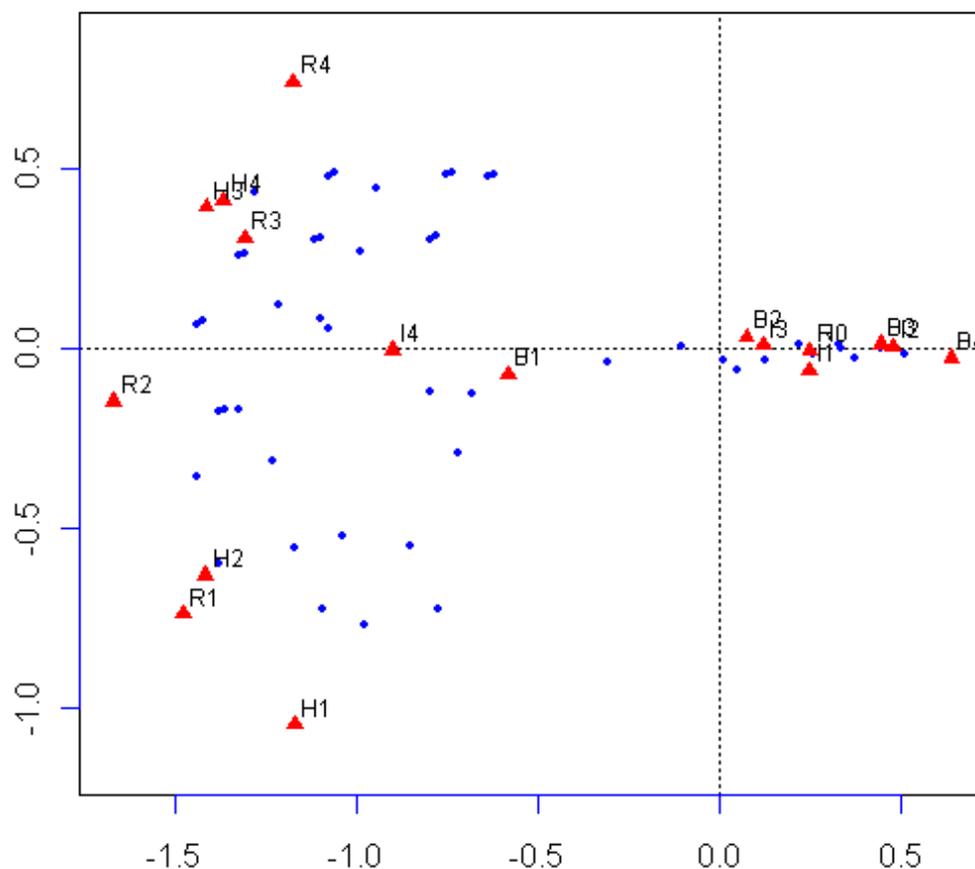


Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

O Gráfico 29 acima aponta que existe associação entre as variáveis C3, C4, R3 e R4, ou seja, contratações “Média” e “Alta” para uma cobertura “Média” e “Alta”. Nas proximidades encontra-se a variável I4, indicando que se tratam de municípios com IDH “Alto”.

No quadrante da exclusão bancária, encontram-se as variáveis C0, R0, I1, I2, B3, B4, referindo-se a contratação “Nula”, cobertura de Agências “Nula”, IDH “Baixo” e “Muito Baixo”, bem como uma distribuição de benefícios do Bolsa Família “Média” e “Alta”. Com relação aos Créditos Habitacionais, o Gráfico 30 a seguir, apresenta os resultados para a região do Centro-oeste:

**Gráfico 30: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família, âmbito da CEF – Região Centro-oeste, 2009.**



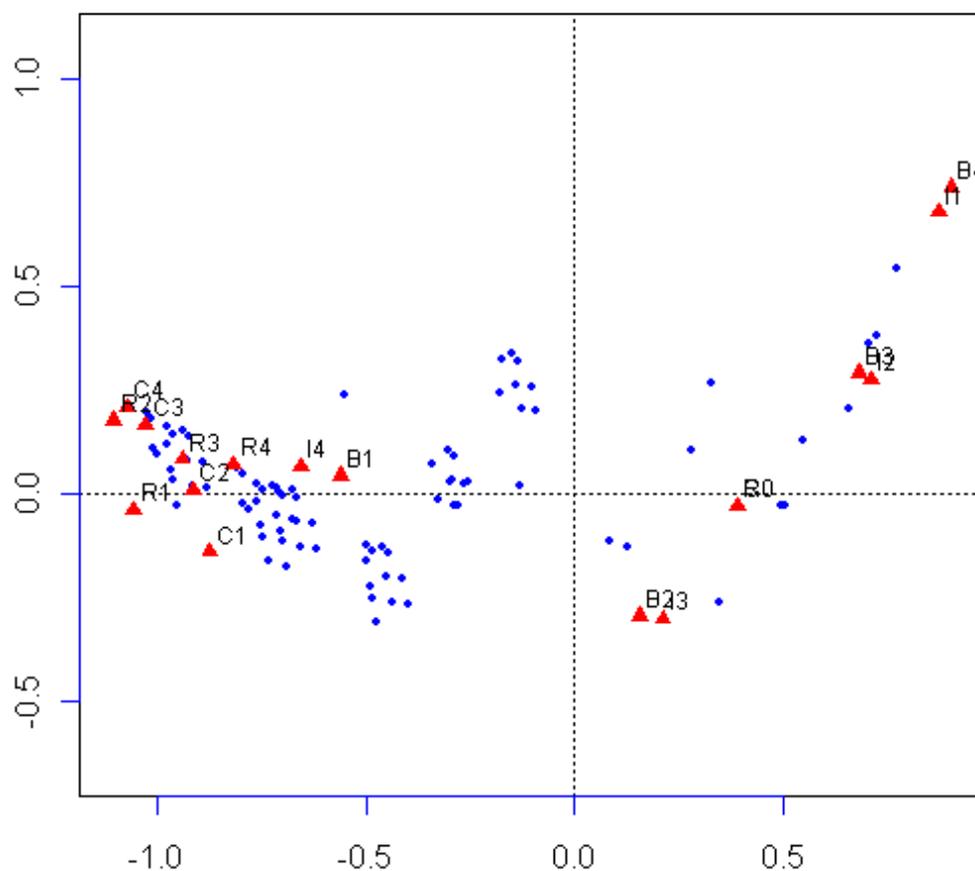
Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

O Gráfico 30 acima demonstra que as variáveis H3, H4, R3 e I4, em seguida a B1, estão próximos e, portanto, retratam as condições desses municípios com as seguintes características: contratações de Créditos Habitacionais “Média” e “Alta”, cobertura bancária “Média”, IDH “Alto” e distribuição do Bolsa Família “Muito Baixa”.

No quadrante da exclusão bancária encontram-se próximas as variáveis R0, H0, I1 e B4, sinalizando os municípios que possuem cobertura bancária da CEF “Nula”, contratação de Créditos Habitacionais “Nula”, IDH “Muito Baixo” e Bolsa Família “Alta”.

A partir de agora analisaremos a região Sudeste, considerando os Créditos Totais da CEF em relação à População, conforme demonstrado no Gráfico 31:

**Gráfico 31: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos totais pela População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família – âmbito CEF – Região Sudeste, 2009.**



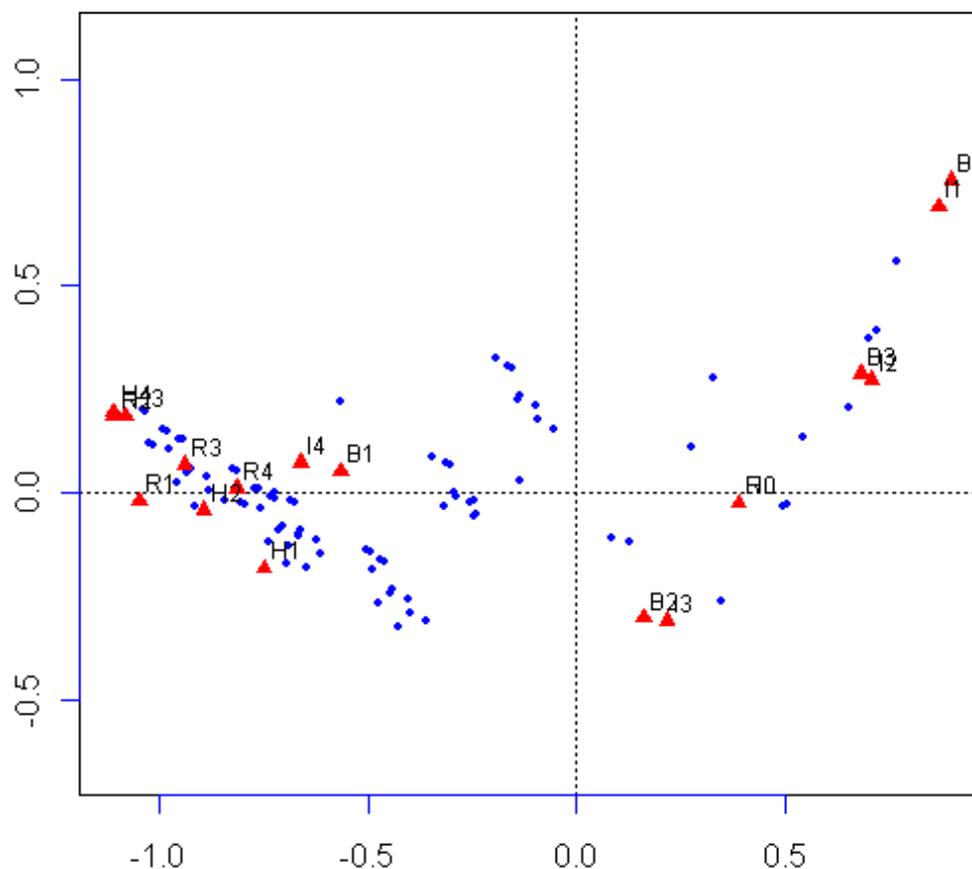
Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

O Gráfico 31 acima demonstra o agrupamento das variáveis R4, C4, I4 e B1 no mesmo quadrante, sinalizando os municípios com as seguintes características: cobertura bancária “Alta”, contratação de Créditos “Alta”, IDH “Alto” e distribuição de Bolsa Família “Muito Baixa”.

No quadrante ao lado podemos identificar a presença das variáveis I1, B4 e logo mais abaixo as variáveis sobrepostas C0 e R0, ou seja, tratam-se dos municípios com IDH “Muito Baixo”, distribuição “Alta” do Bolsa Família, com cobertura de Agências “Nula” e contratação de Créditos “Nula”.

Com relação aos Créditos Habitacionais na região Sudeste, em função do direcionador dos cálculos para População, o Gráfico 32 apresenta os resultados a seguir:

**Gráfico 32: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família - âmbito CEF – Região Sudeste, 2009.**



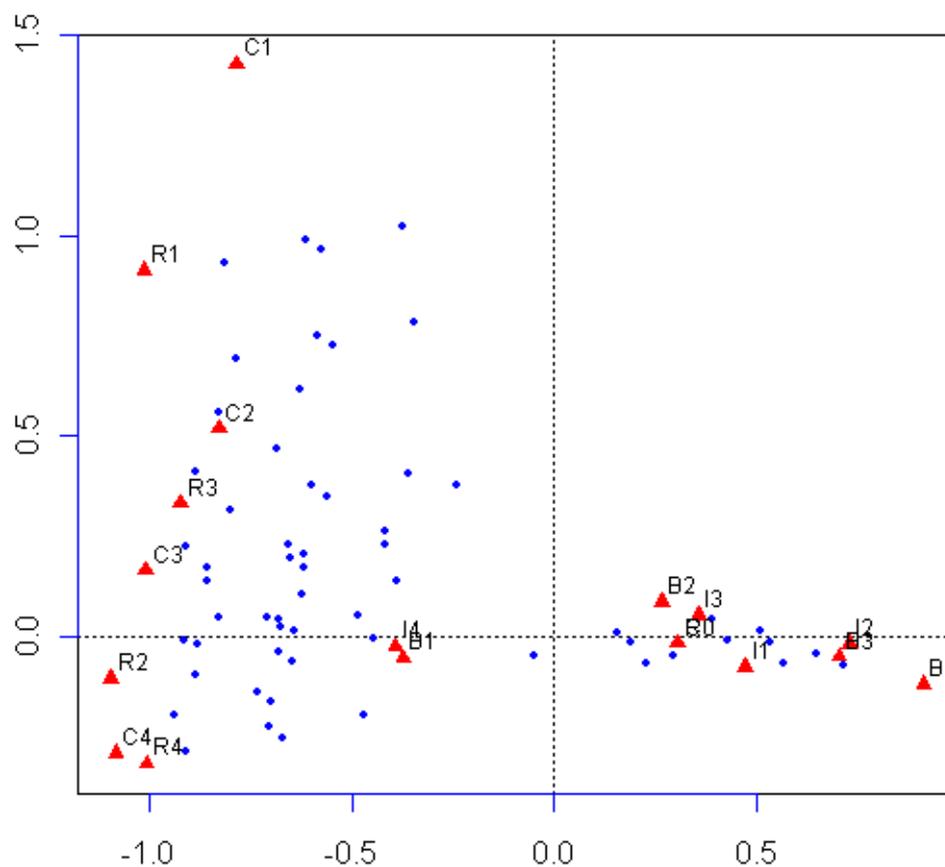
Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Conforme se observa no Gráfico 32 acima, o comportamento das variáveis para o Crédito Habitacional manteve-se o mesmo do apreciado pelos Créditos Totais, ou seja: H4, R4, I4 e B1 próximos, sinalizando cobertura “Alta” e Contratação Habitacional “Alta”, bem como IDH “Alto” e distribuição de Bolsa Família “Muito Baixa”.

O mesmo se observa para o quadrante da exclusão bancária mediante a proximidade das variáveis B4, I1, H0 e R0, ou seja, distribuição do Bolsa Família “Alta”, IDH “Muito Baixo”, bem como uma contratação “Nula” e cobertura “Nula” da CEF.

Passaremos agora para uma leitura da região Sul, considerando os Indicadores de Créditos Totais em relação à População, a partir do Gráfico 33 que apresenta a análise de correspondência múltipla respectiva:

**Gráfico 33: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Totais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família - âmbito CEF – Região Sul, 2009.**



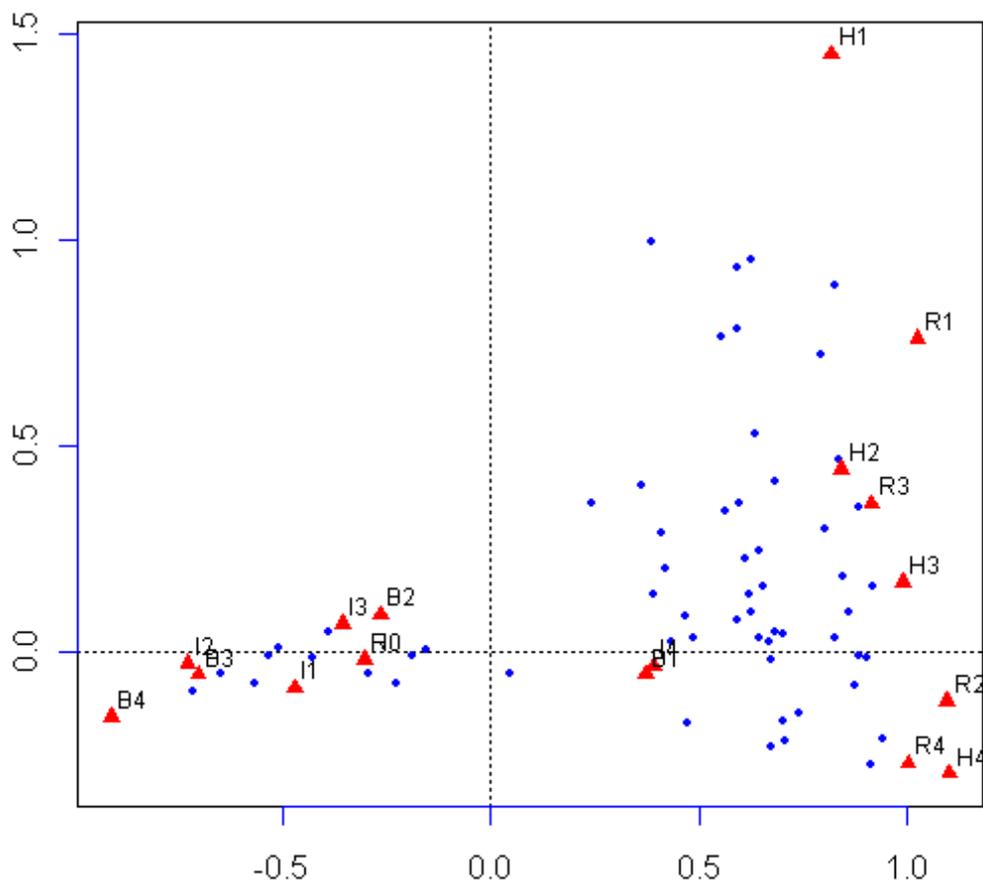
Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Conforme demonstrado pelo Gráfico 33 acima, as variáveis C4, R4, I4 e B1 estão próximas, no mesmo quadrante, indicando o agrupamento dos municípios com Contratação “Alta”, Cobertura “Alta”, IDH “Alto” e distribuição dos benefícios do Bolsa Família “Muito Baixa”.

Por outro lado, no quadrante oposto, encontram-se agrupados os municípios representados pelas variáveis B4, I1, C0 e R0, ou seja, aquelas localidades mais carentes com distribuição de Bolsa Família “Alta”, IDH “Muito Baixo”, Contratação “Nula” e Cobertura “Nula”.

Completando as nossas análises de correspondências múltiplas, a região Sul será demonstrada pelo Gráfico 34 a seguir, mediante a plotagem das variáveis correspondentes aos Indicadores de Créditos Habitacionais para a região Sul, em relação à População:

**Gráfico 34: Análise de Correspondência Múltipla para os Indicadores de Créditos Habitacionais em relação à População, Rede de Agências, IDH dos Municípios e Pagamentos do Bolsa Família - âmbito CEF – Região Sul, 2009.**



Fonte: elaborado pelo autor (software estatístico R) a partir do procedimento de classificação dos Indicadores com a aplicação da metodologia de Corrêa & Botelho (2009).

Os créditos habitacionais contratados na região Sul também seguiram a mesma lógica observada até este ponto do trabalho. As variáveis B4, H0, R0, I1 estão posicionadas no mesmo quadrante.

Esse grupo representa a associação forte entre distribuição “Alta” do Bolsa Família, contratação “Nula” de crédito habitacional, cobertura bancária da CEF “Nula” e IDH “Muito Baixo”.

No quadrante oposto encontram-se agrupados os atributos Contratação de Créditos Habitacionais “Alta”, Cobertura da CEF “Alta”, IDH “Alto” e distribuição do Bolsa Família “Muito Baixa” (C4, R4, I4, e B1).

## **5 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE ABERTURA DE AGÊNCIAS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

### **5.1 TRAJETÓRIO INSTITUCIONAL NO PERÍODO 2000-2010**

A perspectiva da legislação que regulamenta o sistema foi abordada introdutoriamente no Capítulo 3 deste trabalho, subitem 3.6.5, onde exploramos apenas a tipologia das dependências bancárias, cada qual com suas características e funcionalidades amparadas pelas resoluções de responsabilidade do Conselho Monetário Nacional. Ainda a esse respeito, numa abordagem mais aprofundada, apresentaremos a trajetória de importantes mudanças implementadas a partir de 2008.

Tudo começa a partir de uma visita de cortesia que fizemos ao Diretor de Organização do Sistema Financeiro, em Janeiro de 2008, ao explorarmos o alinhamento

das diretrizes vigentes com as reais necessidades dos agentes financeiros, o mesmo reconheceu a necessidade de atualização das normas que regulam o sistema com vistas a proporcionar maior flexibilidade aos bancos na configuração de seus modelos de distribuição de produtos e serviços.<sup>4</sup>

O aspecto da regulamentação tem o seu papel para o processo de expansão de abertura de agências da Caixa Econômica Federal. Prova disso foi o período de Fevereiro/1995 a Junho/1997 no qual a empresa ficou impedida de abrir novas unidades de agências, em função do desenquadramento do seu balanço ao Acordo da Basiléia.<sup>5</sup>

Esse período foi tão marcante que a própria “inteligência” dos processos de abertura, como dimensionamento de unidades, localização de pontos de instalação e elaboração de planos de negócios das agências, sofreu descontinuidade e perda de capital intelectual para outros processos.<sup>6</sup>

Se observarmos o desempenho da realização orçamentária da CEF perante a LOA, particularmente na aplicação dos recursos de investimentos em novas dependências bancárias, notaremos que a empresa não apresenta números adequados.

Abordaremos agora, para além do aspecto da legislação, os contextos do modelo de gestão da CEF de 2000 a 2009 que influenciaram diretamente nas decisões do tamanho do banco em relação à sua presença física.

No período de 1999 a 2002, a Caixa Econômica contratou consultorias para suporte metodológico na elaboração de projetos de “iniciativas prioritárias” e de “estratégias de canais”.

---

<sup>4</sup> Essa visita ocorreu no início de 2008, já como reflexo de outra mudança de gestão na CEF em função do 2º mandato do Presidente Lula. As áreas da matriz da empresa praticamente “pararam” durante o ano de 2007 para acompanhar a nova configuração da organização, com a criação de novas vice-presidências e o processo desgastante de dispensas e designações de Superintendentes e Gerentes Nacionais.

<sup>5</sup> O Banco Central do Brasil voltou a autorizar a CEF a abrir novas dependências bancárias em 01/07/1997 por meio de autorização publicada no Diário Oficial da União.

<sup>6</sup> Parte dessa perda de inteligência em processos de negócios deve ser imputada à responsabilidade da própria CEF visto que não há, até hoje, uma política de gestão de conhecimentos. Senão, vejamos: a cada mudança organizacional, cada vez com um interstício menor, observamos que os novos gestores descartam o conteúdo gerado pela gestão anterior, “fazendo vista grossa” aos estudos especializados produzidos pelo próprio quadro ou consultorias contratadas. Essa cultura vem submetendo a empresa a processos de retrabalho e de descontinuidade sistematicamente, com perdas de energia e de oportunidades de aprendizado empresarial.

Nessa ocasião, ficou decidido que a expansão de canais do banco dar-se-ia nas suas várias modalidades: autoatendimento, telemarketing, agências, correspondentes bancários e internet.<sup>7</sup>

A partir dos estudos realizados na empresa, em trabalhos distintos, sob orientação das consultorias, a estruturação das estratégias de expansão dos canais da CEF adotou como pressupostos os modelos de terceirização.<sup>8</sup>

Os argumentos utilizados para convencimento interno do quadro de empregados da matriz foi a redução de custos e a otimização pela eficiência a partir da prestação de serviços por empresas especializadas. Vejamos como os trabalhos influenciaram, em linhas gerais, as expansões dos canais de atendimento da CEF:

## **5.2 A PREPARAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO DO SISTEMA DE CALL CENTERS<sup>9</sup>**

Até o ano de 2000 a CEF havia estruturado seu canal de Telemarketing com a localização distribuída de centrais de atendimento alcançando 15 localidades no país.

A partir do ano de 2000 com o advento do novo contexto de gestão, sob a orientação metodológica de consultorias externas, as diretrizes apontavam agora para a centralização do atendimento de todo o país em uma ou duas centrais terceirizadas, modelo conhecido no mercado como “outsourcing”.

Até o ano de 2002, sob o paradigma da terceirização instalada na organização, a CEF havia encerrado as atividades de 9 centrais de atendimento (Call Center) redirecionando seu fluxo de chamadas para as 6 unidades remanescentes.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> As empresas de consultoria empresarial que prestaram serviços à CEF foram contratadas no mercado.

<sup>8</sup> O autor participou dos trabalhos de 2º escalão com os consultores das Consultorias contratadas, entre 2000 e 2001, como um dos Consultores de Processos da área de Soluções Empresariais da CEF responsável pelo mapeamento dos modelos de negócios do banco e seu redesenho considerando a nova modelagem com a premissa de terceirização. No 1º escalão eram formuladas as diretrizes e o acesso às informações era restrito aos Diretores do banco e sócio-dirigentes da Consultoria.

<sup>9</sup> Call Center é o nome em inglês para se referir ao serviço de atendimento conhecido por “0800”, ou “Central de Atendimento”. Basicamente constitui-se de um conjunto de atendentes e também de computadores para manejar informações e prestar atendimento aos clientes ou usuários da empresa.

Estatísticas de perda de chamadas e de tempos médios de atendimento nas centrais foram utilizadas como parte do trabalho de argumentação a favor da terceirização e do encerramento das demais centrais.

Os números apresentados ao 1º escalão apresentavam estudos comparativos entre a CEF e o mercado. No trabalho conduzido sob orientação da consultoria, o desempenho das centrais próprias da CEF era diagnosticado como de pior performance do que a média das centrais de empresas privadas.

Todos sabiam do grande esforço organizacional e tempo que seria empregado na alteração de modelo próprio para terceirizado, mas a suposta eficiência das centrais privadas justificava, portanto, o esforço da mudança.<sup>11</sup>

No entanto, no final de 2002, ao mesmo tempo em que a área de contratação preparava o edital de licitação para a terceirização completa do telemarketing da CEF, ocorreu uma mudança de gestão que acabou solicitando uma revisão dos trabalhos.

Descobriu-se, com o trabalho de revisão, que o volume de chamadas perdidas tinha uma justificativa operacional. Isso ocorria devido ao desvio das chamadas das 9 unidades extintas para as 6 remanescentes, sem a necessária preparação destas, ocasionando, portanto, o estrangulamento e perda do volume de ligações que chegavam até as centrais e ultrapassavam a sua capacidade de atendimento.

A concentração de chamadas sem o devido planejamento foi tão irresponsável que os índices de produtividade do Call Center da CEF estavam muito superiores aos da média do mercado.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Unidades remanescentes: São Paulo/SP (1 central), Rio de Janeiro/RJ (1 central), Belo Horizonte (1 central), Fortaleza/CE (1 central), Salvador/BA (1 central) e Brasília (1 central).

<sup>11</sup> No contexto de mudança de modelo próprio para terceirizado, devem ser levadas em conta as substituições de aplicativos, troca de equipamentos, preparação de ambiente físico, revisão dos sistemas financeiros transacionais para conseguir conversar com os sistemas da empresa privada e qualificação do quadro terceirizado.

<sup>12</sup> O autor participou do trabalho de revisão dos estudos da Consultoria especializada em 2002, como Gerente de Padrões e Planejamento da área de Estratégia de Canais. Nessa ocasião, tinha acesso ao 1º escalão do banco para a discussão e reformulação de premissas estratégicas.

Com relação aos tempos médios de atendimento superiores aos do mercado, identificou-se que as ligações que tratavam de demandas sociais, como FGTS, PIS e Seguro Desemprego constavam nas planilhas de cálculo.

Ora, todos sabem que essas demandas são sobremaneira especializadas e que o público-alvo desse serviço é a população de baixa renda e que, portanto, o tempo de atendimento é muitas vezes superior ao público bancário das outras empresas. Esse aspecto não deveria ter sido desprezado pela consultoria, pois acabou forçando a média do tempo de atendimento para cima. Para o fórum do 1º escalão do banco que não compreende esse nível de detalhamento, passava-se a impressão de que o operador de atendimento do Call Center da CEF prestava um atendimento ineficiente quando comparado ao do mercado.

Com o equívoco da empresa de consultoria descortinado, interrompeu-se o processo de extinção das centrais e iniciou-se novo estudo que passou a adotar a premissa de fortalecimento das centrais próprias ao invés da sua extinção.<sup>13</sup>

### **5.3 A “TERCEIRIZAÇÃO” DAS AGÊNCIAS POR CORRESPONDENTES BANCÁRIOS**

Um dos principais equívocos proporcionados pelos estudos da consultoria externa foi desencorajar a abertura de unidades próprias em função do alto custo da unidade bancária que acabou gerando uma “terceirização indireta”.

Nesse paradigma, a opção da empresa passou a ser uma forte expansão dos correspondentes bancários como sendo uma solução em substituição às agências.

Era visto como uma solução de instalação rápida e que atendia às necessidades da baixa renda para o pagamento dos benefícios sociais do governo.

---

<sup>13</sup> Registre-se que a reorientação foi adotada, sem prejuízo das necessidades de aprimoramento nos processos.

Para mercados eminentemente negocias, a recomendação da consultoria apontou para a abertura de 131 agências. Para os mercados com alta densidade populacional e de característica de forte demanda por transferência de benefícios a recomendação considerou a viabilidade de abertura para 68 agências, contemplando 48 municípios.

No caso das orientações estratégicas para os correspondentes, a consultoria apresentou uma recomendação de maior agressividade, apontando ações de curto e médio prazo para que a CEF tomasse a liderança e defendesse seus mercados.

Após quase uma década comemorando a sua expansão pioneira de correspondentes bancários, sem prejuízo da sua importância, ainda que limitada, a CEF, em 2003, deparou-se com uma grande distância dos principais bancos em números de rede física de agências, não apenas nas praças competitivas, mas também em municípios de pequeno porte.<sup>14</sup>

#### **5.4 POLÍTICAS DE ABERTURA DE AGÊNCIAS NO PERÍODO 2000 A 2009**

Uma vez contextualizado o processo de expansão dos canais de distribuição da Caixa Econômica Federal na última década, apresentaremos uma reflexão das políticas de abertura especificamente de agências.

Podemos resgatar 3 movimentos importantes:

I – política de abertura de agências no período de 2000 a 2002 (2º mandato do governo FHC)

II – projeto de expansão de agências de 2003 a 2006 (1º mandato do governo Lula)

III – política de canais de 2007 a 2009 (2º mandato do governo Lula)

---

<sup>14</sup> Atualmente, além da perda de participação na rede de agências do Sistema Bancário, a CEF também perdeu a liderança na quantidade e nos modelos de negócios praticados pelos correspondentes bancários.

Durante o período de 2000 a 2002, a CEF havia recentemente recebido a autorização do Banco Central para que retomasse seu processo de abertura de novas agências.<sup>15</sup>

Nessa ocasião, provavelmente por ainda estar com o paradigma da paralisia do seu crescimento orgânico, o processo de abertura de novas agências era muito tímido, chegando a dimensionamentos que apontavam necessidade de apenas 200 novas unidades.

As recomendações da Consultoria apontavam condições de abertura de apenas 131 Agências em praças com alto potencial comercial, 68 Agências com perfil social em 48 municípios onde a CEF não se fazia presente e da necessidade de revisão do posicionamento físico de 32 Agências.<sup>16</sup>

Apenas em 2003, a área de Estratégia de Canais ousou consolidar um projeto de expansão de 500 novas agências. No entanto, após a autorização do Conselho Diretor, a execução orçamentária mostrou-se muito lenta. De fato, como consequência da paralisia dos períodos anteriores, a “musculatura logística” do banco não acompanhou a decisão estratégica.

Assim, embora o projeto de abertura de 500 unidades tivesse sido concebido para um horizonte de execução de 2 anos, até 2006 ainda não havia executado 50% do previsto.

Outro aspecto importante para observação na política de abertura de 2003 foi a metodologia utilizada. Apesar de ousado na quantidade, o projeto deixou a desejar na abordagem metodológica. Isso porque praticamente 80% da prospecção de abertura concentraram-se nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro.

As principais variáveis utilizadas no dimensionamento correspondiam ao PIB municipal, população e volume de transações bancárias. Na ocasião, já ensaiando um processo de decisão participativo, a vice-presidência de rede de distribuição, solicitava

---

<sup>15</sup> Enquadramento da CEF na Resolução 2099 do Conselho Monetário Nacional.

<sup>16</sup> Documentação final da Consultoria apresentada à CEF.

que os Superintendentes Regionais fossem ouvidos e que opinassem quanto à necessidade de abertura de agências.<sup>17</sup>

Ainda havia municípios com mais de 100 mil habitantes não contemplados com promessas de abertura de unidades e cidades menores não eram “enxergadas” pela metodologia adotada.

A partir de 2008, após grande processo de mudança ocorrido em 2007, conhecido internamente como “Novo Modelo de Gestão”, a área de Estratégia de Canais reformulou totalmente a abordagem metodológica.

A consultoria que presta serviço à CEF, durante esse período, é vinculada à Universidade Federal de Pernambuco. Pela primeira vez, a Superintendência que fazia a gestão da rede de agências e demais canais de todo o país é dividida em 5 Superintendências de mesma graduação hierárquica.

Agora, todas as regiões do país passam a ter os seus interlocutores na Matriz vinculados ao seu vice-presidente. O processo de elaboração do planejamento estratégico da CEF também recebe nova metodologia e sistematiza a participação de todos os empregados do banco, via internet.

Como a área de Estratégia de Canais é desvinculada da Vice-Presidência de Atendimento e migra para a Presidência da CEF, novos atores internos passam a discutir a formulação da política de canais da empresa.

A Vice-Presidência de Governo se aproxima do tema “canais de distribuição” e contribui com sua experiência acumulada em “desenvolvimento urbano” e nos processos de georreferenciamento de informações.

A área de Planejamento Estratégico, por sua vez, influencia com a diretriz de desenvolvimento regional, a partir da qual a CEF coordenaria ações de interlocução com atores locais em todo o país.

---

<sup>17</sup> Desde 1995 a CEF tinha 75 Superintendências de Negócios. Em 2005, o banco altera a denominação de “Superintendência de Negócios” para “Superintendência Regional” e cria 3 novas superintendências (Acre, Amapá e Roraima) alcançando 78 SR.

Exposta a esse novo ambiente de discussão, a área de Estratégia de Canais desenvolve, durante 2008, metodologia diferenciada, passando a contemplar uma classificação própria dos municípios do país, envolvendo características sócio-econômicas.

Como resultado, todos os 5.565 municípios foram agrupados em 12 clusters diferenciados considerando a combinação de variáveis econômicas, sociais e populacionais. A partir daí, o dimensionamento passou a contemplar agências em municípios de todos os clusters o que representou uma estratégia orientada à capilaridade e não mais à concentração.

Essa abordagem ganha tanto relevo na empresa, que as demais áreas técnicas passaram a acompanhá-la e aprimoraram os seus processos: <sup>18</sup>

a) a área de planejamento financeiro passou a estabelecer taxas de retorno dos investimentos em agências de acordo com o perfil do município sede da nova unidade. Antes, todos os pontos de atendimento tinham a mesma exigência de rentabilidade dos investimentos de instalação, não importando o porte econômico dos municípios sede.

b) a área de logística de infraestrutura desenhou plantas de leiaute de agências de forma a contemplar a classificação dos municípios onde as novas unidades fossem instaladas. Antes, havia um único padrão físico, inclusive de tamanho, para qualquer unidade de todo o Brasil.

c) a área de RH desenvolveu nova sistemática de dimensionamento de pessoas para as novas unidades, considerando o seu porte físico. Antes, o dimensionamento de pessoas era fixo para qualquer unidade do país. No entanto, com a reformulação da orientação estratégica a restrição do processo de expansão deixou de ser metodológico e passou a ser de ordem logística.

Isso porque, acostumados com a antiga orientação à concentração de agências em praças competitivas, os processos de infraestrutura limitaram-se a operar com os mesmos atores nas mesmas localidades. Agora, com a orientação estratégica de capilaridade,

novos fornecedores deverão ser articulados em todas as regiões do país. Em algumas situações, inclusive, novas soluções logísticas deverão ser buscadas além da tecnologia tradicional.<sup>19</sup>

## **5.5 A EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGÊNCIAS A PARTIR DOS ANOS 2000 POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO PAÍS**

Apresentaremos a seguir a evolução da rede de Agências para a CEF e para o Sistema Bancário. No caso da CEF foram utilizadas informações corporativas, o que permitiu uma visão evolutiva mais abrangente, contemplando o período de 1980 a 2011.

Observamos que foram respeitados os eventos de paralisação de funcionamento e abertura, ou seja, havendo o encerramento das atividades ou inauguração de determinada Agência essas ocorrências foram computadas no recorte regional e temporal de cada ano.

Assim, no caso da CEF, os números apresentados para um período refletem exatamente o quantitativo de Agências que operaram efetivamente naquele ano.

Para o Sistema Bancário foram utilizadas as tabelas históricas disponibilizadas no sítio internet do Banco Central do Brasil, o que restringiu o horizonte do nosso levantamento ao período de 1999 a 2010, bem como o nível de confiabilidade, já que cada agente é responsável pelas informações cadastradas no órgão regulador.<sup>20</sup>

Importante ressaltar que para o presente levantamento não consideramos os Postos de Atendimento Bancário (PAB). Isso porque, embora se tratem de dependências

---

<sup>18</sup> Em que pese a nova perspectiva estratégica, a empresa ainda necessita aprimorar sua implementação logística de forma a executar o orçamento com mais qualidade e velocidade.

<sup>19</sup> A solução logística tratada neste parágrafo compreende: negociação de métodos construtivos, negociação com investidores para construção de imóveis, locação, construção, obras de reparos, contratação de transporte de numerários, negociação de rotas de numerários, negociação com prestadores de serviços de segurança, comunicação, limpeza, manutenção de ambientes físicos e tecnológicos, processos de licitação, aquisição e negociação de prazos, dentre outros.

<sup>20</sup> Consulta e captura das informações do sítio internet do BACEN ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)) em Fevereiro/2011.

bancárias devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central, eles têm o serviço de atendimento restrito às entidades onde estão instaladas.

Dessa forma, nem mesmo o Banco Central considera os PAB para efeito de levantamento da cobertura bancária do ponto de vista de municípios assistidos de atendimento bancário, uma vez que não estão abertos ao público em geral.

Como já dissemos, esse tipo de dependência é negociado entre o banco e uma entidade Pessoa Jurídica em um pacote global de serviços e portfólio em razão de aquisição de folhas de pagamentos e convênios.

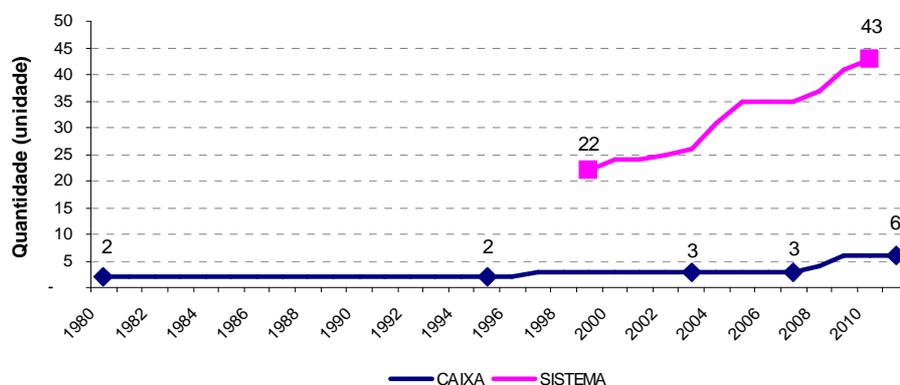
Além de apresentarmos os gráficos de cada Unidade da Federação com a evolução da rede de Agências, os comentários para cada caso contemplam a verificação da variação do market share de rede, ou seja, qual tem sido a participação da Caixa Econômica Federal em termos de presença em relação ao Sistema Bancário como um todo nessas regiões.

Consideramos isso um ponto importante, já que a performance do banco nas aplicações em créditos depende da existência de uma dependência bancária mais robusta, independentemente da participação de Correspondentes Bancários em alguma etapa do processo de atendimento e distribuição.

Para a verificação do market share de rede, consideramos os anos de 1999, por ser a data mais antiga na qual o Banco Central disponibilizou informações das Instituições Financeiras com recortes estaduais, e 2010 por ser a data mais recente com informações oficiais do regulador do Sistema Bancário.

Os gráficos deste subitem apresentam para a série correspondente à CEF um destaque para os anos 1995, 2003 e 2007, ocasiões em que ocorreram importantes mudanças nos processos de gestão do banco.

**Gráfico 35 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Acre, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

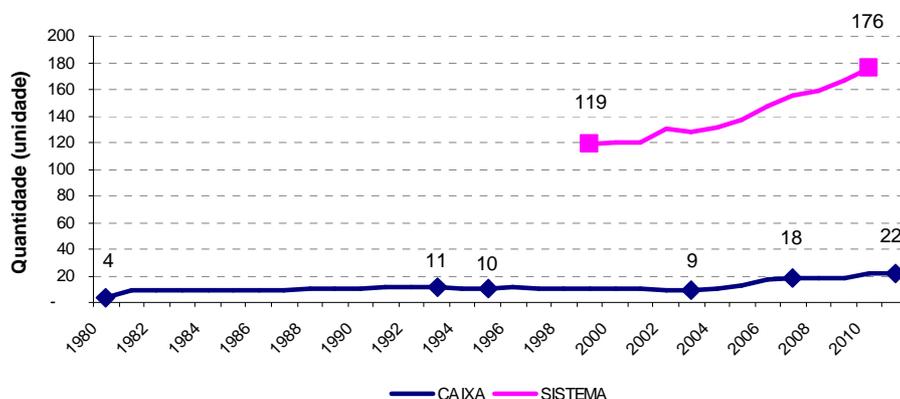
Como se observa para o Estado do Acre, já com efeitos da nova política de canais estabelecida a partir de 2008, a rede de Agências da CEF cresceu de 3 para 6 pontos de atendimento (do tipo Agência) nos últimos 10 anos. Isso representou um incremento de rede da ordem de 100%.

No entanto, o market share de rede da CEF manteve-se no patamar de 14% no Estado do Acre. A equipe da Superintendência do Acre, em particular, demonstra um entusiasmo em relação à nova política para as Agências na região.

Durante visita técnica que realizamos em 2007, conhecemos a realidade em Rio Branco, Xapuri, e Brasiléia. Com exceção da capital onde possuíamos, na ocasião, 1 Agência, as demais cidades visitadas contavam com a presença da CEF apenas por meio de correspondentes ou casas lotéricas, mas os concorrentes Banco do Brasil, Bradesco e Banco da Amazônia estavam presentes com agências.

As demais Instituições Financeiras, no entanto, também expandiram suas redes no Estado do Acre. Senão vejamos, conforme se observa no Gráfico 35, durante o período 1999 a 2010, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Banco Central, a rede de agências do Sistema Bancário nesse Estado aumentou de 22 unidades de atendimento para 43 pontos, representando um incremento de 95% em termos de rede de atendimento.

**Gráfico 36 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Amazonas, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

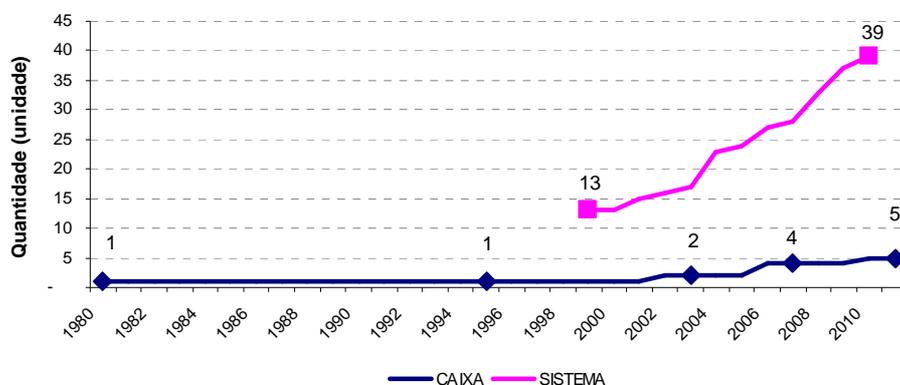
Como se observa para o Estado do Amazonas, a rede de Agências da CEF aumentou de 9 para 22 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF saiu de 8,4% em 1999 para 12,5% em 2010 no Estado do Amazonas.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 119 para 176 pontos de atendimento, representando um incremento de 48% na rede de Agências no Estado do Amazonas.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 120%.

**Gráfico 37 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Amapá, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

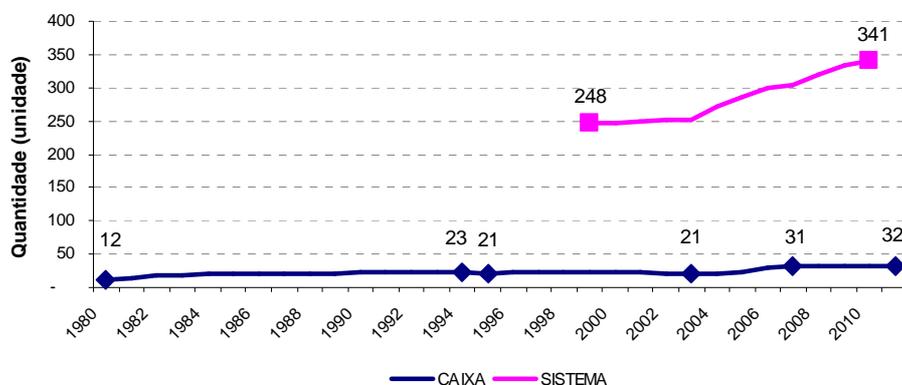
Como se observa para o Estado do Amapá, a rede de Agências da CEF aumentou de 1 para 5 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF saiu de 8% em 1999 para 13% em 2010 no Estado do Amapá.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 13 para 39 pontos de atendimento, representando um incremento de 200% na rede de Agências no Estado do Amapá.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 400%.

**Gráfico 38 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Pará, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

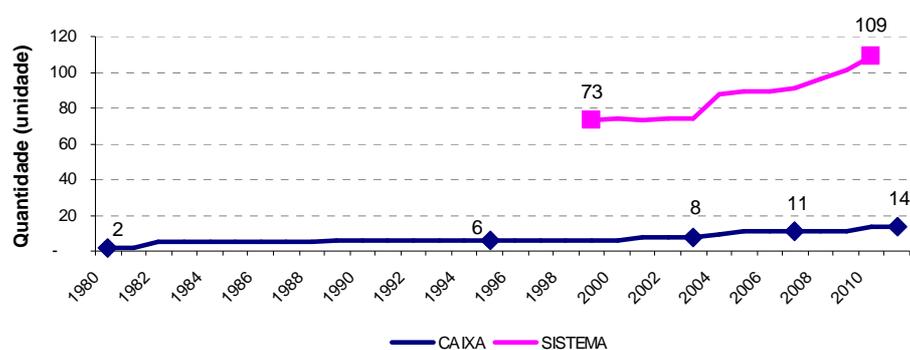
Como se observa para o Estado do Pará, a rede de Agências da CEF aumentou de 23 para 32 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF manteve-se no patamar de 9% no período 1999-2010 no Estado do Pará.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 248 para 341 pontos de atendimento, representando um incremento de 38% na rede de Agências no Estado do Pará.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 39%.

**Gráfico 39 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Rondônia, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

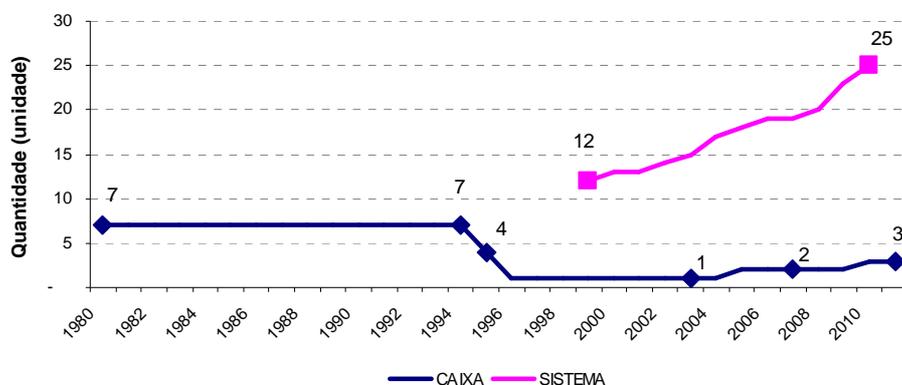
Como se observa para o Estado de Rondônia, a rede de Agências da CEF aumentou de 6 para 14 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF saiu de 8% em 1999 para 13% em 2010 no Estado de Rondônia.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 73 para 109 pontos de atendimento, representando um incremento de 49% na rede de Agências no Estado de Rondônia.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 133%.

**Gráfico 40 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal,  
Estado de Roraima, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

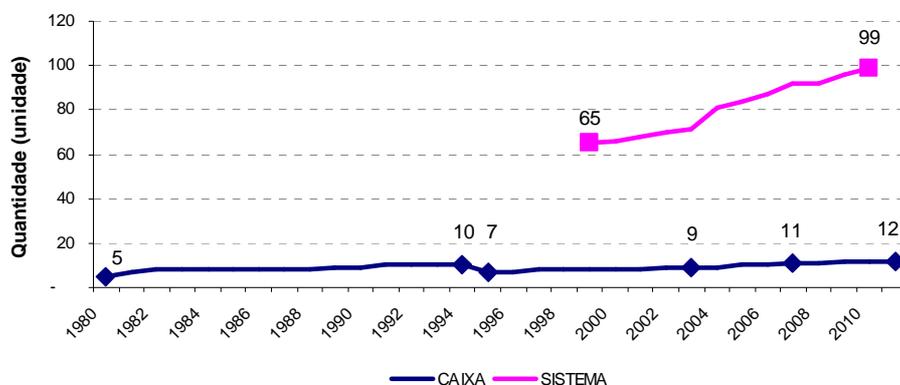
Como se observa para o Estado de Roraima, a rede de Agências da CEF aumentou de 1 para 3 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF saiu de 8% em 1999 para 12% em 2010 no Estado de Roraima.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 12 para 25 pontos de atendimento, representando um incremento de 108% na rede de Agências no Estado de Roraima.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 200%.

**Gráfico 41 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Tocantins, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

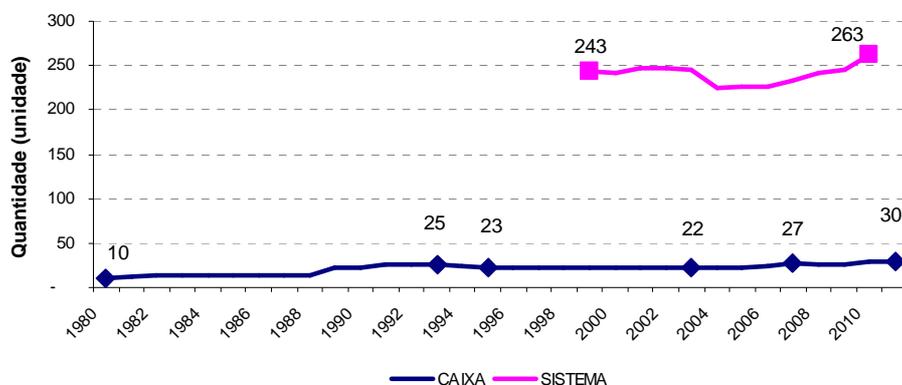
Como se observa para o Estado de Tocantins, a rede de Agências da CEF aumentou de 8 para 12 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF manteve-se em 12% no período 1999 a 2010 no Estado do Tocantins.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 65 para 99 pontos de atendimento, representando um incremento de 52% na rede de Agências no Estado do Tocantins.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 50%.

**Gráfico 42 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal,  
Estado do Maranhão, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

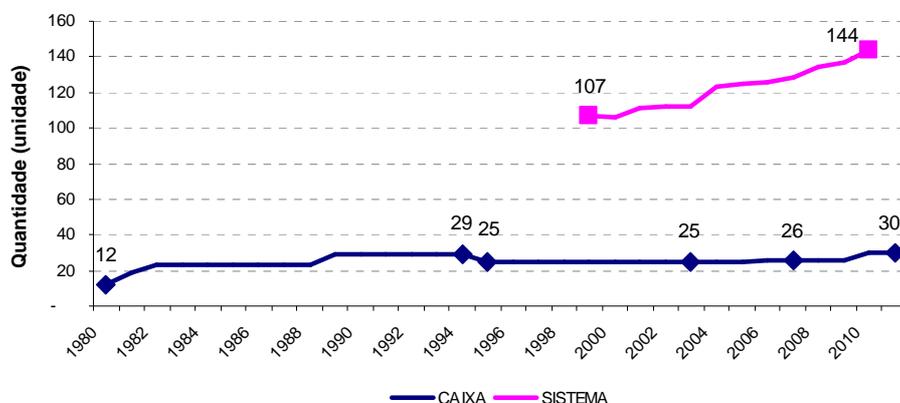
Como se observa para o Estado do Maranhão, a rede de Agências da CEF aumentou de 22 para 29 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF saiu de 9% em 1999 para 11% em 2010 no Estado do Maranhão.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 243 para 263 pontos de atendimento, representando um incremento de 8% na rede de Agências no Estado do Maranhão.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 32%.

**Gráfico 43 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Alagoas, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

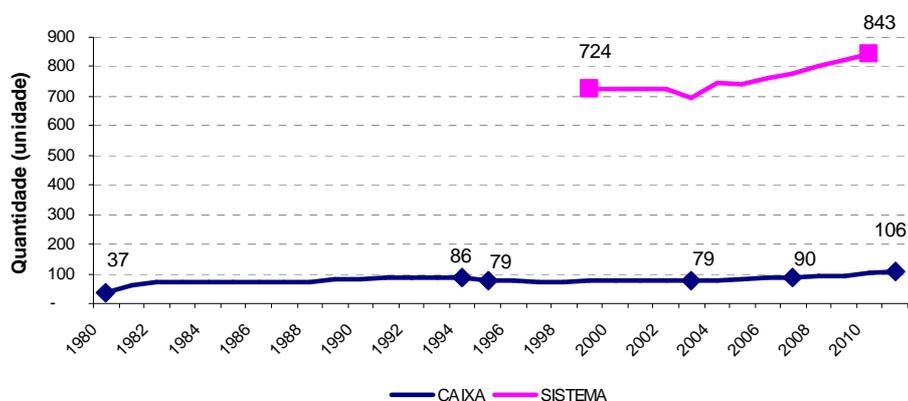
Como se observa para o Estado de Alagoas, a rede de Agências da CEF aumentou de 25 para 30 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF caiu de 23% em 1999 para 21% em 2010 no Estado de Alagoas.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 107 para 144 pontos de atendimento, representando um incremento de 35% na rede de Agências no Estado de Alagoas.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 20%.

**Gráfico 44 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal,  
Estado da Bahia, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

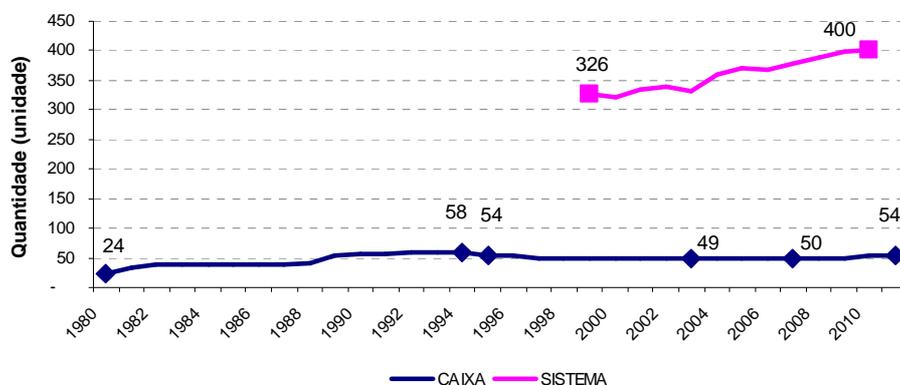
Como se observa para o Estado da Bahia, a rede de Agências da CEF aumentou de 78 para 105 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF caiu de 11% em 1999 para 12% em 2010 no Estado da Bahia.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 724 para 843 pontos de atendimento, representando um incremento de 16% na rede de Agências no Estado da Bahia.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 35%.

**Gráfico 45 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal,  
Estado do Ceará, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

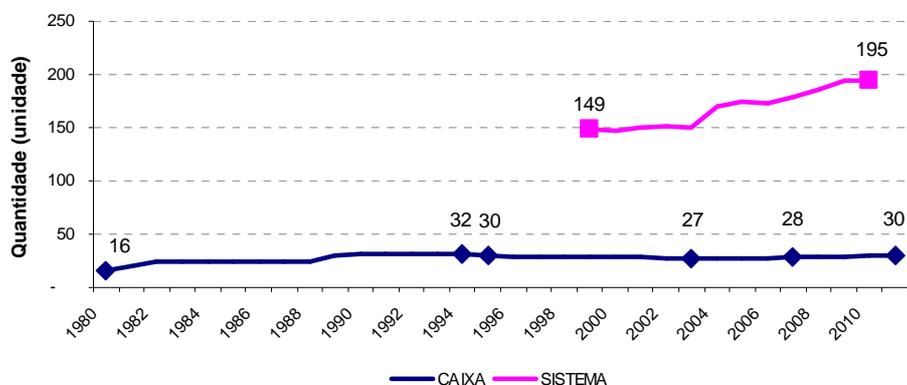
Como se observa para o Estado do Ceará, a rede de Agências da CEF aumentou de 49 para 54 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF caiu de 15% em 1999 para 14% em 2010 no Estado do Ceará.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 326 para 400 pontos de atendimento, representando um incremento de 23% na rede de Agências no Estado do Ceará.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 10%.

**Gráfico 46 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado da Paraíba, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

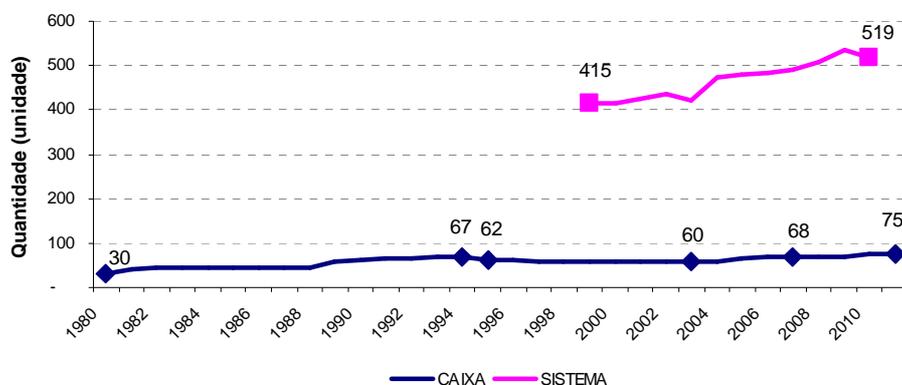
Como se observa para o Estado da Paraíba, a rede de Agências da CEF aumentou de 28 para 30 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF recuou de 19% em 1999 para 15% em 2010 no Estado da Paraíba.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 149 para 195 pontos de atendimento, representando um incremento de 31% na rede de Agências no Estado da Paraíba.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 7%.

**Gráfico 47 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Pernambuco, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

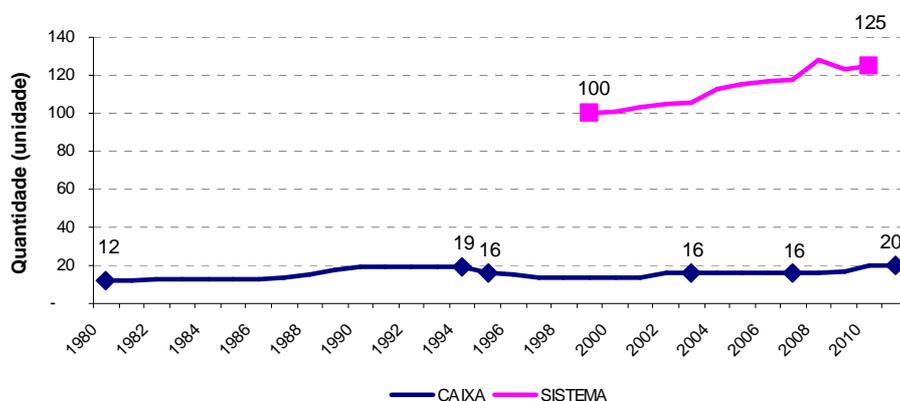
Como se observa para o Estado de Pernambuco, a rede de Agências da CEF aumentou de 59 para 75 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF manteve-se em 14% no período de 1999 a 2010 no Estado de Pernambuco.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 415 para 519 pontos de atendimento, representando um incremento de 25% na rede de Agências no Estado de Pernambuco.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 27%.

**Gráfico 48 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal,  
Estado do Piauí, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

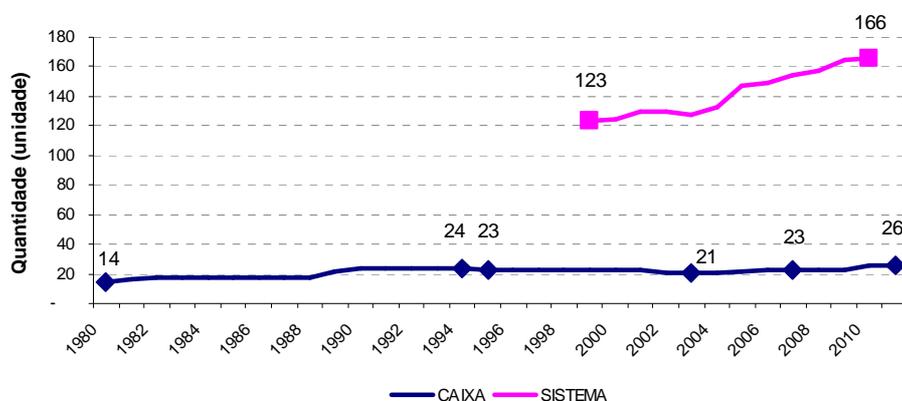
Como se observa para o Estado do Piauí, a rede de Agências da CEF aumentou de 14 para 20 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF aumentou de 14% em 1999 para 16% em 2010 no Estado do Piauí.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 100 para 125 pontos de atendimento, representando um incremento de 25% na rede de Agências no Estado do Piauí.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 43%.

**Gráfico 49 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Rio Grande do Norte, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

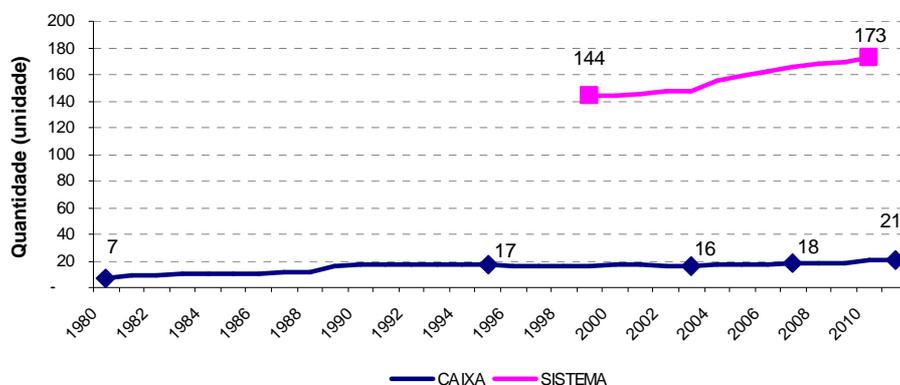
Como se observa para o Estado do Rio Grande do Norte, a rede de Agências da CEF aumentou de 23 para 26 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF reduziu de 19% em 1999 para 16% em 2010 no Estado do Rio Grande do Norte.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 123 para 166 pontos de atendimento, representando um incremento de 35% na rede de Agências no Estado do Rio Grande do Norte.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 13%.

**Gráfico 50 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Sergipe, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

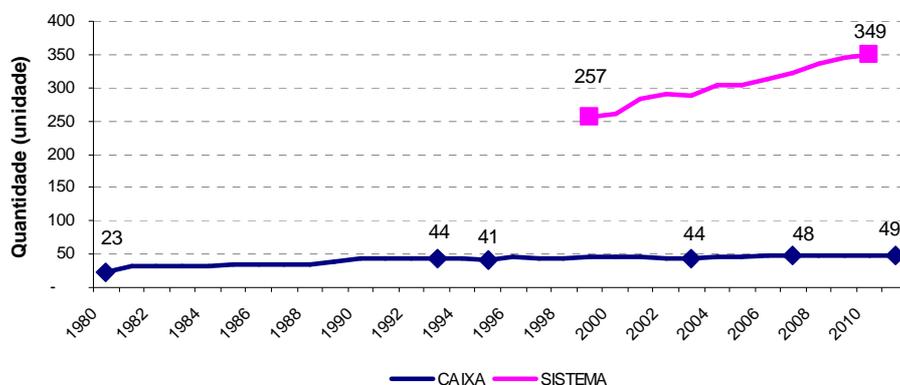
Como se observa para o Estado do Sergipe, a rede de Agências da CEF aumentou de 16 para 21 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF aumentou de 11% em 1999 para 12% em 2010 no Estado do Sergipe.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 144 para 173 pontos de atendimento, representando um incremento de 20% na rede de Agências no Estado do Sergipe.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 31%.

**Gráfico 51 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Distrito Federal, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

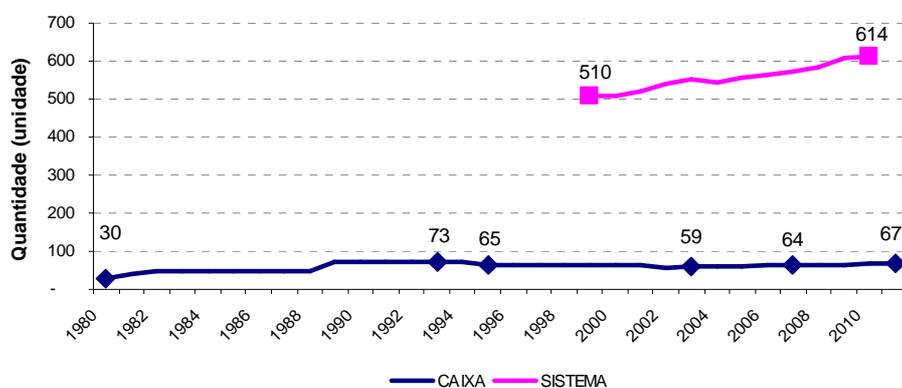
Como se observa para o Distrito Federal, a rede de Agências da CEF aumentou de 45 para 49 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF reduziu de 18% em 1999 para 14% em 2010 no Distrito Federal.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 257 para 349 pontos de atendimento, representando um incremento de 36% na rede de Agências no Distrito Federal.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 9%.

**Gráfico 52 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Goiás, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

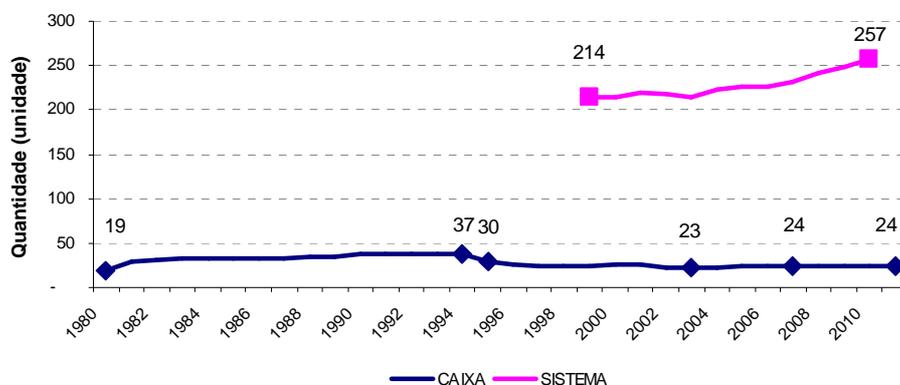
Como se observa para o Estado de Goiás, a rede de Agências da CEF aumentou de 63 para 67 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF reduziu de 12% em 1999 para 11% em 2010 no Estado de Goiás.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 510 para 614 pontos de atendimento, representando um incremento de 20% na rede de Agências no Estado de Goiás.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 6%.

**Gráfico 53 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal,  
Estado de Mato Grosso do Sul, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

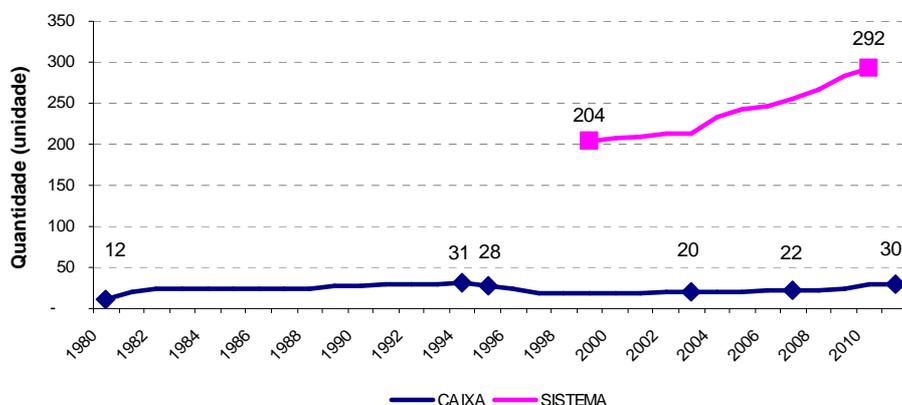
Como se observa para o Estado do Mato Grosso do Sul, a rede de Agências da CEF manteve-se com 24 unidades de atendimento no período de 1999 a 2010.

O market share de rede da CEF reduziu de 11% em 1999 para 9% em 2010 no Estado do Mato Grosso do Sul.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 214 para 257 pontos de atendimento, representando um incremento de 20% na rede de Agências no Estado do Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal como não houve incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 0% na sua rede para essa Unidade da Federação.

**Gráfico 54 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Mato Grosso, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

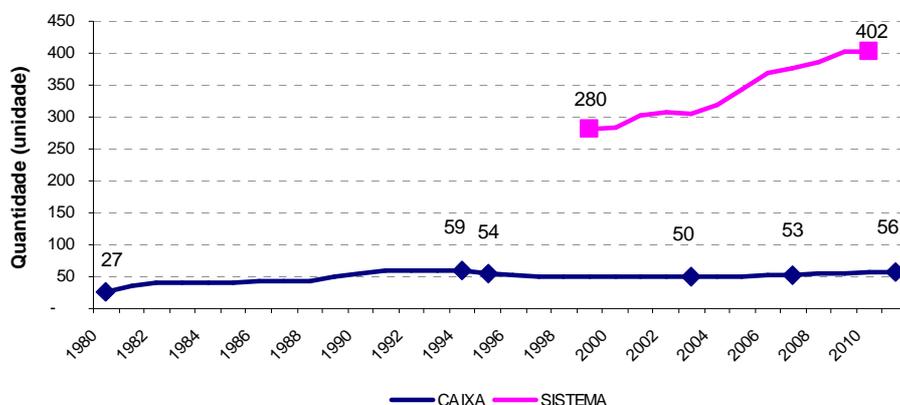
Como se observa para o Estado de Mato Grosso, a rede de Agências da CEF aumentou de 18 para 30 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF aumentou de 9% em 1999 para 10% em 2010 no Estado de Mato Grosso.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 204 para 292 pontos de atendimento, representando um incremento de 43% na rede de Agências no Estado de Mato Grosso.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 67%.

**Gráfico 55 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Espírito Santo, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

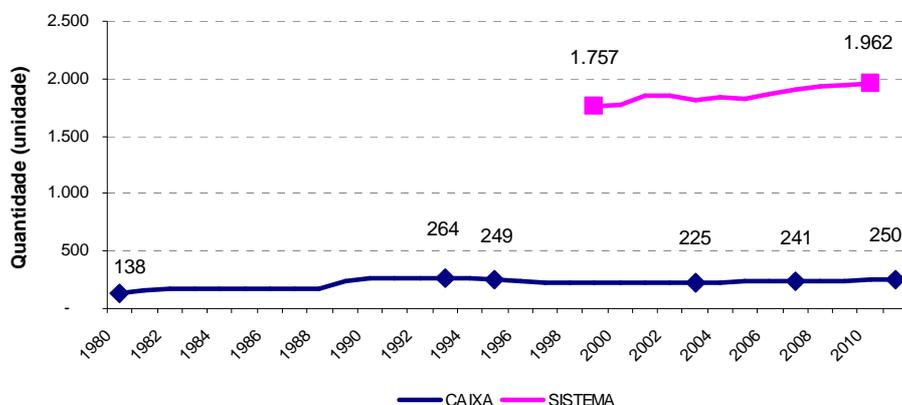
Como se observa para o Estado do Espírito Santo, a rede de Agências da CEF aumentou de 51 para 56 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF reduziu de 18% em 1999 para 14% em 2010 no Estado do Espírito Santo.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 280 para 402 pontos de atendimento, representando um incremento de 44% na rede de Agências no Estado do Espírito Santo.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 10%.

**Gráfico 56 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado de Minas Gerais, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

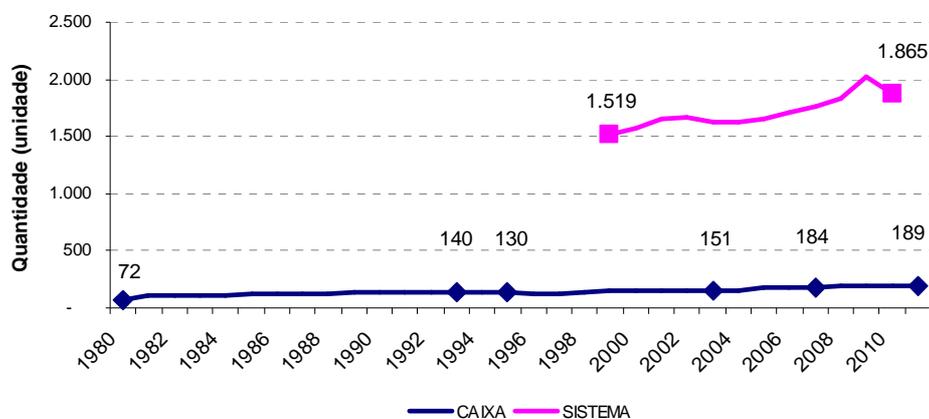
Como se observa para o Estado de Minas Gerais, a rede de Agências da CEF aumentou de 222 para 250 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF manteve-se em 13% no período de 1999 a 2010 no Estado de Minas Gerais.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 1757 para 1962 pontos de atendimento, representando um incremento de 12% na rede de Agências no Estado de Minas Gerais.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 13%.

**Gráfico 57 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Rio de Janeiro, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

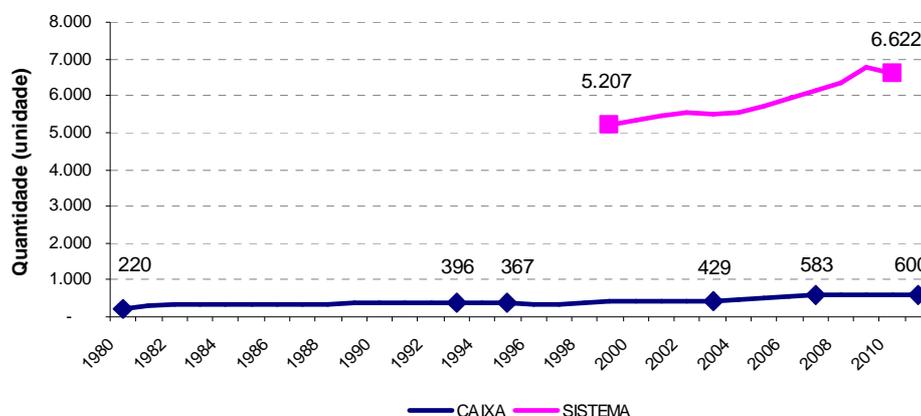
Como se observa para o Estado do Rio de Janeiro, a rede de Agências da CEF aumentou de 149 para 189 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF manteve-se em 10% no período de 1999 a 2010 no Estado do Rio de Janeiro.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 1519 para 1865 pontos de atendimento, representando um incremento de 23% na rede de Agências no Estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 27%.

**Gráfico 58 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal,  
Estado de São Paulo, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

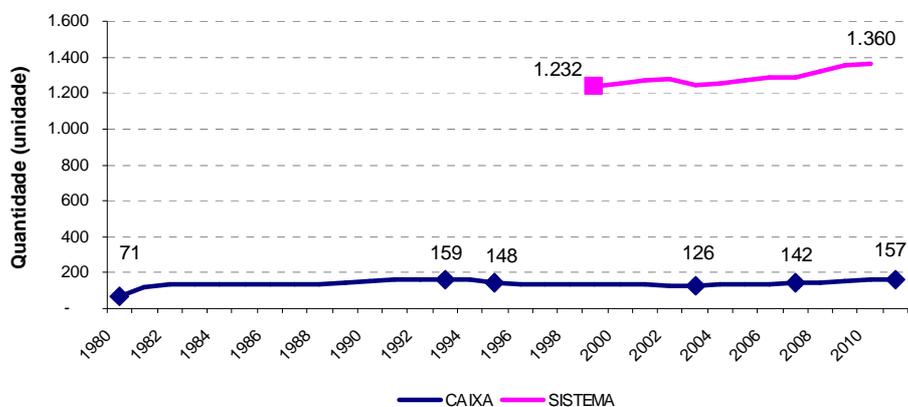
Como se observa para o Estado de São Paulo, a rede de Agências da CEF aumentou de 436 para 599 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF aumento de 8% em 1999 para 9% em 2010 no Estado de São Paulo.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 5207 para 6622 pontos de atendimento, representando um incremento de 27% na rede de Agências no Estado de São Paulo.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 37%.

**Gráfico 59 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Paraná, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

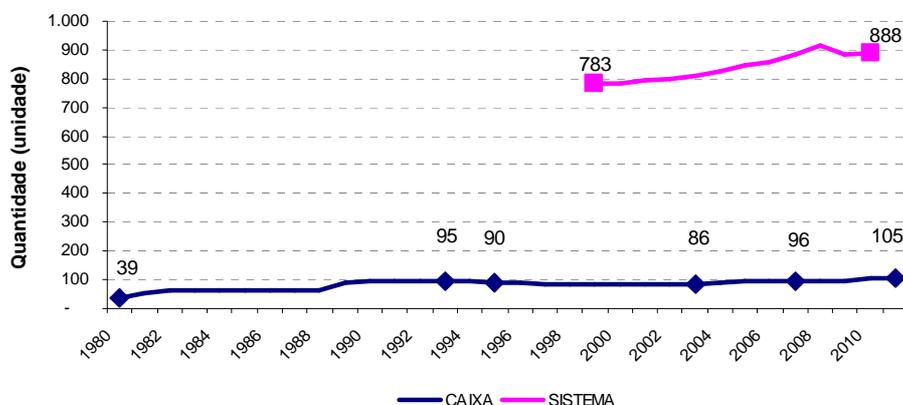
Como se observa para o Estado do Paraná, a rede de Agências da CEF aumentou de 135 para 157 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF aumento de 11% em 1999 para 12% em 2010 no Estado do Paraná.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 1232 para 1360 pontos de atendimento, representando um incremento de 10% na rede de Agências no Estado do Paraná.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 16%.

**Gráfico 60 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal,  
Estado de Santa Catarina, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

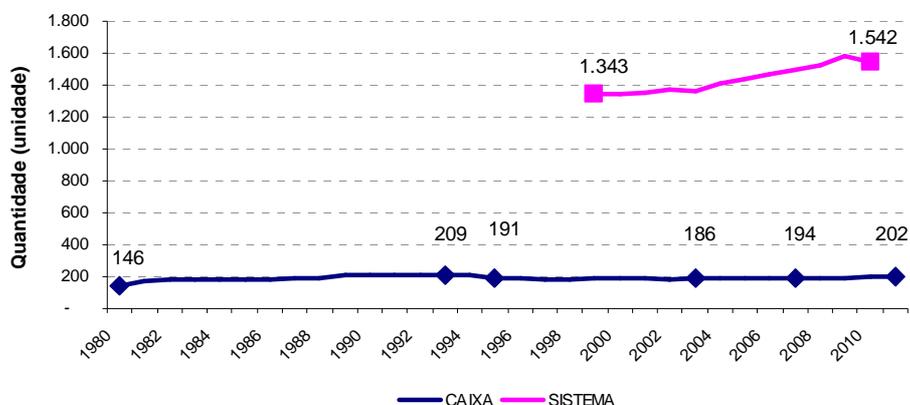
Como se observa para o Estado de Santa Catarina, a rede de Agências da CEF aumentou de 23 para 26 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF aumentou de 11% em 1999 para 12% em 2010 no Estado de Santa Catarina.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 783 para 888 pontos de atendimento, representando um incremento de 13% na rede de Agências no Estado de Santa Catarina.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 22%.

**Gráfico 61 – Evolução da Rede de Agências da Caixa Econômica Federal, Estado do Rio Grande do Sul, Período 1980-2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do Banco Central do Brasil (disponível informação para 1999-2010 em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), Organização e Evolução do SFN) e dos sistemas de informação da CEF (disponível informação desde 1980).

Como se observa para o Estado do Rio Grande do Sul, a rede de Agências da CEF aumentou de 186 para 202 unidades de atendimento.

O market share de rede da CEF reduziu de 14% em 1999 para 13% em 2010 no Estado do Rio Grande do Sul.

Em relação ao Sistema Bancário, a presença cresceu de 1343 para 1542 pontos de atendimento, representando um incremento de 15% na rede de Agências no Estado do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, especificamente no caso da Caixa Econômica Federal o incremento em termos de número de Agências representou um crescimento de 9%.

O conjunto de informações regionais apresentadas neste capítulo nos ofereceu uma perspectiva do comportamento evolutivo da rede de atendimento da CAIXA no período recente.

Nos estados de Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, houve diminuição do

market share de rede da CAIXA em relação ao Sistema Bancário, quando comparados os períodos de 1999 e 2010.

Nos estados do Acre, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Tocantins, o market share de rede da CAIXA em relação ao Sistema Bancário permaneceu o mesmo quando comparados os períodos de 1999 e 2010.

Nos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Paraná, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo houve incremento de market share de rede da CAIXA em relação ao Sistema Bancário, quando comparados os períodos de 1999 e 2010.

## **6 A EVOLUÇÃO DOS CRÉDITOS LIBERADOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO PERÍODO RECENTE**

### **6.1 CRÉDITOS LIBERADOS POR ESTADOS**

O presente capítulo trata de demonstrar e analisar as liberações ocorridas em cada ano pela Caixa Econômica Federal, com recortes estaduais e por tipo de crédito.

Para tanto foram consideradas duas perspectivas das rubricas contábeis de crédito.

Uma primeira tratou a especialização do crédito a Pessoas Físicas e Jurídicas. Uma segunda configuração de análise observou os dados para as categorias de crédito mais relevantes, ou seja, o Crédito Habitacional, Saneamento e Infraestrutura.

O período de concessão disponibilizado nos sistemas corporativos para consultas gerenciais correspondeu de 2003 a 2010.

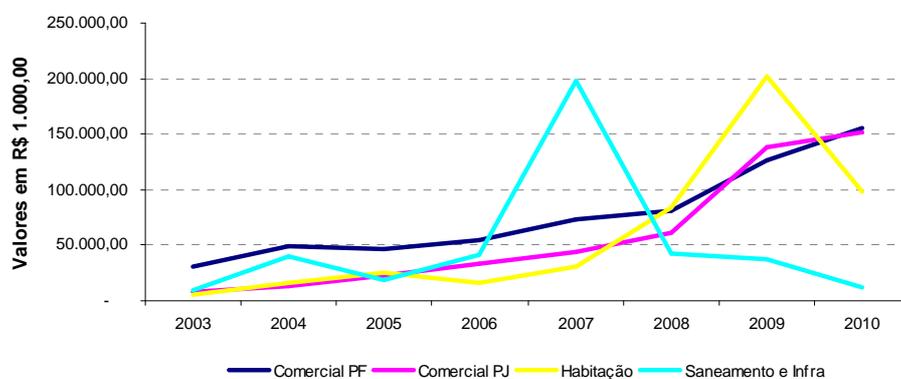
O Crédito Comercial Pessoa Física contempla: Rotativo, Parcelado, Penhor, Renegociações, PROGER e Cartão de Crédito.

O Crédito Comercial Pessoa Jurídica contempla: Capital de Giro Curto Prazo, Capital de Giro Longo Prazo e Investimento.

O Crédito para Habitação contempla o funding dos seguintes recursos: CEF, FGTS, FAT, PAR, OGU, PSH, OGU/BID, Consórcio e Subsídios.

O Crédito para Saneamento e Infraestrutura contempla o funding dos seguintes recursos: FGTS, OGU Saneamento, OGU Agricultura e OGU Educação e Desporto.

**Gráfico 62 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Acre, Período 2003-2010.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

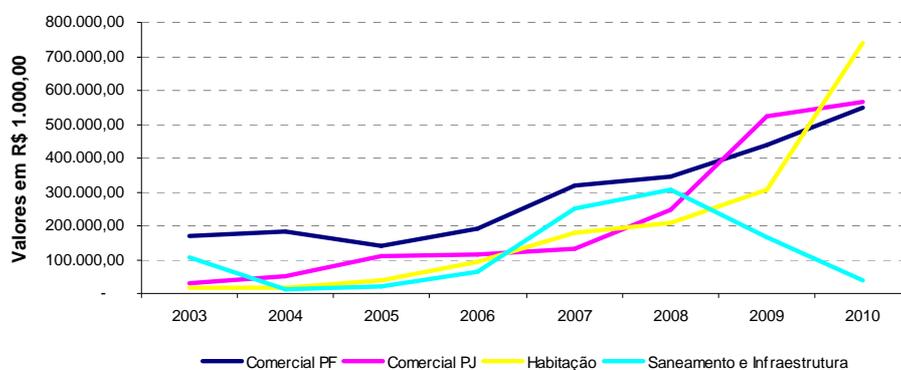
Como se observa para o Estado do Acre, do total de R\$ 1,9 Bilhão liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 31%

para Pessoa Física, 24% para Pessoa Jurídica, 24% para Habitação e 20% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Acre, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 31% para o Saneamento e Infraestrutura, 418% para Pessoa Física, 1717% para Pessoa Jurídica e 1887% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Acre, saindo de R\$ 4,9 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 98,5 Milhões em 2010.

**Gráfico 63 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Amazonas, Período 2003-2010.**



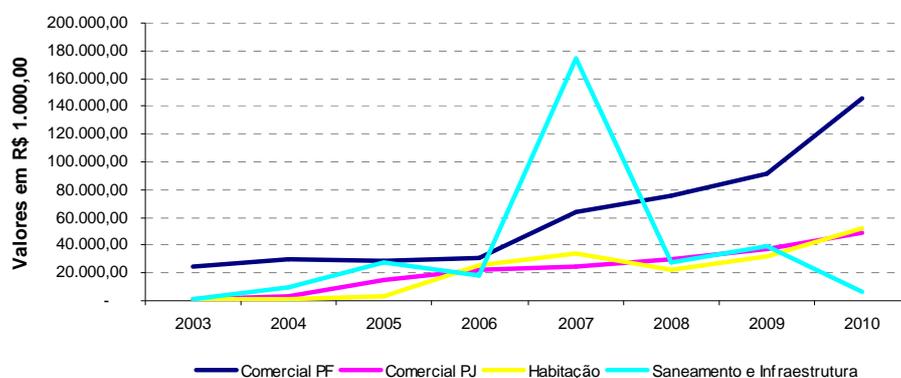
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Amazonas, do total de R\$ 6,7 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 35% para Pessoa Física, 27% para Pessoa Jurídica, 24% para Habitação e 14% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Amazonas, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: (-62%) para o Saneamento e Infraestrutura, 220% para Pessoa Física, 1807% para Pessoa Jurídica e 4166% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Amazonas, saindo de R\$ 17 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 741,7 Milhões em 2010.

**Gráfico 64 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Amapá, Período 2003-2010.**



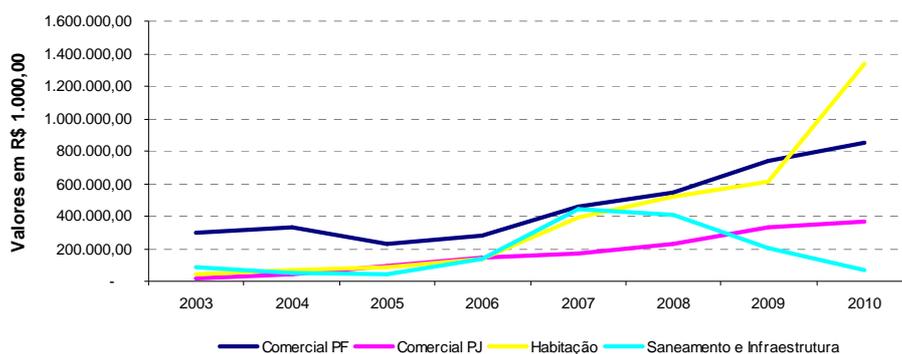
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Amapá, do total de R\$ 1,1 Bilhão liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 43% para Pessoa Física, 16% para Pessoa Jurídica, 15% para Habitação e 26% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Amapá, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 466% para o Saneamento e Infraestrutura, 486% para Pessoa Física, 3494% para Pessoa Jurídica e 3829% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Amapá, saindo de R\$ 1,3 Milhão em 2003 para o patamar de R\$ 171,8 Milhões em 2010.

**Gráfico 65 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Pará, Período 2003-2010.**



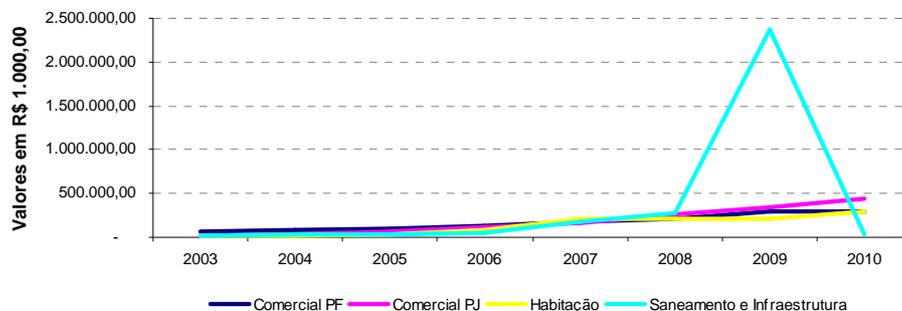
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Pará, do total de R\$ 9,7 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 38% para Pessoa Física, 14% para Pessoa Jurídica, 33% para Habitação e 15% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Pará, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: (-18%) para o Saneamento e Infraestrutura, 190% para Pessoa Física, 2361% para Pessoa Jurídica e 2843% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Pará, saindo de R\$ 45,3 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 1,3 Bilhão em 2010.

**Gráfico 66 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Rondônia, Período 2003-2010.**



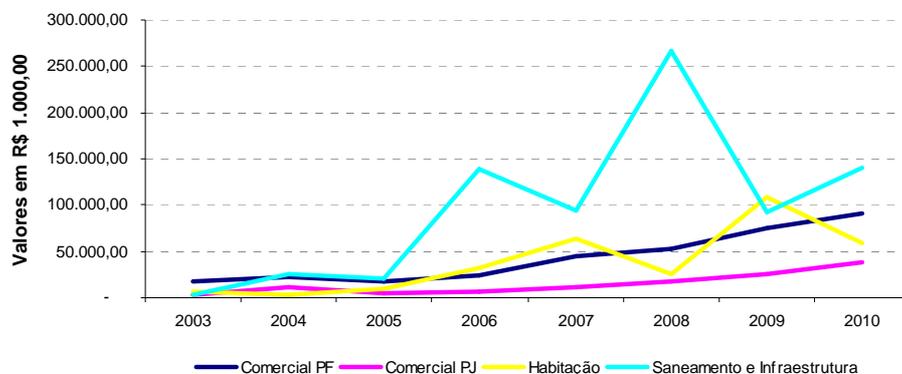
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Rondônia, do total de R\$ 6,8 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 19% para Pessoa Física, 21% para Pessoa Jurídica, 16% para Habitação e 44% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Rondônia, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 252% para o Saneamento e Infraestrutura, 398% para Pessoa Física, 2383% para Pessoa Jurídica e 1293% para Habitação.

O crédito para Pessoa Jurídica apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado de Rondônia, saindo de R\$ 17,5 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 1,4 Bilhão em 2010.

**Gráfico 67 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Roraima, Período 2003-2010.**



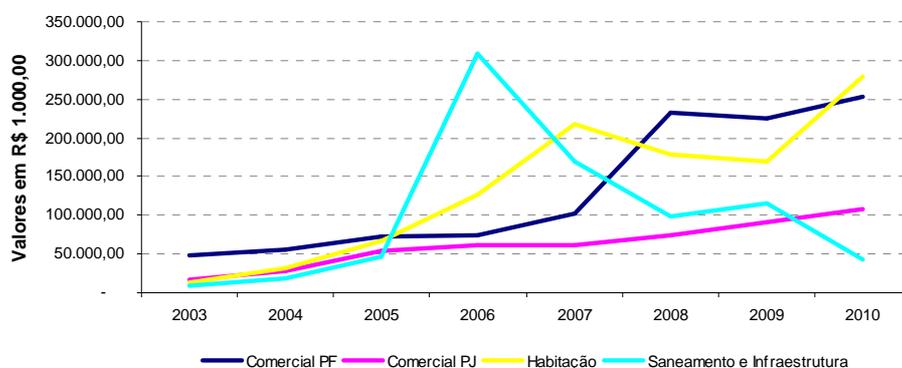
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado de Roraima, do total de R\$ 1,5 Bilhão liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 33% para Pessoa Física, 11% para Pessoa Jurídica, 29% para Habitação e 27% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado de Roraima, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 4572% para o Saneamento e Infraestrutura, 437% para Pessoa Física, 1318% para Pessoa Jurídica e 804% para Habitação.

O crédito para Saneamento e Infraestrutura apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado de Roraima, saindo de R\$ 3 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 141 Milhões em 2010.

**Gráfico 68 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Tocantins, Período 2003-2010.**



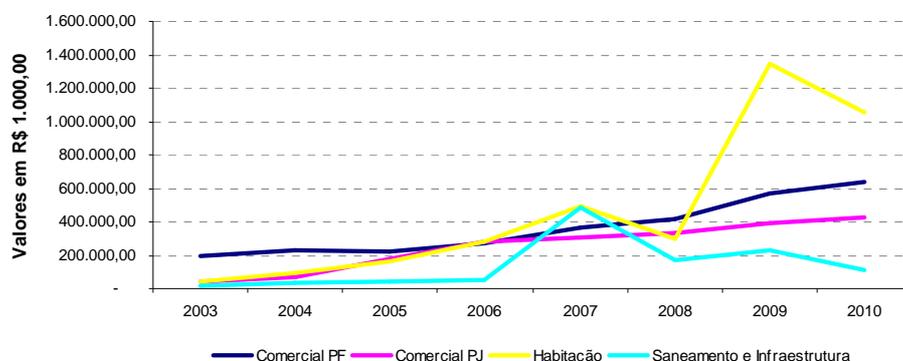
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Tocantins, do total de R\$ 3,4 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 31% para Pessoa Física, 14% para Pessoa Jurídica, 31% para Habitação e 23% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Tocantins, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 395% para o Saneamento e Infraestrutura, 428% para Pessoa Física, 531% para Pessoa Jurídica e 2144% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Tocantins, saindo de R\$ 12,4 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 279 Milhões em 2010.

**Gráfico 69 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Maranhão, Período 2003-2010.**



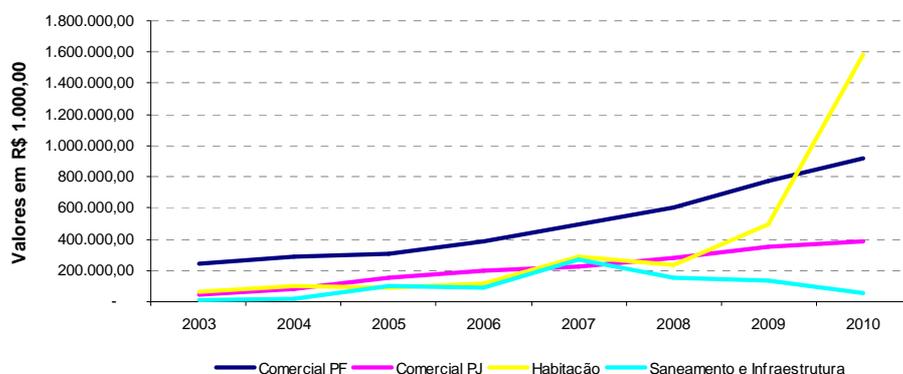
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Maranhão, do total de R\$ 9,8 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 30% para Pessoa Física, 21% para Pessoa Jurídica, 38% para Habitação e 12% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Maranhão, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 551% para o Saneamento e Infraestrutura, 222% para Pessoa Física, 1008% para Pessoa Jurídica e 2195% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Maranhão, saindo de R\$ 45,9 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 1 Bilhão em 2010.

**Gráfico 70 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Alagoas, Período 2003-2010.**



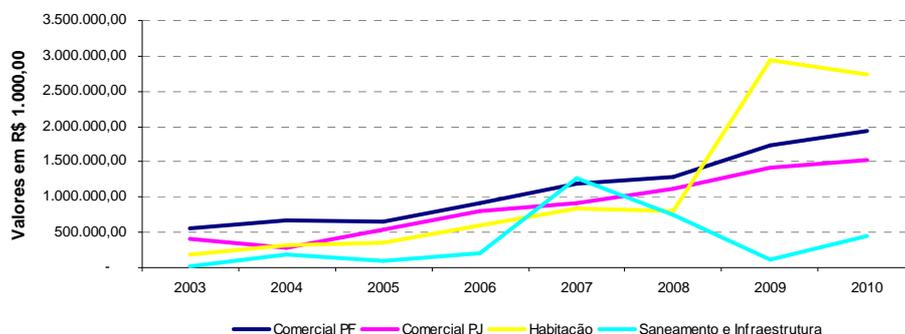
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado de Alagoas, do total de R\$ 9,5 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 42% para Pessoa Física, 18% para Pessoa Jurídica, 31% para Habitação e 9% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado de Alagoas, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 315% para o Saneamento e Infraestrutura, 272% para Pessoa Física, 721% para Pessoa Jurídica e 2366% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado de Alagoas, saindo de R\$ 64,3 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 1,6 Bilhões em 2010.

**Gráfico 71 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado da Bahia, Período 2003-2010.**



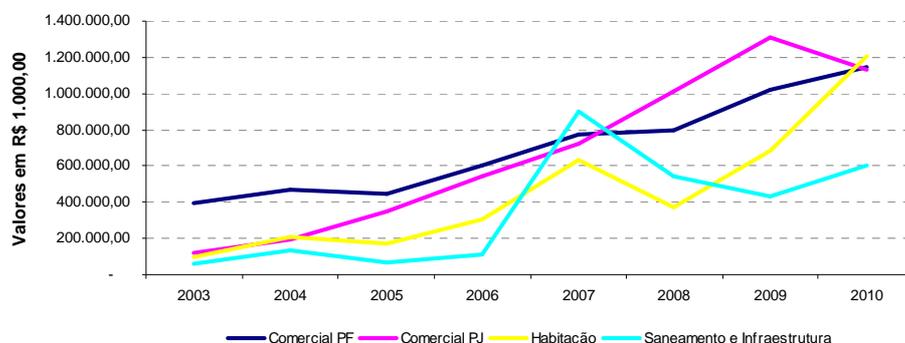
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado da Bahia, do total de R\$ 27,8 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 32% para Pessoa Física, 25% para Pessoa Jurídica, 31% para Habitação e 11% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado da Bahia, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 1623% para o Saneamento e Infraestrutura, 244% para Pessoa Física, 270% para Pessoa Jurídica e 1416% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado da Bahia, saindo de R\$ 26,3 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 453,4 Milhões em 2010.

**Gráfico 72 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Ceará, Período 2003-2010.**



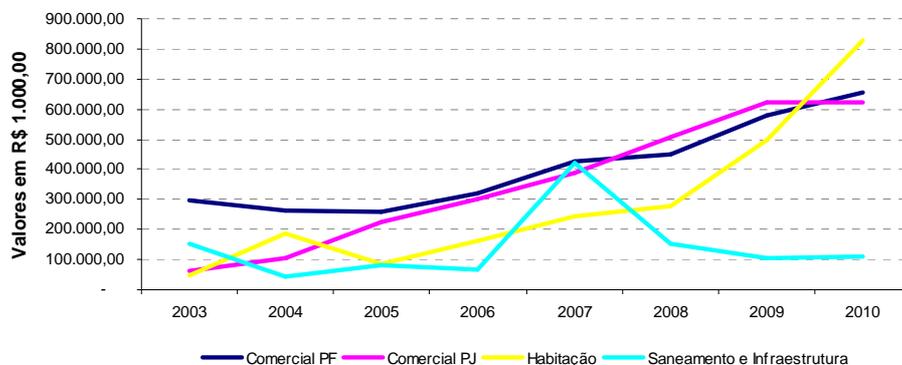
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Ceará, do total de R\$ 17,5 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 32% para Pessoa Física, 31% para Pessoa Jurídica, 21% para Habitação e 16% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Ceará, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 909% para o Saneamento e Infraestrutura, 188% para Pessoa Física, 831% para Pessoa Jurídica e 1193% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Ceará, saindo de R\$ 93 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 3,6 Bilhões em 2010.

**Gráfico 73 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado da Paraíba, Período 2003-2010.**



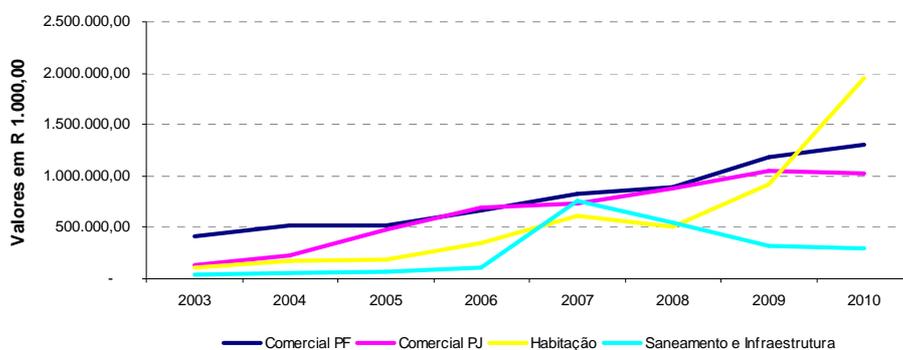
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado da Paraíba, do total de R\$ 9,5 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 34% para Pessoa Física, 30% para Pessoa Jurídica, 24% para Habitação e 12% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado da Paraíba, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: (-27%) para o Saneamento e Infraestrutura, 122% para Pessoa Física, 908% para Pessoa Jurídica e 1719% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado da Paraíba, saindo de R\$ 45,5 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 2,3 Bilhões em 2010.

**Gráfico 74 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Pernambuco, Período 2003-2010.**



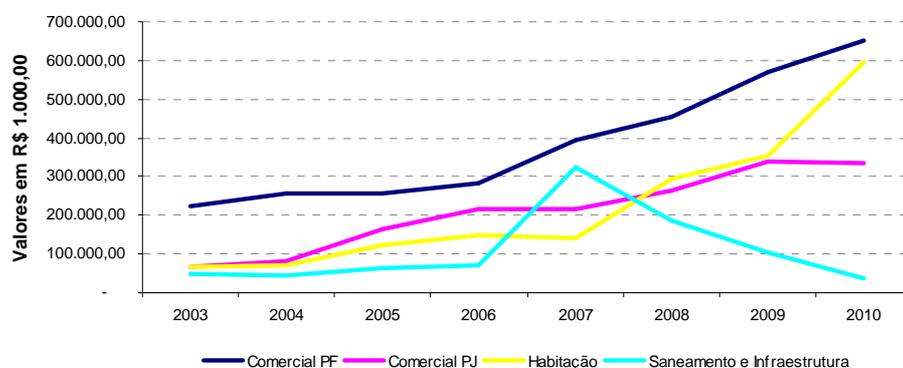
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado de Pernambuco, do total de R\$ 18,5 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 34% para Pessoa Física, 28% para Pessoa Jurídica, 26% para Habitação e 12% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado de Pernambuco, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 731% para o Saneamento e Infraestrutura, 217% para Pessoa Física, 652% para Pessoa Jurídica e 1827% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado de Pernambuco, saindo de R\$ 101,7 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 4,8 Bilhões em 2010.

**Gráfico 75 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Piauí, Período 2003-2010.**



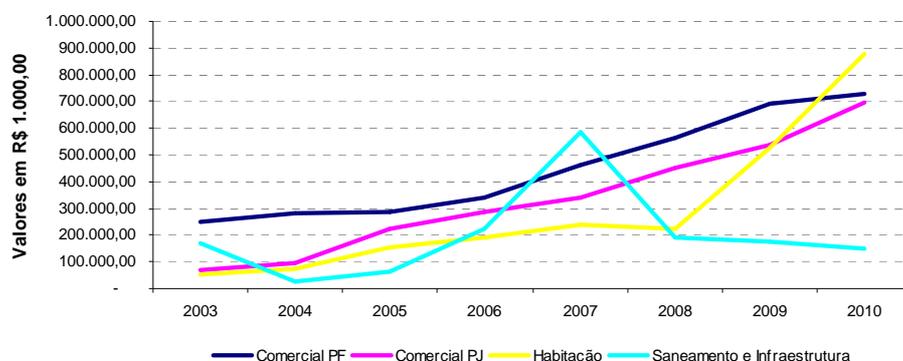
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Piauí, do total de R\$ 7,4 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 41% para Pessoa Física, 23% para Pessoa Jurídica, 24% para Habitação e 12% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Piauí, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: (-28%) para o Saneamento e Infraestrutura, 193% para Pessoa Física, 395% para Pessoa Jurídica e 799% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Piauí, saindo de R\$ 66,2 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 595,5 Milhões em 2010.

**Gráfico 76 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Rio Grande do Norte, Período 2003-2010.**



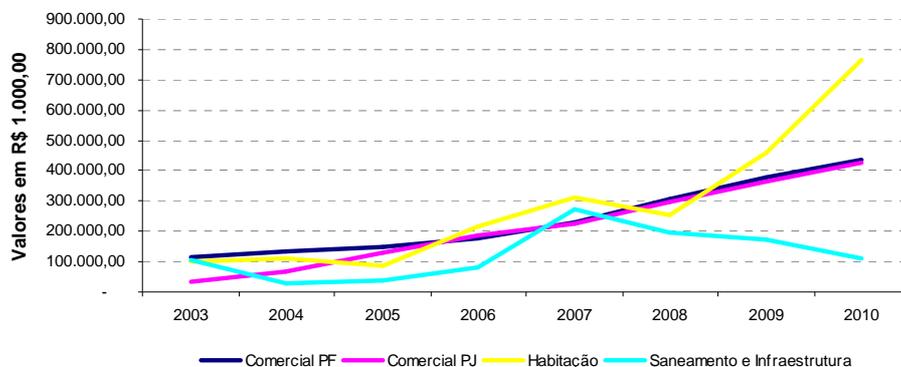
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Rio Grande do Norte, do total de R\$ 10,2 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 35% para Pessoa Física, 26% para Pessoa Jurídica, 23% para Habitação e 15% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Rio Grande do Norte, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: (-14%) para o Saneamento e Infraestrutura, 194% para Pessoa Física, 875% para Pessoa Jurídica e 1556% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, saindo de R\$ 52,8 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 875,6 Milhões em 2010.

**Gráfico 77 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Sergipe, Período 2003-2010.**



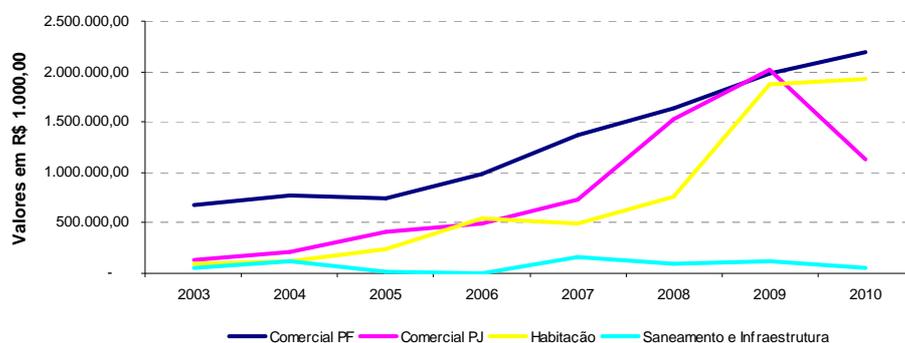
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Sergipe, do total de R\$ 6,9 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 28% para Pessoa Física, 25% para Pessoa Jurídica, 33% para Habitação e 14% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Sergipe, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 3% para o Saneamento e Infraestrutura, 281% para Pessoa Física, 1154% para Pessoa Jurídica e 667% para Habitação.

O crédito para Pessoa Jurídica apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Sergipe, saindo de R\$ 34 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 1,7 Bilhões em 2010.

**Gráfico 78 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Distrito Federal, Período 2003-2010.**



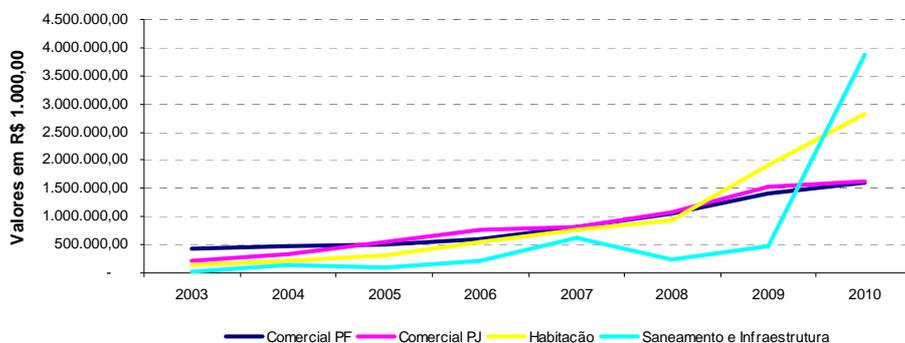
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Distrito Federal, do total de R\$ 23,7 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 44% para Pessoa Física, 28% para Pessoa Jurídica, 26% para Habitação e 3% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Distrito Federal, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: (-11%) para o Saneamento e Infraestrutura, 225% para Pessoa Física, 768% para Pessoa Jurídica e 1923% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Distrito Federal, saindo de R\$ 95,5 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 1,9 Bilhões em 2010.

**Gráfico 79 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Goiás, Período 2003-2010.**



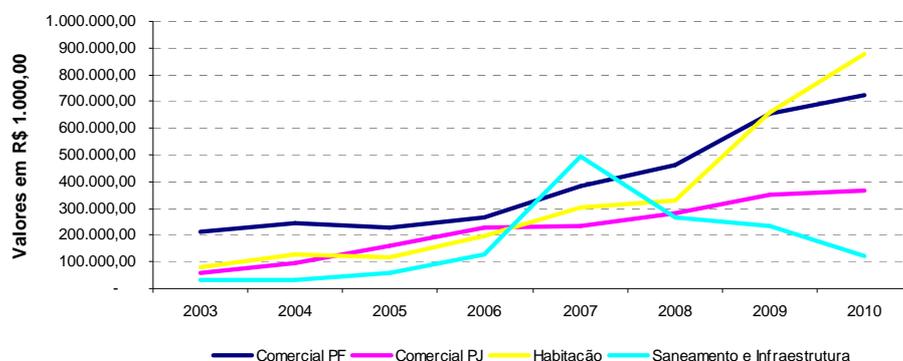
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado de Goiás, do total de R\$ 27,1 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 25% para Pessoa Física, 25% para Pessoa Jurídica, 28% para Habitação e 21% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado de Goiás, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 13906% para o Saneamento e Infraestrutura, 275% para Pessoa Física, 681% para Pessoa Jurídica e 1843% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado de Goiás, saindo de R\$ 27,7 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 5,7 Bilhões em 2010.

**Gráfico 80 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Mato Grosso do Sul, Período 2003-2010.**



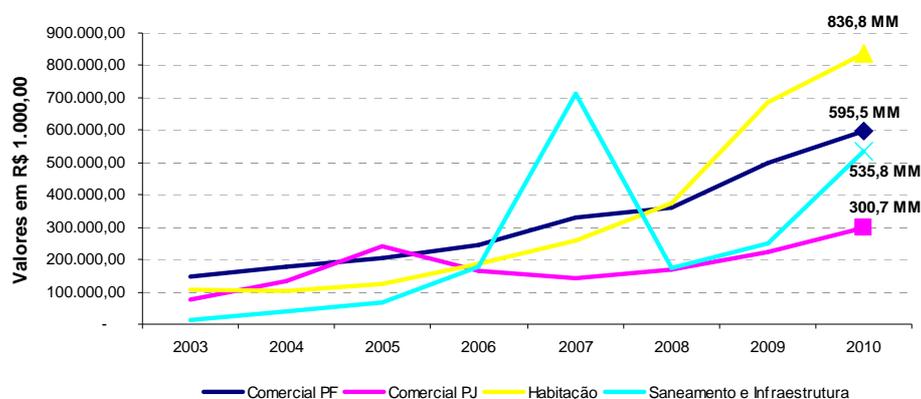
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Mato Grosso do Sul, do total de R\$ 9,0 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 35% para Pessoa Física, 20% para Pessoa Jurídica, 30% para Habitação e 15% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Mato Grosso do Sul, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 298% para o Saneamento e Infraestrutura, 240% para Pessoa Física, 542% para Pessoa Jurídica e 1021% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, saindo de R\$ 78,5 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 880 Milhões em 2010.

**Gráfico 81 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Mato Grosso, Período 2003-2010.**



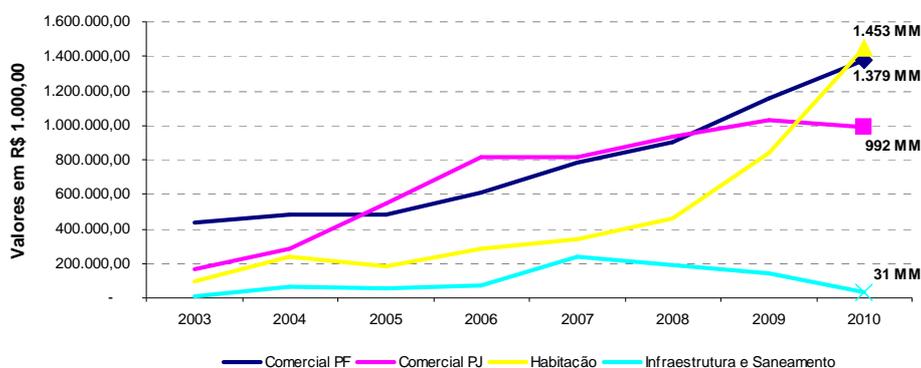
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Mato Grosso, do total de R\$ 8,6 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 30% para Pessoa Física, 17% para Pessoa Jurídica, 31% para Habitação e 23% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Mato Grosso, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 4543% para o Saneamento e Infraestrutura, 309% para Pessoa Física, 306% para Pessoa Jurídica e 684% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Mato Grosso, saindo de R\$ 11,5 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 1,9 Bilhões em 2010.

**Gráfico 82 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Espírito Santo, Período 2003-2010.**



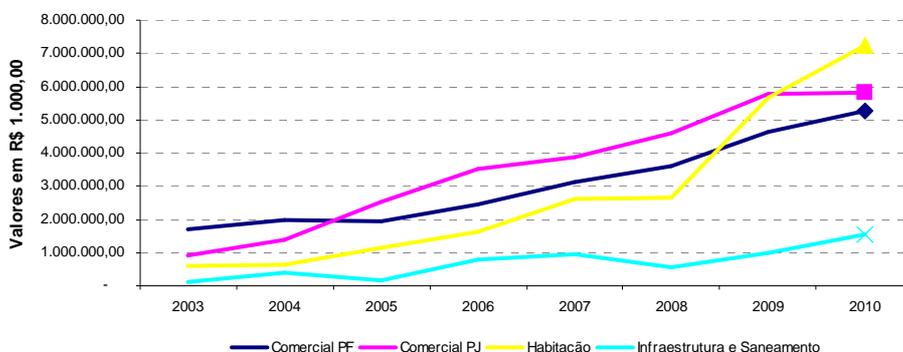
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Espírito Santo, do total de R\$ 16,5 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 38% para Pessoa Física, 34% para Pessoa Jurídica, 24% para Habitação e 5% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Espírito Santo, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 448% para o Saneamento e Infraestrutura, 218% para Pessoa Física, 498% para Pessoa Jurídica e 1468% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Espírito Santo, saindo de R\$ 92,6 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 1,4 Bilhões em 2010.

**Gráfico 83 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Minas Gerais, Período 2003-2010.**



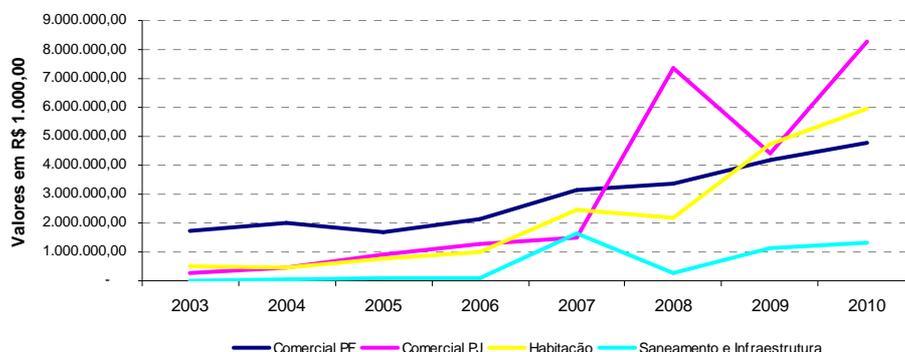
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado de Minas Gerais, do total de R\$ 80,8 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 31% para Pessoa Física, 35% para Pessoa Jurídica, 27% para Habitação e 7% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado de Minas Gerais, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 1314% para o Saneamento e Infraestrutura, 208% para Pessoa Física, 544% para Pessoa Jurídica e 1138% para Habitação.

O crédito para Saneamento e Infraestrutura apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado de Minas Gerais, saindo de R\$ 109 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 5,4 Bilhões em 2010.

**Gráfico 84 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Rio de Janeiro, Período 2003-2010.**



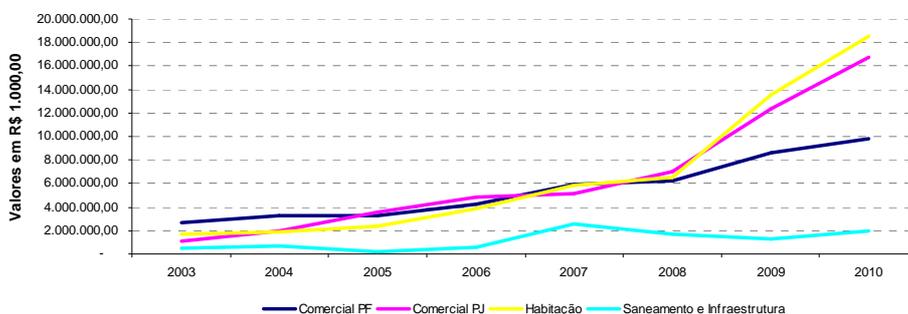
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Rio de Janeiro, do total de R\$ 70 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 33% para Pessoa Física, 35% para Pessoa Jurídica, 26% para Habitação e 6% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 6667% para o Saneamento e Infraestrutura, 178% para Pessoa Física, 2986% para Pessoa Jurídica e 1129% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, saindo de R\$ 19 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 4,5 Bilhões em 2010.

**Gráfico 85 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de São Paulo, Período 2003-2010.**



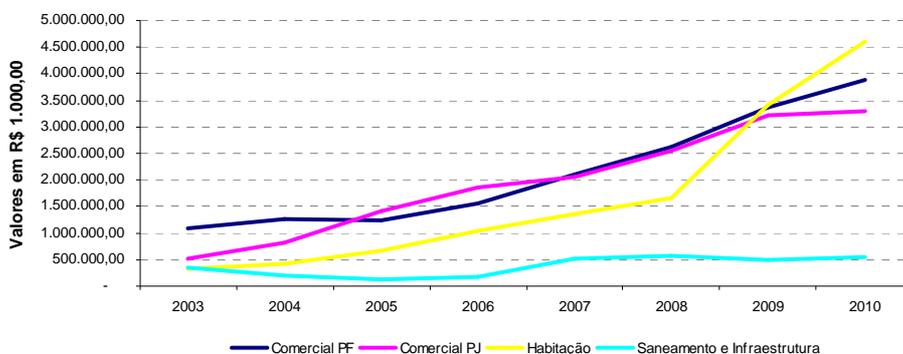
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado de São Paulo, do total de R\$ 160,7 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 27% para Pessoa Física, 33% para Pessoa Jurídica, 34% para Habitação e 6% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado de São Paulo, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 301% para o Saneamento e Infraestrutura, 267% para Pessoa Física, 1371% para Pessoa Jurídica e 975% para Habitação.

O crédito para Pessoa Jurídica apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado de São Paulo, saindo de R\$ 1,1 Bilhões em 2003 para o patamar de R\$ 16,7 Bilhões em 2010.

**Gráfico 86 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Paraná, Período 2003-2010.**



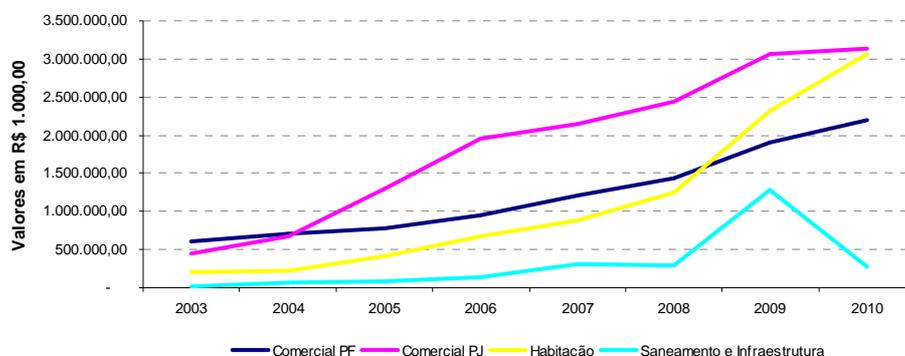
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Paraná, do total de R\$ 49,3 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 35% para Pessoa Física, 32% para Pessoa Jurídica, 27% para Habitação e 6% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Paraná, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 64% para o Saneamento e Infraestrutura, 257% para Pessoa Física, 521% para Pessoa Jurídica e 1302% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Paraná, saindo de R\$ 329 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 13,5 Bilhões em 2010.

**Gráfico 87 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado de Santa Catarina, Período 2003-2010.**



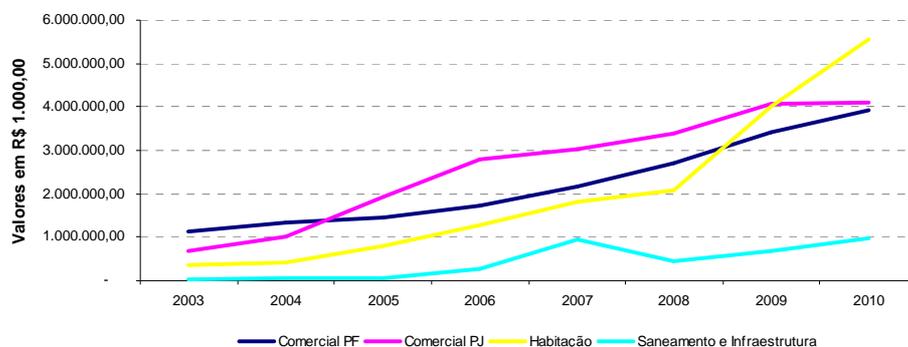
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado de Santa Catarina, do total de R\$ 36,5 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 27% para Pessoa Física, 42% para Pessoa Jurídica, 25% para Habitação e 7% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado de Santa Catarina, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 1213% para o Saneamento e Infraestrutura, 267% para Pessoa Física, 601% para Pessoa Jurídica e 1419% para Habitação.

O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado de Santa Catarina, saindo de R\$ 201 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 3 Bilhões em 2010.

**Gráfico 88 – Evolução das liberações de créditos da CEF, Estado do Rio Grande do Sul, Período 2003-2010.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais (disponível informação para o período 2003-2010).

Como se observa para o Estado do Rio Grande do Sul, do total de R\$ 58,6 Bilhões liberados no período de 2003 a 2010, o perfil de contratação por tipo de crédito correspondeu a 31% para Pessoa Física, 36% para Pessoa Jurídica, 28% para Habitação e 6% para Saneamento e Infraestrutura.

Em relação ao desempenho das linhas de crédito para o Estado do Rio Grande do Sul, cada uma das carteiras apresentou a seguinte evolução entre 2003 e 2010: 5031% para o Saneamento e Infraestrutura, 248% para Pessoa Física, 495% para Pessoa Jurídica e 1405% para Habitação.

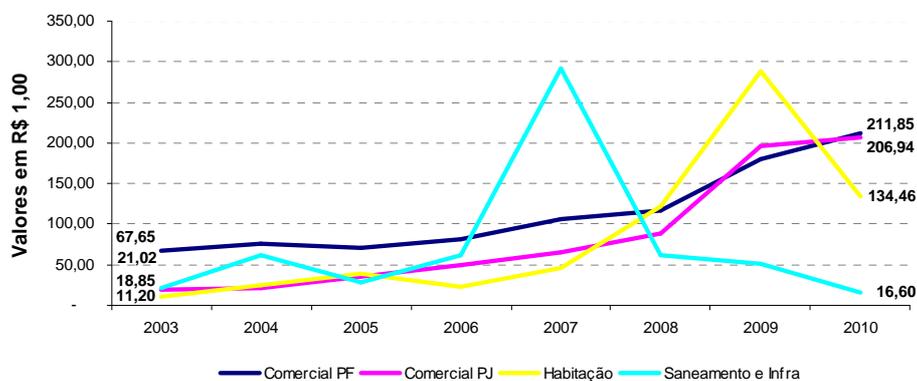
O crédito para Habitação apresentou a performance mais relevante no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, saindo de R\$ 19 Milhões em 2003 para o patamar de R\$ 992 Milhões em 2010.

## 6.2 A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO/POPULAÇÃO POR ESTADO DA FEDERAÇÃO ENTRE 2003 A 2010

O presente subitem apresentará a evolução das liberações de créditos pela Caixa Econômica Federal sob outra perspectiva.

Serão consideradas as contratações anuais em relação à população dos Estados no período de 2003 a 2010.

**Gráfico 89 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Acre, Período 2003-2010.**



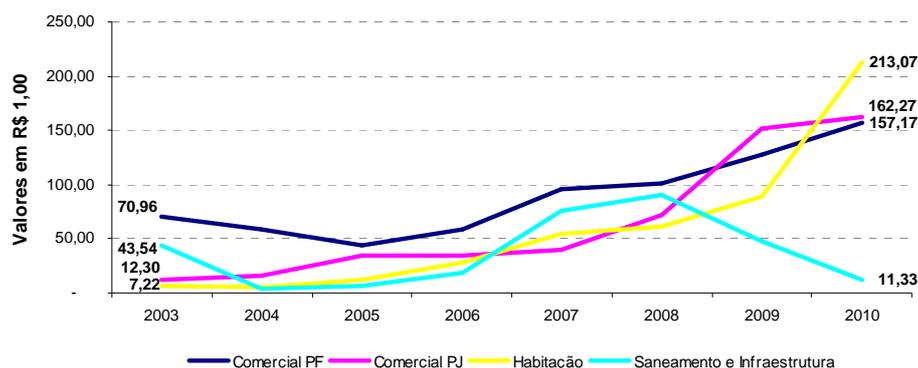
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Acre, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 2.875,59 por habitante. Desse total

acumulado, destacou-se o Crédito Comercial para Pessoa Física com um montante de R\$ 910,99, representando uma participação de 32%, seguido de Crédito Comercial Pessoa Jurídica e Habitacional com 24% de participação cada e Saneamento com 21%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito, as contratações no âmbito do Estado do Acre, ainda em relação à população, apresentaram variações de 2003 a 2010 com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 1.101%. O crédito comercial a Pessoa Jurídica cresceu em 998% nesse período, seguido da Pessoa Física com 213% e um ponto de atenção ao crédito para Saneamento que envolveu em -21%.

**Gráfico 90 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Amazonas, Período 2003-2010.**

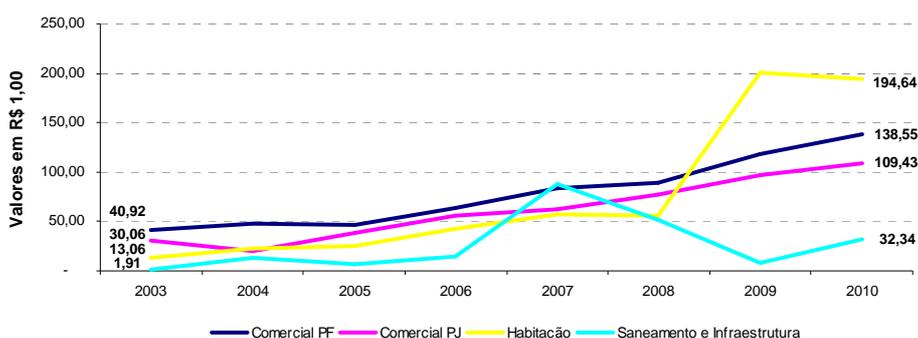


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Amazonas, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 2.002,54 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 712,69, representando uma participação de 36%, seguido de crédito comercial Pessoa Jurídica com 26%, Habitacional com 23% e Saneamento com 15%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito, as contratações no âmbito do Estado do Amazonas, ainda em relação à população, apresentaram variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 2.851% no período analisado. O crédito comercial a Pessoa Jurídica cresceu em 1.219% nesse período, seguido da Pessoa Física com 122%. O crédito para Saneamento, porém, apresentou uma retração de -74%.

**Gráfico 91 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado da Bahia, Período 2003-2010.**



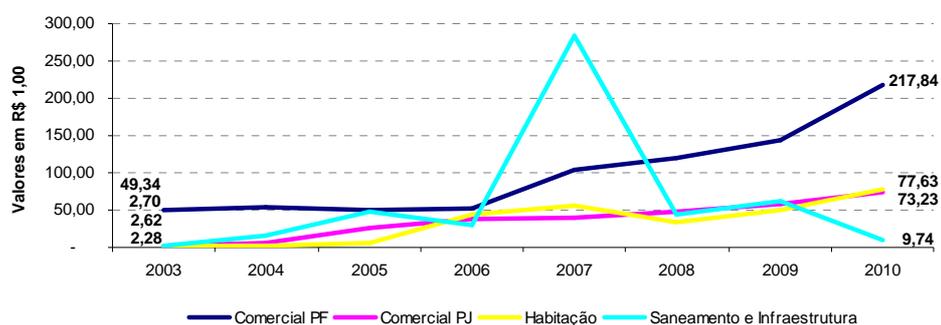
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado da Bahia, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 1.944,01 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 627,02, representando uma participação de 32%, seguido de crédito para Habitação com 31%, seguido de crédito comercial Pessoa Jurídica com 25% e Saneamento com 11%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado da Bahia, ainda na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque

para o Saneamento que alcançou uma evolução de 1.594% no período analisado. O crédito para Habitação cresceu em 1.390% nesse período, seguido da Pessoa Jurídica com 264% e Pessoa Física com incremento de 239%.

**Gráfico 92 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Amapá, Período 2003-2010.**

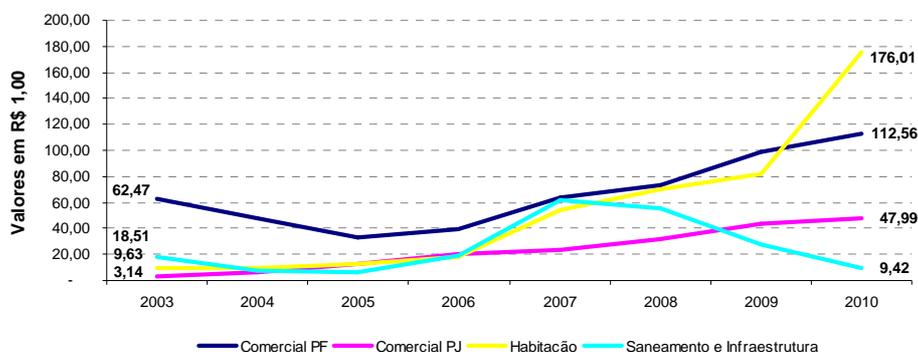


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Amapá, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 1.849,39 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 790,34 por habitante, representando uma participação de 43%, seguido de crédito para Saneamento com 27%, crédito comercial Pessoa Jurídica com 16% e Habitação com 11%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Amapá, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 2.860% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 2.608% nesse período, seguido da Pessoa Física com 342% e Saneamento com incremento de 326%.

**Gráfico 93 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Pará, Período 2003-2010.**

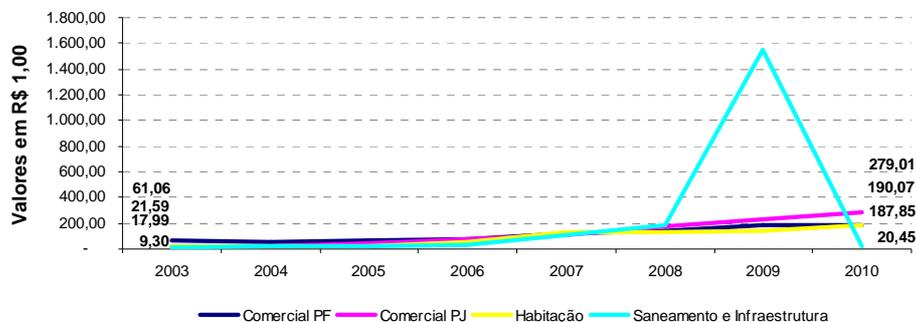


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Pará, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 1.359,84 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 532,03 por habitante, representando uma participação de 39%, seguido de crédito para Habitação com 32%, crédito para Saneamento com 15% e Pessoa Jurídica com 14%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Pará, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 1.728% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 1.428% nesse período, seguido da Pessoa Física com 80%. O crédito para Saneamento, porém, apresentou uma retração de -49% para o período analisado.

**Gráfico 94 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Rondônia, Período 2003-2010.**

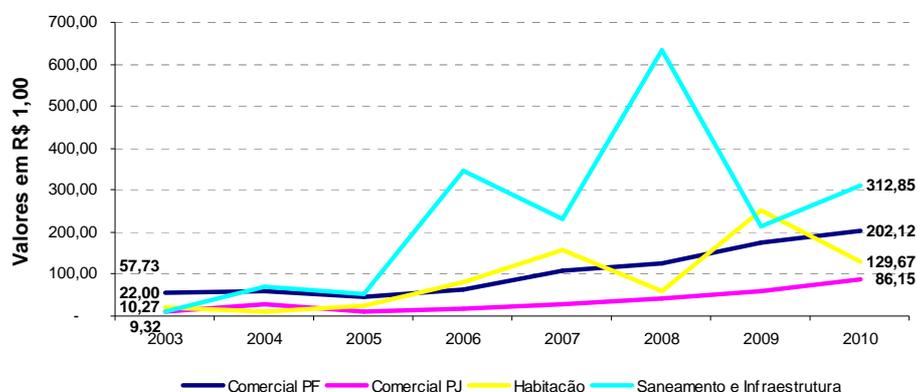


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado de Rondônia, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 4.511,22 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito para Saneamento, com um montante de R\$ 1.952,46 por habitante, representando uma participação de 43%, seguido de crédito para Pessoa Jurídica com 21%, crédito comercial Pessoa Física com 20% e Habitação com 16%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado de Rondônia, ainda na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para o crédito comercial Pessoa Jurídica que alcançou uma evolução de 1.451% no período analisado. O crédito para Habitação cresceu em 770% nesse período, seguido da Pessoa Física com 211% e Saneamento com incremento de 120%.

**Gráfico 95 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Roraima, Período 2003-2010.**

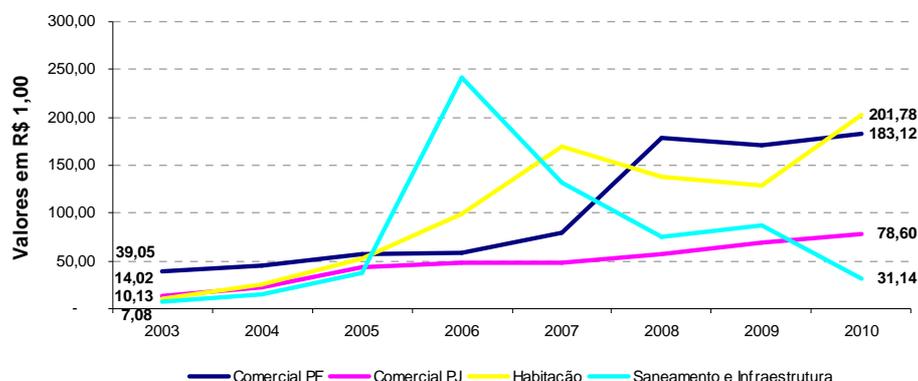


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado de Roraima, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 3.718,10 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito para Saneamento, com um montante de R\$ 1.870,56 por habitante, representando uma participação de 50%, seguido de crédito comercial Pessoa Física com 22%, crédito para Habitação com 20% e Pessoa Jurídica com 8%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado de Roraima, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para o Saneamento que alcançou uma evolução de 2.946% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 824% nesse período, seguido da Habitação com 489% e Pessoa Física com 250%.

**Gráfico 96 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Tocantins, Período 2003-2010.**

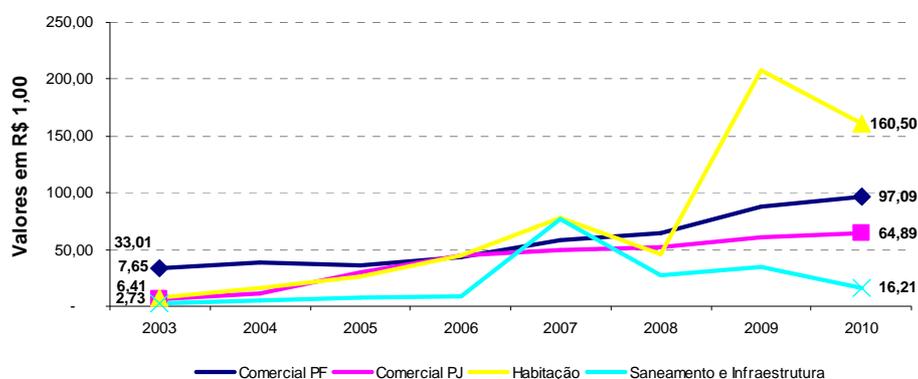


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Tocantins, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 2.647,41 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito para Habitação com um montante de R\$ 825,04 por habitante e comercial Pessoa Física com R\$ 812,67, representando uma participação em torno de 31% cada, seguido de crédito para Saneamento com 24% e Pessoa Jurídica com 14%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Tocantins, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 1.892% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 460% nesse período, seguido da Pessoa Física com 369% e Saneamento com incremento de 340%.

**Gráfico 97 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Maranhão, Período 2003-2010.**

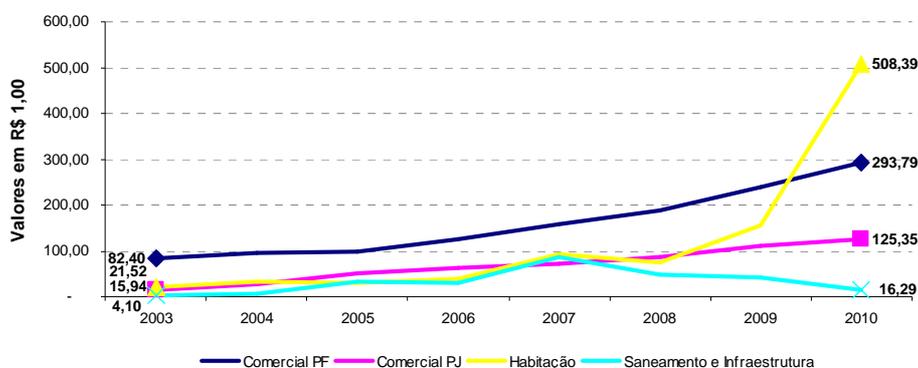


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Maranhão, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 1.542,05 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito para Habitação, com um montante de R\$ 586,99 por habitante, representando uma participação de 38%, seguido de crédito para Pessoa Física com 30%, crédito comercial Pessoa Jurídica com 21% e Saneamento com 12%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Maranhão, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 1.998% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 912% nesse período, seguido de Saneamento com 495% e Pessoa Física com incremento de 194%.

**Gráfico 98 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Alagoas, Período 2003-2010.**

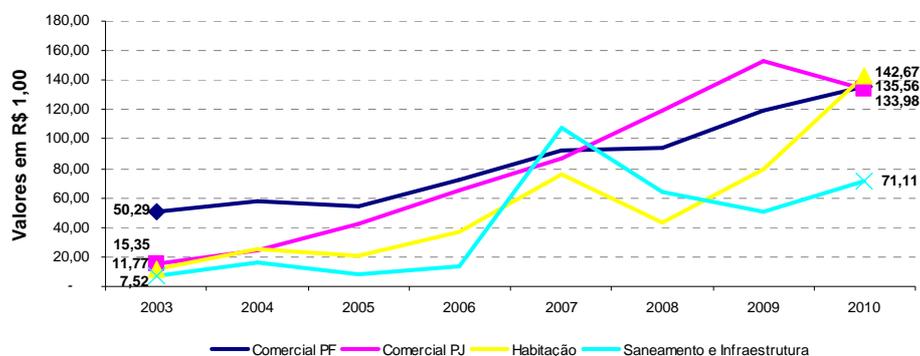


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado de Alagoas, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 3.052,35 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 1.284,42 por habitante, representando uma participação de 42%, seguido de crédito para Habitação com 31%, crédito comercial Pessoa Jurídica com 18% e Saneamento com 9%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado de Alagoas, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 2.262% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 686% nesse período, seguido de Saneamento com 298% e Pessoa Física com incremento de 257%.

**Gráfico 99 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população,  
Estado do Ceará, Período 2003-2010.**

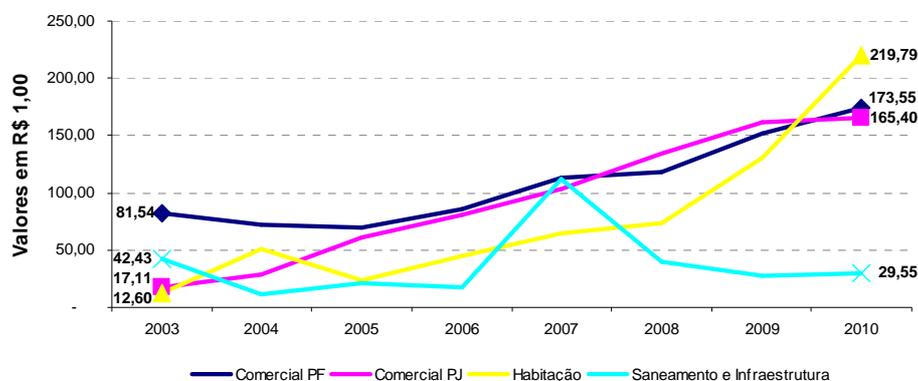


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Ceará, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 2.094,12 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 677,14 por habitante, representando uma participação de 32%, seguido de crédito comercial Pessoa Jurídica com 31%, crédito para Habitação com 21% e Saneamento com 16%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Ceará, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 1.112% no período analisado. O crédito para Saneamento cresceu em 846% nesse período, seguido da Pessoa Jurídica com 773% e Pessoa Física com incremento de 170%.

**Gráfico 100 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado da Paraíba, Período 2003-2010.**

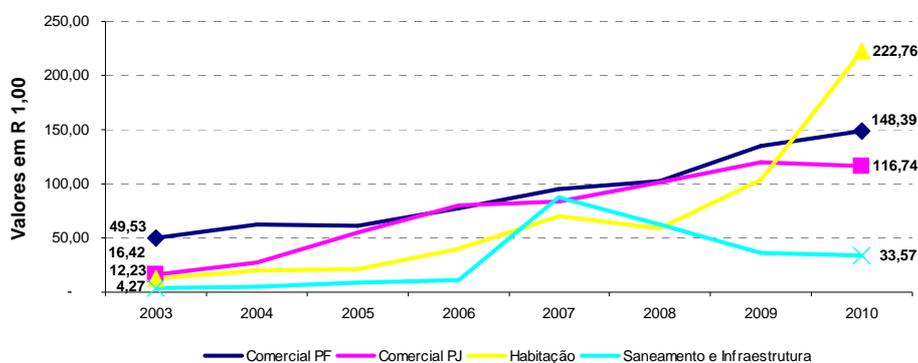


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado da Paraíba, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 2.542,86 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 866,15 por habitante, representando uma participação de 34%, seguido de crédito para Pessoa Jurídica com 30%, crédito para Habitação com 24% e Saneamento com 12%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado da Paraíba, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 1.645% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 867% nesse período, seguido da Pessoa Física com 113% e Saneamento com uma involução de -30%.

**Gráfico 101 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Pernambuco, Período 2003-2010.**

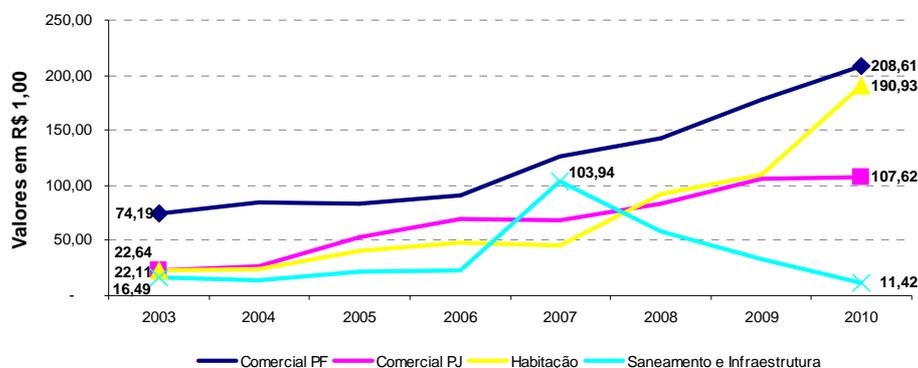


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado de Pernambuco, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 2.129,03 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 730.92 por habitante, representando uma participação de 34%, seguido de crédito comercial Pessoa Jurídica com 28%, crédito para Habitação com 26% e Saneamento com 12%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado de Pernambuco, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 2.860% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 2.608% nesse período, seguido da Pessoa Física com 342% e Saneamento com incremento de 326%.

**Gráfico 102 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Piauí, Período 2003-2010.**

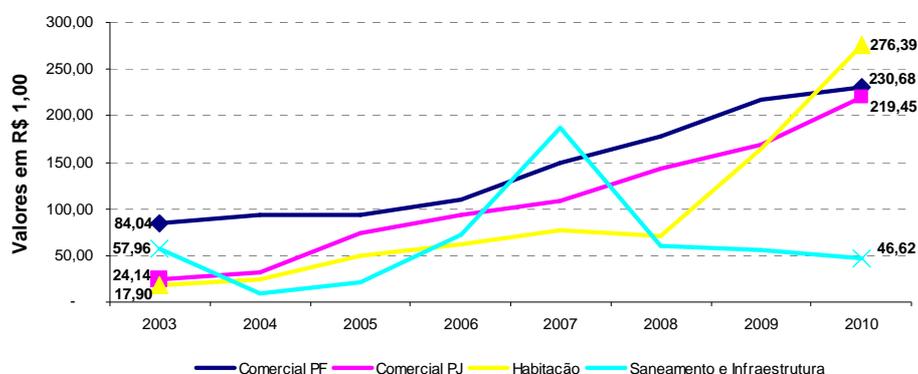


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Piauí, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 2.381,55 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 989,93 por habitante, representando uma participação de 42%, seguido de crédito para Habitação com 24%, crédito comercial Pessoa Jurídica com 23% e Saneamento com 12%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Piauí, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 764% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 375% nesse período, seguido da Pessoa Física com 181% e Saneamento com involução de -31%.

**Gráfico 103 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Rio Grande do Norte, Período 2003-2010.**

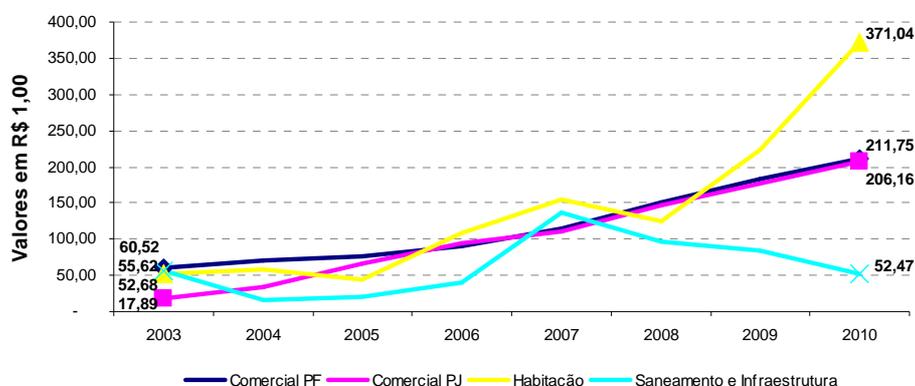


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Rio Grande do Norte, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 3.273,71 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 1.157,50 por habitante, representando uma participação de 35%, seguido de crédito para Pessoa Jurídica com 26%, crédito para Habitação com 23% e Saneamento com 16%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 1.444% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 809% nesse período, seguido da Pessoa Física com 174% e Saneamento com uma involução de -20%.

**Gráfico 104 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Sergipe, Período 2003-2010.**

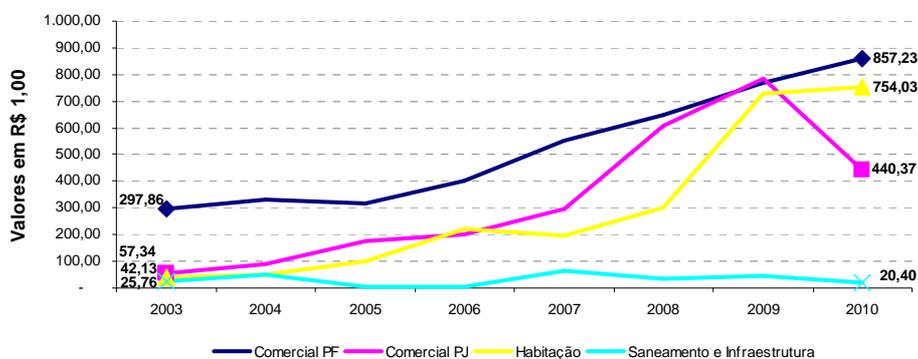


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado de Sergipe, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 3.453,37 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito para Habitação com um montante de R\$ 1.138,73 por habitante, representando uma participação de 33%, seguido de crédito comercial Pessoa Física com 28%, crédito comercial Pessoa Jurídica com 25% e Saneamento com 15%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado de Sergipe, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para o crédito Pessoa Jurídica que alcançou uma evolução de 1.052% no período analisado. O crédito para Habitação cresceu em 604% nesse período, seguido da Pessoa Física com 250% e Saneamento com involução de -6%.

**Gráfico 105 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Distrito Federal, Período 2003-2010.**

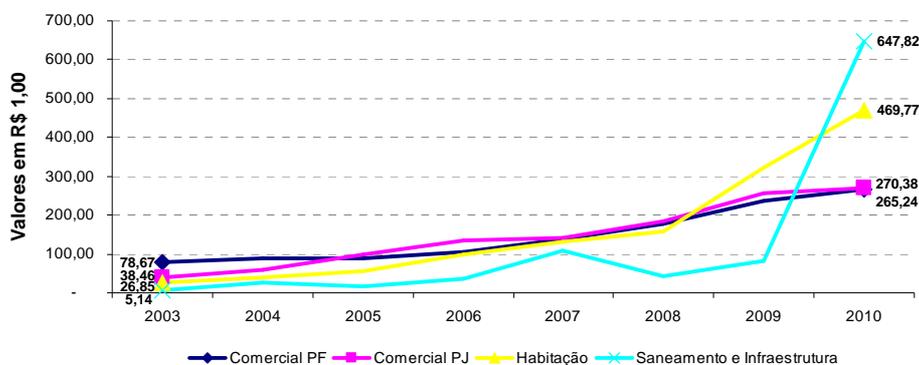


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Distrito Federal, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 9.479,57 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 4.172,27 por habitante, representando uma participação de 44%, seguido de crédito para Pessoa Jurídica com 28%, crédito para Habitação com 25% e Saneamento com 3%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Distrito Federal, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 1.690% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 688% nesse período, seguido da Pessoa Física com 188% e Saneamento com uma involução de -21%.

**Gráfico 106 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Goiás, Período 2003-2010.**

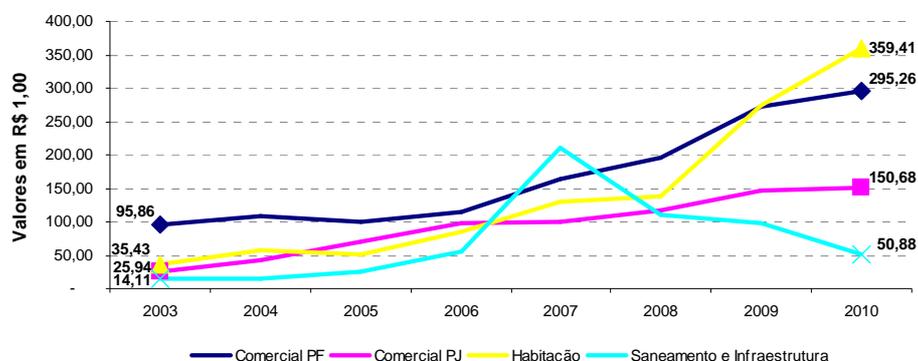


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado de Goiás, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 4.625,76 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito para Habitação, com um montante de R\$ 1.299,34 por habitante, representando uma participação de 28%, seguido de crédito comercial para Pessoa Física e Pessoa Jurídica com 26% cada e Saneamento com 21%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado de Goiás, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para Saneamento que alcançou uma evolução de 12.509% no período analisado. O crédito para Habitação cresceu em 1.649% nesse período, seguido da Pessoa Jurídica com 603% e Pessoa Física com incremento de 237%.

**Gráfico 107 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Mato Grosso do Sul, Período 2003-2010.**

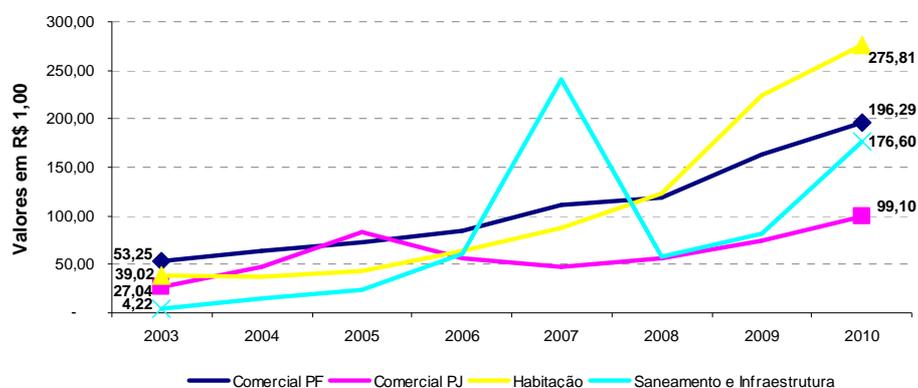


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Mato Grosso do Sul, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 3.813,01 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 1.347,32 por habitante, representando uma participação de 35%, seguido de crédito para Habitação com 30%, crédito comercial Pessoa Jurídica com 20% e Saneamento com 15%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 914% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 481% nesse período, seguido de Saneamento com 261% e Pessoa Física com incremento de 208%.

**Gráfico 108 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Mato Grosso, Período 2003-2010.**

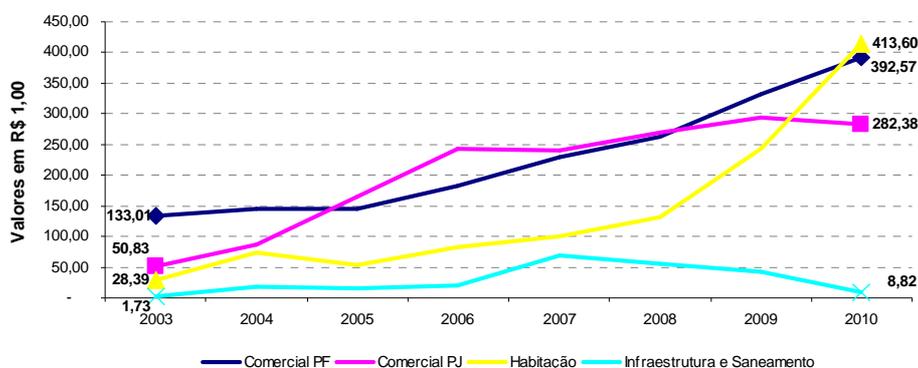


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Mato Grosso, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 2.910,19 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito para Habitação com um montante de R\$ 895,12 por habitante, representando uma participação de 31%, seguido de crédito para Pessoa Física com 30%, crédito para Saneamento com 23% e Pessoa Jurídica com 17%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Mato Grosso, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para o Saneamento que alcançou uma evolução de 4.089% no período analisado. O crédito para Habitação cresceu em 607% nesse período, seguido da Pessoa Física com 269% e Pessoa Jurídica com incremento de 266%.

**Gráfico 109 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Espírito Santo, Período 2003-2010.**

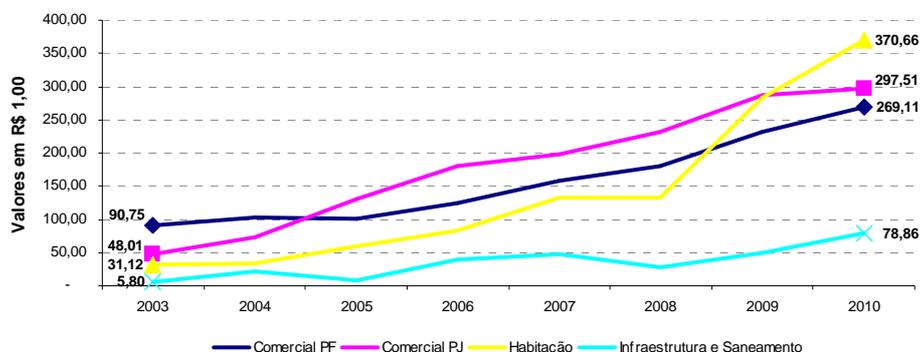


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Espírito Santo, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 4.813,13 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 1.821,94 por habitante, representando uma participação de 38%, seguido de Pessoa Jurídica com 34%, crédito para Habitação com 23% e Saneamento com 5%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Espírito Santo, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 1.357% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 456% nesse período, seguido de Saneamento com 409% e Pessoa Física com incremento de 195%.

**Gráfico 110 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Minas Gerais, Período 2003-2010.**

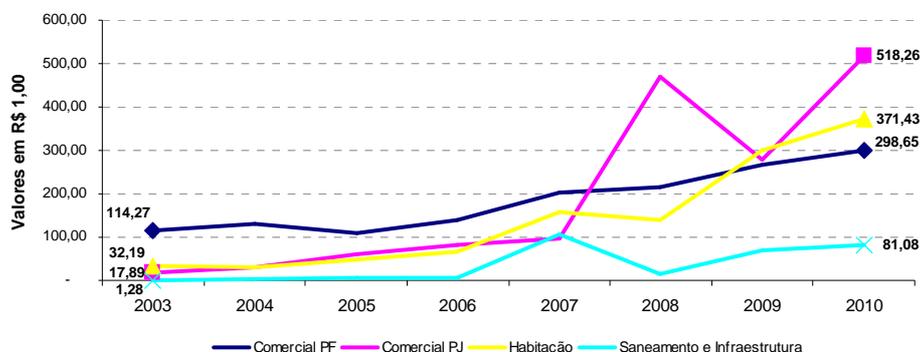


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado de Minas Gerais, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 4.113,59 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Jurídica, com um montante de R\$ 1.446,89 por habitante, representando uma participação de 35%, seguido de crédito para Pessoa Física com 31%, crédito para Habitação com 27% e Saneamento com 7%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado de Minas Gerais, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para o Saneamento que alcançou uma evolução de 1.260% no período analisado. O crédito para Habitação cresceu em 1.091% nesse período, seguido da Pessoa Jurídica com 520% e Pessoa Física com incremento de 197%.

**Gráfico 111 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Rio de Janeiro, Período 2003-2010.**

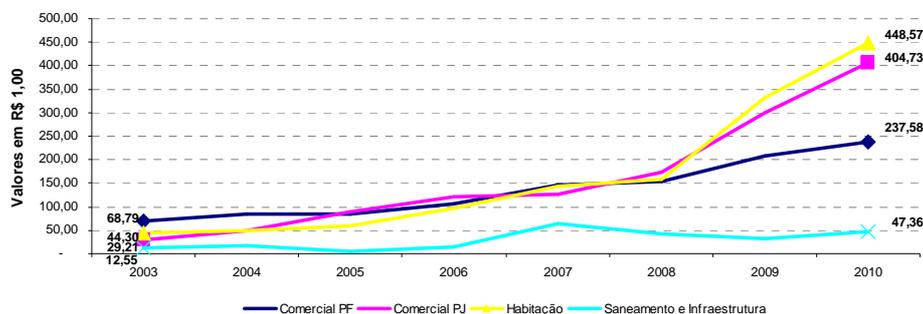


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Rio de Janeiro, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 4.460,46 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Jurídica, com um montante de R\$ 1.554,31 por habitante, representando uma participação de 35%, seguido de crédito para Pessoa Física com 33%, Habitação com 26% e Saneamento com 6%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para o Saneamento que alcançou uma evolução de 6.255% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 2.797% nesse período, seguido da Habitação com 1.054% e Pessoa Física com incremento de 161%.

**Gráfico 112 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de São Paulo, Período 2003-2010.**

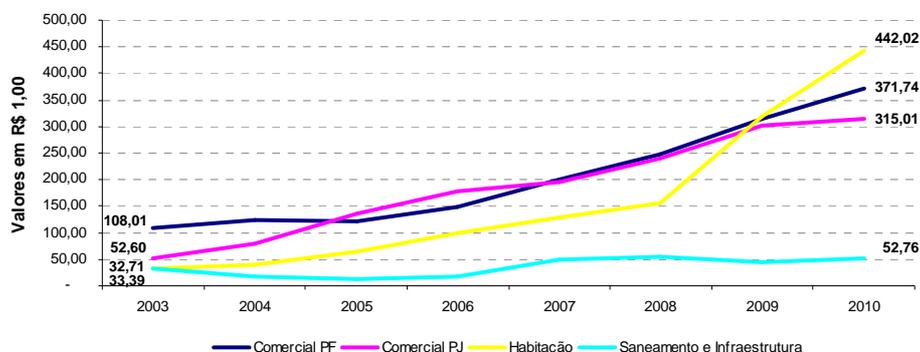


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado de São Paulo, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 3.954,03 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito para Habitação, com um montante de R\$ 1.331,81 por habitante, representando uma participação de 34%, seguido de crédito comercial para Pessoa Jurídica com 33%, crédito comercial Pessoa Física com 28% e Saneamento com 6%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado de São Paulo, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Pessoa Jurídica que alcançou uma evolução de 1.285% no período analisado. O crédito para Habitação cresceu em 913% nesse período, seguido de Saneamento com 277% e Pessoa Física com incremento de 245%.

**Gráfico 113 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Paraná, Período 2003-2010.**

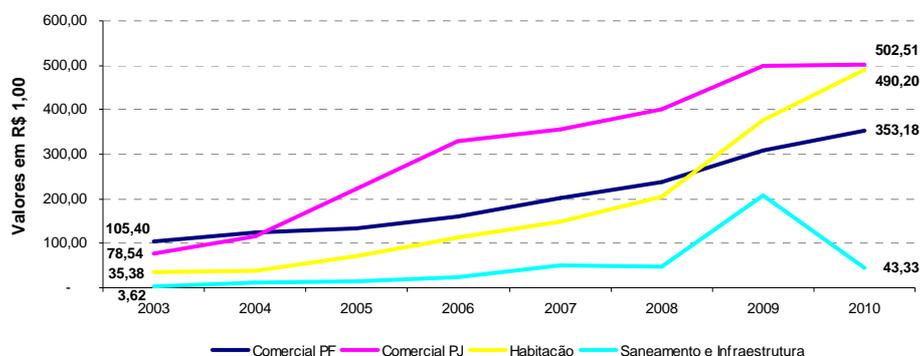


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Paraná, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 4.701,03 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Física, com um montante de R\$ 1.636,68 por habitante, representando uma participação de 35%, seguido de crédito para Pessoa Jurídica com 32%, crédito para Habitação com 27% e Saneamento com 6%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Paraná, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 1.251% no período analisado. O crédito comercial Pessoa Jurídica cresceu em 499% nesse período, seguido da Pessoa Física com 244% e Saneamento com incremento de 58%.

**Gráfico 114 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado de Santa Catarina, Período 2003-2010.**

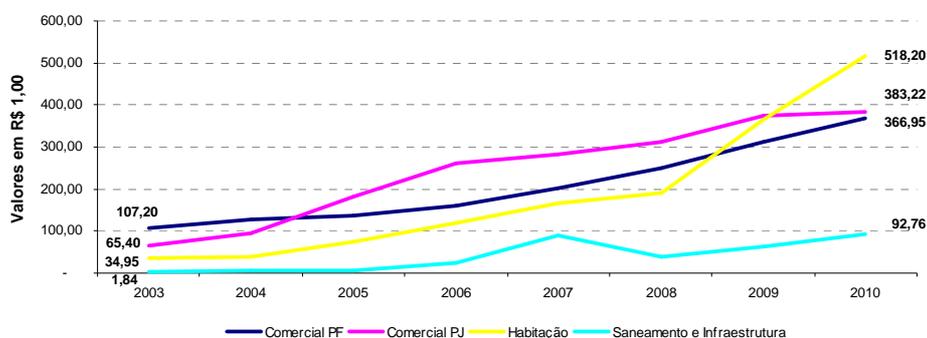


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado de Santa Catarina, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 6.012,09 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Jurídica, com um montante de R\$ 2.505,72 por habitante, representando uma participação de 42%, seguido de crédito para Pessoa Física com 27%, Habitação com 25% e Saneamento com 7%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado de Santa Catarina, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para a Habitação que alcançou uma evolução de 1.286% no período analisado. O crédito para Saneamento cresceu em 1.098% nesse período, seguido da Pessoa Jurídica com 540% e Pessoa Física com incremento de 235%.

**Gráfico 115 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Estado do Rio Grande do Sul, Período 2003-2010.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

No Estado do Rio Grande do Sul, os volumes de créditos da CEF em relação à população, contratados no período 2003/2010, alcançaram R\$ 5.447,38 por habitante. Desse total acumulado, destacou-se o crédito comercial para Pessoa Jurídica, com um montante de R\$ 1.951,58 por habitante, representando uma participação de 36%, seguido de crédito para Pessoa Física com 31%, crédito para Habitação com 28% e Saneamento com 6%.

Quanto ao comportamento de cada tipo de crédito no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, na perspectiva de volume de contratações (liberações) em relação à população, identificaram-se variações nas contratações de 2010 em relação a 2003, com destaque para Saneamento que alcançou uma evolução de 4.954% no período analisado. O crédito de Habitação cresceu em 1.383% nesse período, seguido da Pessoa Jurídica com 486% e Pessoa Física com incremento de 242%.

### **6.3 A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO/POPULAÇÃO AGREGADA POR MACRORREGIÃO BRASILEIRA ENTRE 2003 A 2010**

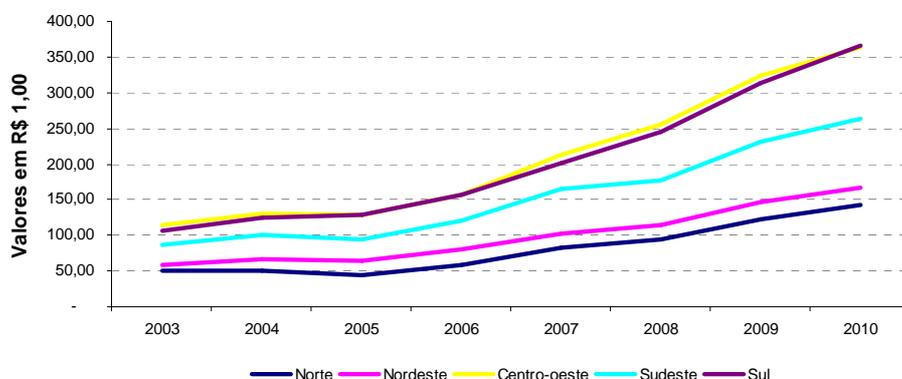
O presente subitem analisará a evolução da relação de liberação de crédito pela população em uma configuração agregada por macrorregião.

Serão demonstradas as trajetórias das modalidades de crédito para Habitação, Saneamento e Infraestrutura bem como as linhas comerciais para Pessoas Físicas e Jurídicas.

O período considerado para nossa análise contemplou os anos de 2003 a 2010, levando-se em conta a disponibilidade de dados nos sistemas corporativos da Caixa Econômica Federal com desagregação por município e por linha de crédito.

A linha de crédito comercial para Pessoa Física apresentou a seguinte evolução no período analisado:

**Gráfico 116 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Tipo Comercial Pessoa Física, Por Região, Período 2003-2010.**



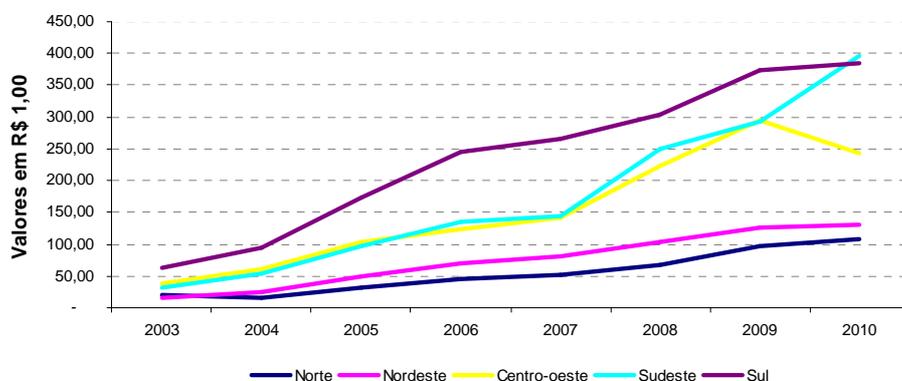
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

Para o crédito comercial Pessoa Física, considerando o período de 2003 a 2010, a Região Sul foi a que apresentou a maior evolução da relação de liberação de crédito pela população, saindo de R\$ 107,12 para R\$ 365,64 por habitante, representando uma variação de 241%.

A Região Centro-oeste apresentou uma evolução de 215% na relação de liberação pela população, seguida da Região Sudeste com 207%, Região Norte com 189% e Região Nordeste com 185%.

Com relação ao crédito comercial para Pessoa Jurídica, a evolução da relação de liberação pela população apresentou a seguinte trajetória:

**Gráfico 117 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Tipo Comercial Pessoa Jurídica, Por Região, Período 2003-2010.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

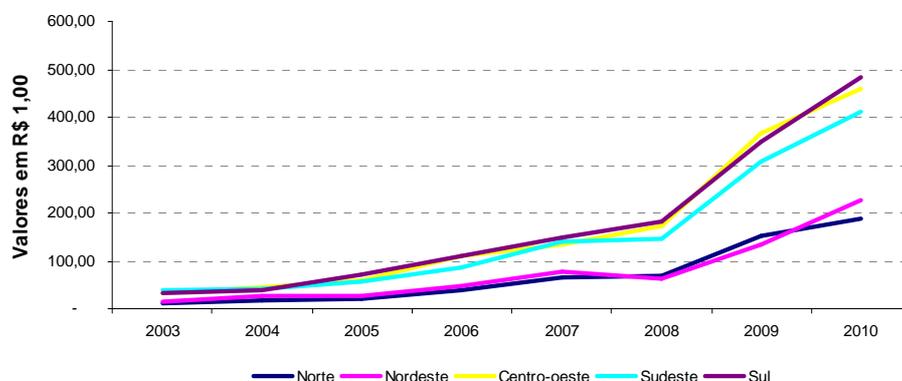
Na linha de crédito comercial para Pessoa Jurídica, a Região Sudeste foi a que apresentou o maior patamar de evolução da relação de liberação de crédito pela população no período 2003 a 2010.

Nesse aspecto, o crédito comercial Pessoa Jurídica na Região Sudeste apresentou uma variação de 1.115% no período analisado, saindo do patamar de R\$ 32,57 em 2003 para R\$ 395,83 em 2010 por habitante.

A Região Nordeste apresentou uma variação na evolução de 720%, seguido da Região Centro-oeste com 555%, Região Sul com 507% e Região Norte com 423%.

Com relação à linha de crédito do tipo Habitacional, a trajetória da relação de liberação de crédito pela população durante o período 2003 a 2010 apresentou o seguinte comportamento:

**Gráfico 118 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Tipo Habitacional, Por Região, Período 2003-2010.**



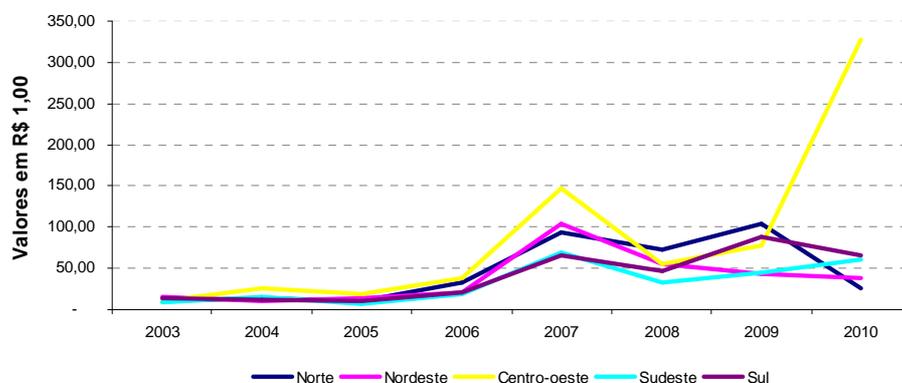
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

A Região Norte foi a região que apresentou a maior evolução da relação liberação de crédito pela população, no período de 2003 a 2010, com uma variação de 1.4755%, saindo do patamar de R\$ 11,87 para R\$ 186,96 por habitante.

A Região Nordeste apresentou uma evolução na relação de liberação de crédito pela população correspondente a 1.363% no período analisado, seguida da Região Sul com 1.312%, Região Centro-oeste com 1.265% e Região Sudeste com 987%.

Com relação às linhas de crédito para Saneamento e Infraestrutura a trajetória de evolução no período de 2003 a 2010 apresentou a seguinte trajetória:

**Gráfico 119 – Evolução da relação de liberação de crédito pela população, Tipo Saneamento, Por Região, Período 2003-2010.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados do sistema corporativo de informações gerenciais da Caixa Econômica Federal (disponível informação para o período 2003-2010). Dados populacionais do IBGE.

A Região Centro-oeste apresentou a maior evolução da relação de liberação de crédito pela população para o Saneamento e Infraestrutura, no período de 2003 a 2010, saindo do patamar de R\$ 10,22 para R\$ 327,56 por habitante, representando um crescimento de 3.106% no período analisado.

A Região Sudeste apresentou um crescimento de 634% na evolução da liberação de crédito por habitante no período analisado, seguida da Região Sul com 363%, Região Norte com 161% e Região Nordeste com 127%.

## **7 CONCLUSÕES**

Este capítulo apresenta as conclusões a respeito do trabalho quanto ao método de intervenção desenvolvido, bem como recomendações para trabalhos futuros.

As análises de correspondências múltiplas dos Indicadores de Créditos apoiadas pelos mapas geográficos confirmam o que era esperado. Existe exclusão bancária nos municípios mais pobres do Brasil, em maior intensidade nas regiões Nordeste e Norte.

Mas o que chamou a nossa atenção deve-se ao fato de que essa exclusão não se dá apenas pela atuação dos bancos privados, mas também pela própria Caixa Econômica Federal que apresentou uma performance insuficiente para o papel que lhe é reservado: um banco público com capital 100% da União. E mais, a CEF está responsável pela

operacionalização de programas importantes para o país, como Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, PAC, dentre outras ações relevantes.

Tem-se a impressão de que existe um aumento das suas atribuições na perspectiva de instituição do estado brasileiro, sem, contudo, atentar para a necessidade de revitalização da sua rede de atendimento que, em última instância é o canal de acesso dos cidadãos às políticas públicas como crédito e benefícios.

Constatamos que a maioria dos municípios excluídos do atendimento bancário se concentra nas regiões Nordeste e Norte do país. No entanto, observamos que em todas as regiões do Brasil existem localidades sem a oferta do crédito na sua sede.

Essa exclusão bancária configura-se como consequência de uma estratégia dos bancos que buscaram uma posição institucional de presença mediante os Correspondentes Bancários, por exemplo.

Porém, trata-se de modalidade de dependência bancária que não comporta as condições robustas e adequadas de atendimento. Sob outra perspectiva, essa mesma exclusão provocaria, ainda, outra situação: potencializaria a especialização de alguns municípios por meio da concentração dos serviços, retirando das localidades adjacentes a opção de uma trajetória mais autônoma e autosuficiente.

Do ponto de vista da estratégia organizacional, a CEF deve aproveitar as circunstâncias favoráveis e expandir a sua rede de Agências com base na nova metodologia em vigor desde 2008 com a expedição da Política de Canais da Caixa Econômica Federal.

As novas diretrizes romperam com o paradigma anterior que restringia a possibilidade de expansão aos grandes centros e praças bancárias competitivas mediante uma classificação dos municípios exclusivamente com base no PIB.

A partir de então é possível avaliar as condições mercadológicas sob novo prisma, considerando as particularidades regionais. As condições de retorno dos investimentos também foram flexibilizadas de forma a permitir um plano de negócios compatível com cada realidade.

Registramos durante o trabalho que os bancos privados já se fazem presentes em muitos municípios de pequeno porte, ameaçando, por assim dizer, um segmento que seria, em tese, de atuação prioritária da CEF.

Nesse sentido, o maior banco público da América Latina deve reorientar sua expansão orgânica para além das praças mais desenvolvidas, ou seja, passando a contemplar o interior do país, preparando-se para atuar como forte instrumento do Estado brasileiro.

Essa reorientação potencializará, inclusive, outras iniciativas da própria empresa, como o Programa Integrado de Ação Regional – PIAR, que objetiva a prospecção e articulação de atendimento de demandas de cada um dos municípios brasileiros, a partir de entrevistas junto aos atores municipais de todos os segmentos.

A CEF já demonstrou vocação para essa nova atuação voltada para o desenvolvimento regional, mediante a abertura de Escritório de Representação na Venezuela, objetivando a troca de experiências em relação à rede de correspondentes bancários e de projetos de desenvolvimento urbano.

A empresa criou a subsidiária integral CAIXAPAR com vistas a promover maiores condições competitivas em relação a aquisição de participação em empresas que dominam tecnologias mercadológicas de forma a lhe fornecer maior agilidade.

Esse arcabouço de possibilidades convergem para uma atuação local da CEF, com foco nos municípios desassistidos visando a inclusão bancária e a prosperidade de um segmento que tem tudo a ver com esses banco público.

Ainda que estejamos entrando em nova onda de inovação de meios de pagamentos, agora com os “pagamentos móveis”, cumpre observar que o analfabetismo funcional é grande inclusive nas áreas urbanas, quanto mais nas áreas rurais.

Pretendemos abrir novos horizontes de estudos para o aprimoramento metodológico e empresarial da Caixa Econômica Federal para que faça valer o seu papel de instrumento de políticas públicas do estado brasileiro.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. 230p.

CORRÊA, V. P.; SILVA, F. F.; NEDER, H. D. **Estudo comparativo da distribuição de recursos do PRONAF crédito e infra-estrutura, nas regiões Sul e Nordeste do Brasil – uma abordagem estatística**. *Working Paper*, UFU, 2008.

CORRÊA, V. P.; BOTELHO, M. R. A.; MUNIZ, A. L. P. **Uma caracterização dos espaços com possíveis carências de direcionamento de recursos em Minas Gerais**. *Working Paper*, UFU, 2009.

CROCCO, M.; CAVALCANTE, A.; BARRA, C. **The behavior of liquidity preference of Banks and public and regional development: the case of Brazil**. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 28, n. 2, p. 217-40, Dec. / Jan 2005.

DOW, S. **The treatment of money in regional economics**. In: DOW, S. (Ed.) *Money and the economic process*. Aldershot: Elgar, 1993a. p.56-72.

DOW, S. **Incorporating money in regional economic models.** In: DOW, S. (Ed.) Money and the economic process. Aldershot: Elgar, 1993b.

KEYNES, John Maynard. **Teorias Alternativas da Taxa de Juros.** Clássicos da Literatura Econômica. 3ª edição, IPEA, 2010. Edição original: 1937a.

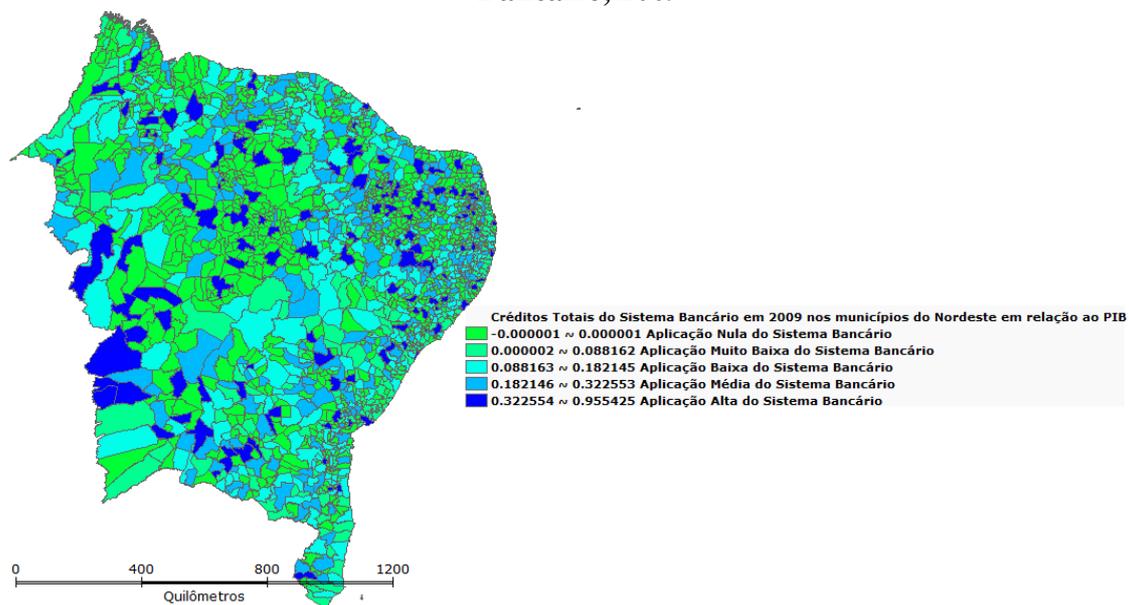
KEYNES, John Maynard. **A Teoria Ex Ante da Taxa de Juros.** Clássicos da Literatura Econômica. 3ª edição, IPEA, 2010. Edição original: 1937b.

LIMA, H. S. R.; CORRÊA, V. P. **A dinâmica de ajuste de portfólio dos bancos brasileiros no período recente e a influência na oferta de crédito: uma análise com dados em painel.** II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Setembro/2009.

Presença do estado no Brasil: federação, suas unidades e municipalidades / organizador: Milko Matijascic.-Brasília: Ipea, 2009.

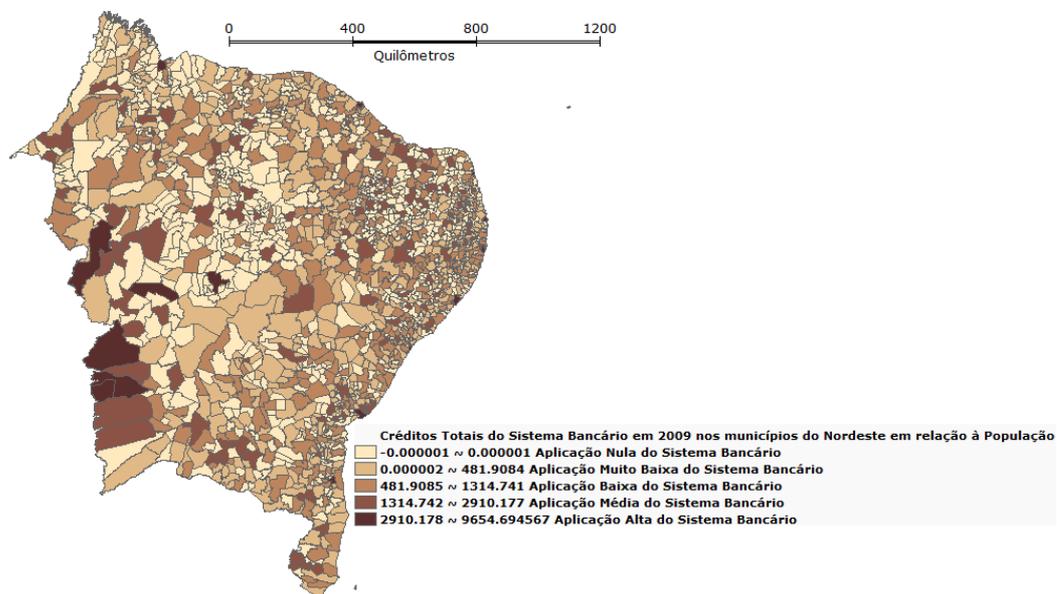
## **ANEXO I – MAPAS**

**Mapa 1 – Caracterização dos Municípios da Região Nordeste quanto à Classificação dos Indicadores de Créditos Totais em relação ao PIB – Sistema Bancário, 2009**



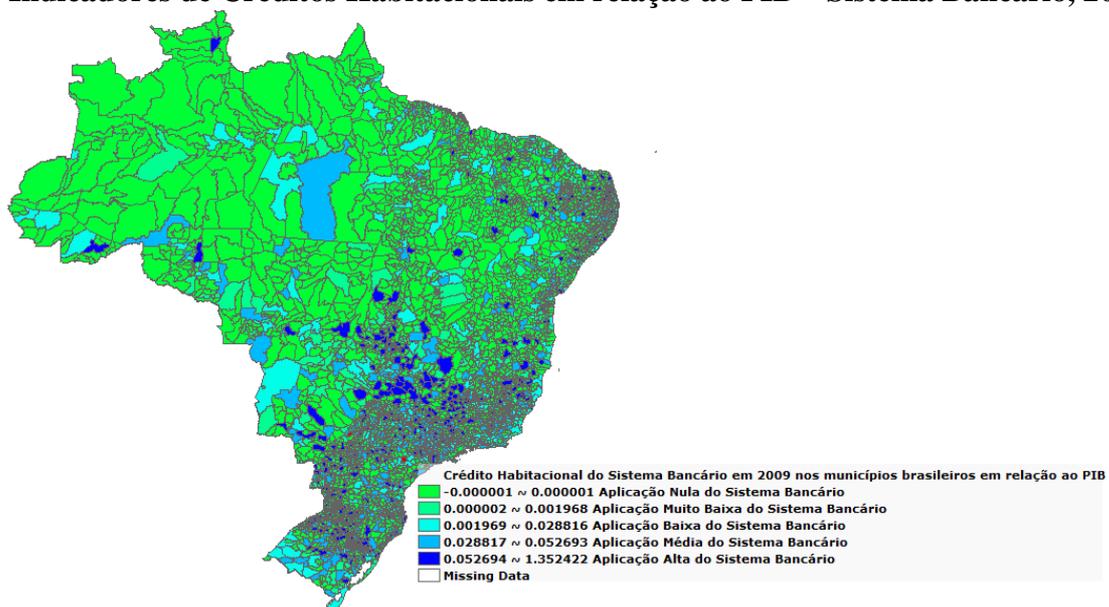
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados gerados. Demonstração geográfica da aplicação da metodologia Corrêa & Botelho (2009).

## Mapa 2 - Caracterização dos Municípios da Região Nordeste quanto à Classificação dos Indicadores de Créditos Totais em relação à População – Sistema Bancário, 2009



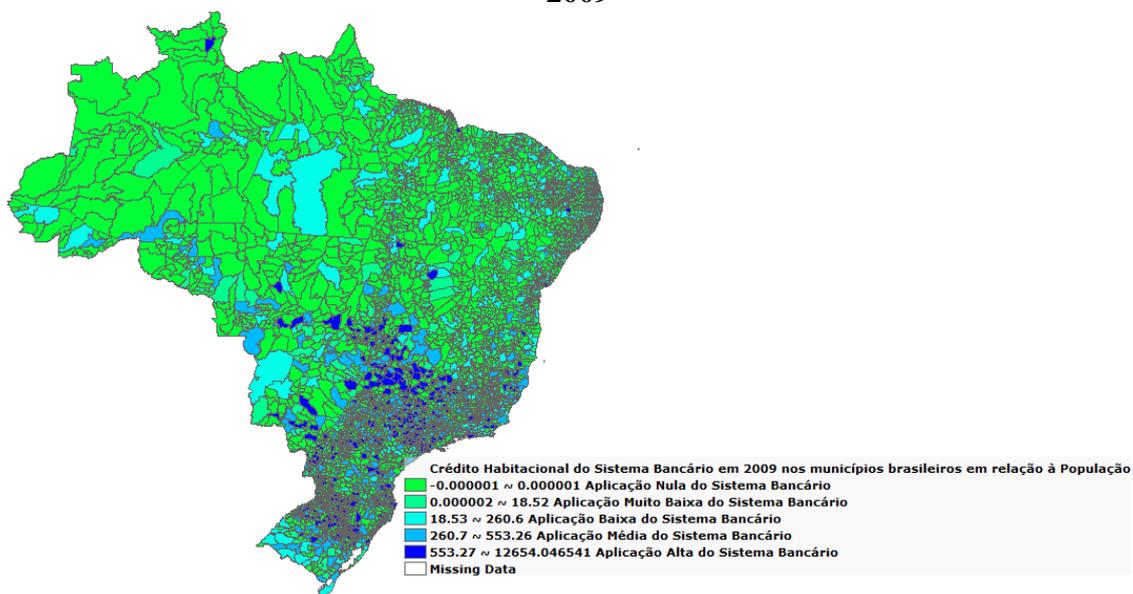
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados gerados. Demonstração geográfica da aplicação da metodologia Corrêa & Botelho (2009).

**Mapa 3 – Caracterização dos Municípios brasileiros quanto à Classificação dos Indicadores de Créditos Habitacionais em relação ao PIB – Sistema Bancário, 2009**



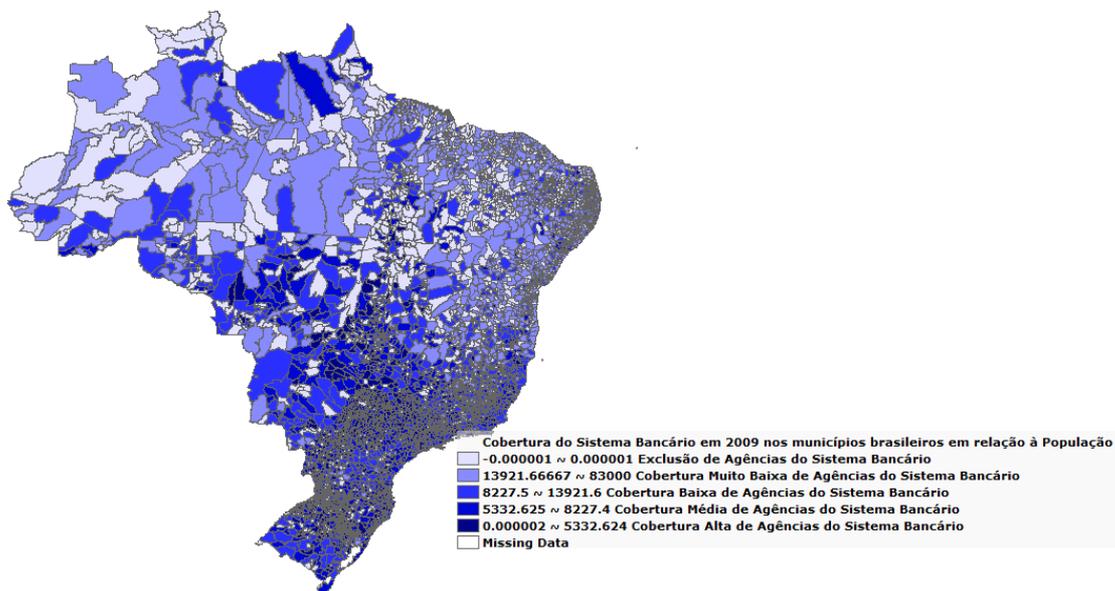
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados gerados. Demonstração geográfica da aplicação da metodologia Corrêa & Botelho (2009).

**Mapa 4 – Caracterização dos Municípios brasileiros quanto à Classificação dos Indicadores de Créditos Habitacionais em relação à População – Sistema Bancário, 2009**



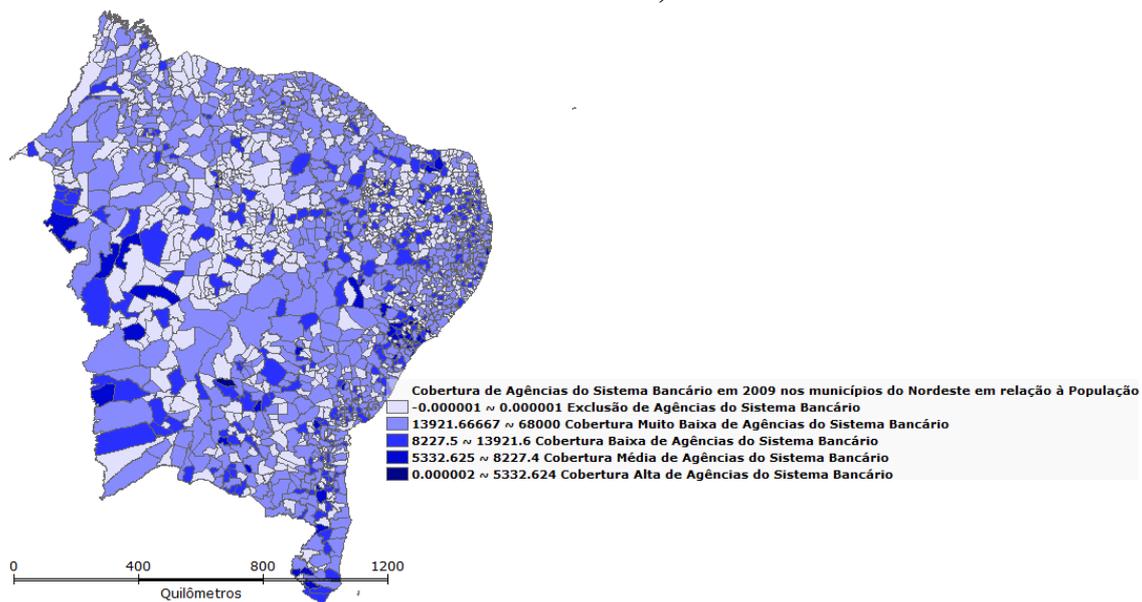
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados gerados. Demonstração geográfica da aplicação da metodologia Corrêa & Botelho (2009).

**Mapa 5 – Caracterização dos Municípios brasileiros quanto à Classificação dos Indicadores de Cobertura Bancária em relação à População – Sistema Bancário, 2009**



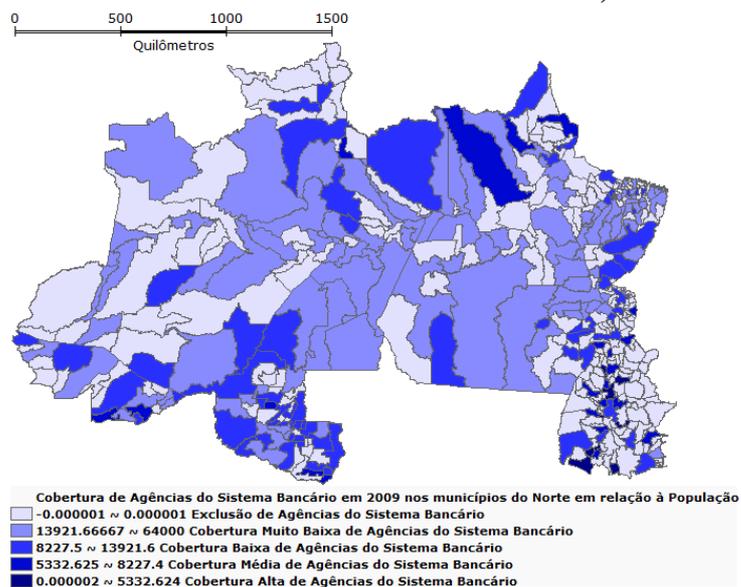
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados gerados. Demonstração geográfica da aplicação da metodologia Corrêa & Botelho (2009).

**Mapa 6 – Caracterização dos Municípios da região Nordeste quanto à Classificação dos Indicadores de Cobertura Bancária em relação à População – Sistema Bancário, 2009**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados gerados. Demonstração geográfica da aplicação da metodologia Corrêa & Botelho (2009).

### Mapa 7 – Caracterização dos Municípios da região Norte quanto à Classificação dos Indicadores de Cobertura Bancária em relação à População – Sistema Bancário, 2009



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados gerados. Demonstração geográfica da aplicação da metodologia Corrêa & Botelho (2009).

## **ANEXO II – PLANILHAS**

Volume de Crédito da CEF contratado pela População, por Unidade da Federação, por tipo de crédito, no Período 2003 a 2010												
UF	Tipo de Crédito	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total acumulado no período 2003/2010 da relação da População	Variação 2003/2010	Participação do tipo de crédito no total acumulado
AC	PF	67,65	76,76	70,82	81,22	106,76	116,51	179,42	211,85	910,99	213%	32%
	PJ	18,85	21,28	35,44	49,62	65,28	87,91	195,66	206,94	680,97	998%	24%
	Habituação	11,20	24,68	39,54	23,36	45,64	121,13	287,50	134,46	687,51	1101%	24%
	Saneamento	21,02	62,59	27,82	62,27	291,70	62,12	52,01	16,80	596,13	-21%	21%
	Total	118,71	185,31	173,62	216,47	509,38	387,66	714,60	569,84	2.875,59	380%	100%
População (em 1.000)		443	638	652	666	679	692	705	733			
AM	PF	70,96	58,34	44,37	57,92	95,13	101,34	127,47	157,17	712,69	122%	36%
	PJ	12,30	15,76	34,62	34,95	39,85	72,02	151,86	162,27	523,62	1219%	26%
	Habituação	7,22	4,91	11,68	28,00	53,86	61,01	89,13	213,07	468,88	2851%	23%
	Saneamento	43,54	4,05	6,64	18,95	75,26	89,94	47,63	11,33	297,35	-74%	15%
	Total	134,02	83,06	97,31	139,81	264,11	324,31	416,10	543,83	2.002,54	306%	100%
População (em 1.000)		2408	3145	3212	3278	3339	3399	3455	3481			
BA	PF	40,92	47,66	46,58	63,63	83,25	88,58	117,85	138,55	627,02	239%	32%
	PJ	30,06	20,43	38,89	55,68	62,88	76,49	96,64	109,43	490,50	264%	25%
	Habituação	13,06	22,52	25,33	42,20	57,46	55,29	200,51	194,64	611,02	1390%	33%
	Saneamento	1,91	13,37	7,13	14,66	87,33	51,37	7,35	32,34	215,48	1594%	11%
	Total	85,95	103,98	117,93	176,17	290,92	271,74	422,36	474,97	1944,01	453%	100%
População (em 1.000)		13781	13950	14112	14270	14419	14561	14697	14021			
AP	PF	49,34	53,94	49,64	52,49	104,05	119,82	143,24	217,84	790,94	342%	43%
	PJ	2,70	5,34	25,13	37,86	39,26	47,94	57,48	73,23	288,94	2608%	16%
	Habituação	2,62	2,00	6,25	43,06	56,47	35,00	49,76	77,63	272,79	2680%	15%
	Saneamento	2,28	16,17	47,67	30,56	284,89	44,65	61,35	9,74	497,32	326%	27%
	Total	56,95	77,45	126,69	163,37	464,67	247,41	311,83	378,44	1649,39	565%	100%
População (em 1.000)		504	562	578	595	611	626	640	669			
PA	PF	62,47	48,09	33,01	39,57	63,31	73,84	99,17	112,56	532,03	80%	39%
	PJ	3,14	5,90	13,17	20,51	23,74	31,47	44,15	47,99	190,05	1428%	14%
	Habituação	9,63	9,87	12,24	18,55	54,06	70,30	82,41	176,01	433,06	1728%	32%
	Saneamento	18,51	7,37	5,94	18,54	61,54	54,90	27,47	9,42	204,70	-49%	15%
	Total	93,75	71,22	64,35	96,17	202,65	230,51	253,20	345,98	1359,84	269%	100%
População (em 1.000)		4712	6867	7001	7129	7249	7367	7479	7588			
RO	PF	61,06	55,32	63,65	81,71	116,41	141,80	186,27	190,07	896,30	211%	20%
	PJ	17,99	23,47	44,12	76,97	110,85	169,69	226,99	279,01	949,09	1451%	21%
	Habituação	21,59	16,43	25,35	52,57	135,00	136,06	182,87	187,85	713,37	770%	16%
	Saneamento	9,30	18,29	20,25	36,94	113,78	183,32	1550,13	20,45	1952,46	120%	43%
	Total	109,95	113,52	153,37	248,18	476,74	629,87	2102,20	677,38	4511,22	516%	100%
População (em 1.000)		975	1465	1479	1493	1506	1519	1531	1561			
RR	PF	57,73	58,31	44,12	61,52	110,01	124,97	173,81	202,12	832,61	250%	22%
	PJ	9,32	27,61	11,29	17,68	27,68	42,26	58,79	86,15	280,76	824%	8%
	Habituação	22,00	9,93	23,20	80,90	156,52	59,47	252,49	129,67	734,18	489%	20%
	Saneamento	10,27	68,42	53,33	347,39	230,27	633,63	214,20	312,85	1870,56	2946%	50%
	Total	99,32	164,27	132,14	507,49	524,46	860,33	699,30	730,79	3718,10	636%	100%
População (em 1.000)		294	379	390	401	411	421	430	451			
TO	PF	39,05	45,60	56,94	58,99	73,40	179,05	170,52	183,12	812,67	369%	31%
	PJ	14,02	22,13	43,50	48,51	48,38	57,44	69,71	78,60	382,29	460%	31%
	Habituação	10,13	25,69	52,48	95,15	169,22	137,69	128,88	201,78	825,04	1892%	14%
	Saneamento	7,08	15,20	37,11	241,82	132,13	75,53	87,40	41,14	627,42	340%	24%
	Total	70,29	108,63	190,03	448,46	429,13	449,71	456,52	494,64	2647,41	604%	100%
População (em 1.000)		1228	1244	1260	1275	1289	1303	1316	1383			
MA	PF	33,01	38,11	35,85	43,88	57,87	64,79	87,94	97,89	459,54	194%	30%
	PJ	6,41	11,54	29,09	44,78	49,01	51,39	61,09	64,89	318,21	912%	21%
	Habituação	7,65	15,69	26,61	44,24	78,58	46,32	207,42	160,50	586,99	1998%	38%
	Saneamento	2,73	5,32	6,91	8,40	76,58	27,16	35,01	16,21	178,31	495%	12%
	Total	49,80	70,66	96,46	141,30	262,03	189,67	391,45	338,69	1542,05	580%	100%
População (em 1.000)		6005	6001	6173	6253	6328	6400	6460	6570			
AL	PF	82,40	96,53	98,44	125,19	158,88	189,09	240,09	293,79	1284,42	257%	42%
	PJ	15,94	27,43	50,94	62,73	71,10	87,00	110,58	125,35	551,08	686%	18%
	Habituação	21,52	31,54	29,42	37,74	91,53	74,88	155,29	508,39	950,31	2262%	31%
	Saneamento	4,10	6,30	32,84	30,39	86,42	47,98	42,24	16,29	266,55	298%	9%
	Total	123,96	161,79	211,64	256,06	407,93	399,95	548,20	943,82	3052,35	661%	100%
População (em 1.000)		2989	3029	3067	3105	3140	3173	3206	3121			
CE	PF	50,29	58,14	54,57	72,58	92,53	94,33	119,14	135,56	677,14	170%	32%
	PJ	15,35	24,05	42,94	65,43	86,44	119,53	152,96	133,98	640,68	773%	31%
	Habituação	11,77	25,62	20,72	37,31	75,91	43,80	80,04	142,67	437,84	1112%	21%
	Saneamento	7,52	16,80	7,83	13,62	107,38	63,86	50,43	71,11	338,46	846%	16%
	Total	84,92	124,41	126,06	188,94	362,26	321,63	402,57	483,33	2094,12	469%	100%
População (em 1.000)		7921	8040	8155	8267	8372	8472	8569	8448			
PB	PF	81,54	72,71	69,73	85,46	113,13	118,68	151,34	173,55	866,15	113%	34%
	PJ	17,11	28,74	60,61	81,30	103,32	133,93	162,07	165,40	752,48	867%	30%
	Habituação	12,60	51,57	23,99	44,25	65,14	73,57	130,17	219,79	621,08	1645%	24%
	Saneamento	42,43	11,66	21,71	17,72	112,45	40,40	27,22	29,55	303,15	-30%	12%
	Total	153,68	164,69	176,05	228,72	394,04	366,58	470,80	588,30	2542,86	283%	100%
População (em 1.000)		3613	3652	3690	3727	3761	3794	3826	3767			
PE	PF	49,53	62,36	61,54	77,39	94,72	102,40	134,58	148,39	730,92	200%	34%
	PJ	16,42	27,35	55,55	80,15	83,82	100,97	119,62	116,74	600,62	611%	28%
	Habituação	12,23	20,06	21,17	40,18	69,86	59,22	103,67	222,76	546,15	1722%	26%
	Saneamento	4,27	5,54	8,31	11,67	87,70	62,41	35,85	33,57	249,33	686%	12%
	Total	82,45	115,32	146,58	209,40	336,10	324,00	393,72	521,46	2129,03	532%	100%
População (em 1.000)		8317	8410	8498	8586	8667	8745	8820	8796			

Volume de Crédito da CEF contratado pela População, por Unidade da Federação, por tipo de crédito, no Período 2003 a 2010												
UF	Tipo de Crédito	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total acumulado no período 2003/2010 da relação da População	Variação 2003/2010	Participação do tipo de crédito no total acumulado
PI	PF	74,19	84,79	83,24	91,37	126,33	143,04	178,35	208,61	989,93	181%	42%
	PJ	22,64	26,76	52,92	69,37	68,61	83,65	106,41	107,62	537,98	375%	23%
	Habituação	22,11	23,50	40,01	48,16	44,83	92,50	110,31	190,93	572,35	764%	24%
	Saneamento	16,49	14,31	20,96	22,59	103,94	58,59	32,98	11,42	281,29	-31%	12%
	Total	135,44	149,36	197,13	231,48	343,72	377,79	428,06	518,57	2381,55	283%	100%
População (em 1.000)		2997	3033	3068	3102	3134	3164	3193	3119			
RN	PF	84,04	94,03	94,19	110,21	148,64	178,56	217,16	230,68	1157,50	174%	35%
	PJ	24,14	31,24	73,47	93,27	109,16	143,51	169,25	219,45	863,48	809%	26%
	Habituação	17,90	24,47	50,40	61,37	76,53	71,60	154,38	276,39	743,03	1444%	23%
	Saneamento	57,96	8,65	21,39	72,29	187,28	99,97	55,54	46,62	509,70	-20%	16%
	Total	184,04	156,38	239,45	337,13	521,60	453,63	606,33				

